

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**DISCURSO E PODER: Uma Análise da (Des)Igualdade
de Gênero nas Relações de Trabalho**

Ângela Maria Lima Gouveia

RECIFE
2013

ÂNGELA MARIA LIMA GOUVEIA

**DISCURSO E PODER: Uma Análise da (Des)Igualdade
de Gênero nas Relações de Trabalho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Falcone de Azevedo

Recife
Agosto – 2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

G718d Gouveia, Ângela Maria Lima
Discurso e poder: uma análise da (des)igualdade de gênero nas relações de trabalho / Ângela Maria Lima Gouveia. – Recife: O Autor, 2013. 146 f.: il.

Orientador: Karina Falcone de Azevedo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Linguística, 2013.
Inclui referências e anexos.

1. Linguística. 2. Identidade social. 3. Análise do discurso. I. Azevedo, Karina Falcone de (Orientador). II. Título.

410 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2014-3)

ÂNGELA MARIA LIMA GOUVEIA

DISCURSO E PODER: Uma Análise da (Des)igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística em 27/08/2013.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Karina Falcone de Azevedo
Orientadora – LETRAS - UFPE

Prof.^a. Dr.^a. Herimatéia Ramos de Oliveira Pontes
LETRAS – UFPE

Prof.^a. Dr.^a. Rezilda Rodrigues Oliveira
ADMINISTRAÇÃO – UFRPE

Recife – PE
2013

À minha alma gêmea, Luiza, minha mãe...
'corda' do meu coração que partiu.

Mas a tua imagem, nosso amor,
é agora menos dos olhos, mais do coração.
Nossa saudade te sorri; não chora.
Mais perto estás de Deus, como um anjo querido.
E ao lembrar-te a gente diz, então:
'Parece um sonho que ela tenha vivido'.
(Mário Quintana)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus filhos, André, Joanne e Matheus, que me fizeram ver que é possível ser profissional, mãe e mulher.

Agradeço aos anjos da guarda Dany, Lili, Mandinha e Simone, que me abrigaram nas asas e me guiaram ao caminho do recomeço.

Agradeço à estimada Professora Rezilda Oliveira, que me transmitiu a sua ética, comprometimento e seriedade com a vida acadêmica.

Agradeço à Professora Pontes pela contribuição para a realização deste trabalho.

Agradeço à minha querida orientadora, Karina Falcone, amiga e mestra, que me incentivou a ter uma visão mais científica da realidade.

Agradeço à Coordenação, aos professores e aos funcionários do PPGL/UFPE.

Agradeço a todos que fizeram deste trabalho uma reconstrução de sentido.

Seria preciso dividir cada mulher em três:
uma que corresse para o trabalho,
outra que tomasse providências para sua família,
e uma terceira que escapasse para a beira do lago
assistindo quieta ao por do sol.
(Lya Luft)

RESUMO

Partindo da perspectiva de que as mudanças profissionais reivindicadas pelas mulheres no mercado de trabalho podem desestabilizar a hegemonia masculina no mundo profissional, e sendo possível que essa intervenção marque o início de um discurso inovador sobre a mulher, apontando para novas identidades profissionais do gênero (VIEIRA, 2005), este estudo tem o objetivo geral de investigar como as práticas discursivas da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) constroem representações sobre a mulher no mundo do trabalho. Estabelecemos como objetivos específicos: (a) examinar, a partir das práticas discursivas da SPM, a constituição identitária da mulher trabalhadora; e (b) analisar quais são as estratégias discursivas que operam nos processos de construção de identidades e de representações sobre a mulher. O *corpus* desta investigação é composto por reportagens do *site* da SPM, relativo ao período dos anos de 2004 a 2012, abordando o tema ‘mulher e relações de trabalho’. Para esta investigação, delimitamos o estudo ao gênero reportagem por ser o mais recorrente nas publicações da SPM. As discussões teóricas que dão suporte a esta investigação são: Scott (1996) no tocante à noção de gênero; Hall (1998), Woodward (2011), Bauman (2001) e Vieira (2005) no que se referem à identidade; assim como os trabalhos de Fairclough (2008), Falcone (2008), Pontes (2010), Resende e Ramalho (2011), Silva (2011), dentre outros, para tratar sobre a Análise Crítica do Discurso (ACD) e sobre as questões da representação e da construção identitária. As análises desenvolvidas indicam que a construção identitária da mulher trabalhadora brasileira, a partir dos discursos da SPM, representa a mulher como construtora do seu espaço profissional. Entretanto, essas representações são tratadas a partir de forte interferência de relações de poder, no mundo do trabalho da mulher, permitindo a segregação de identidades a seu respeito.

Palavras-chave: Identidades Sociais. Igualdade de Gênero. Análise Crítica do Discurso

ABSTRACT

Arising from the perspective that the professional changes claimed by women in the working market may destabilize male's hegemony in the professional world and, that it is possible, that this intervention determines the beginning of gender innovative discourse, defining a new professional identity to women (VIEIRA, 2005), our work has the main purpose to investigate how discursive practices of the Secretariat of Policies for Women (*Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM*) construct representations about women in the world market. We have established, as specific objectives, (a) to examine, from SPW discursive practices, the identity constitution of the working woman; and, (b) to analyze which discursive strategies operate in the woman's representation process. The *corpus* comprises reports from the SPW *site*, related to the period of years 2004 to 2012, having, as the object of study, published texts whose themes are women and work relations. For this investigation, we have specified the study of report genre due to the fact that it is the most recurrent type of genre of SPW discursive practices. The theories that give support to this investigation are the contributions of Scott's (1996) regarding genre notion; Hall's (1998), Woodward's (2011), Bauman's (2001) and Vieira's (2005) related to identity; just as Fairclough's (2008), Falcone's (2008), Pontes's (2010), Resende and Ramalho's (2011), Silva's (2011) works, amongst others referred to the Critical Discourse Analysis (CDA) and to the issue of representation and identity construction. The developed analysis indicates that the identity construction of the Brazilian working women, from the speeches of SPW, represents the woman as a builder of your professional space. However, these representations are treated from strong interference of power relations in the world of women's work, allowing segregations of identities of him.

Keywords: Social Identities; Gender Equality; Critical Analysis of Discourse

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Eixos temáticos das publicações SPM (2004-2012)	17
Figura 2	Slogan ano da mulher	31
Figura 3	Mulheres em cargos de direção e decisão	33
Figura 4	Educação por sexo e raça	36
Figura 5	O mundo do trabalho e a desigualdade de gênero	37
Figura 6	Representação do modelo tridimensional de Fairclough	47
Figura 7	Categorias analíticas do modelo de Fairclough	48
Figura 8	Compromisso de empresas contra a discriminação de gênero e raça	72
Figura 9	Mais mulheres no poder	73
Figura 10	Retratos da desigualdade de gênero e raça	75
Figura 11	I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	88
Figura 12	Programa da SPM mobiliza empresas	89
Figura 13	A marcha das margaridas	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Publicações por eixos e por ano	18
Quadro 2	Corpus restrito do trabalho	19
Quadro 3	Categorias de análise	64
Quadro 4	SPM é fundamental, afirma presidenta Dilma	83
Quadro 5	Trabalho e empreendedorismo	93

LISTA DE TABELA

Tabela 1	Participação da mulher em cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS)	38
----------	-------------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1. A construção do gênero social	22
1.1 Gênero social: aspectos históricos	22
1.2 O conceito de gênero	25
1.3 Os movimentos feministas no Brasil	27
1.5 Agenda e políticas para as mulheres	30
2. Análise crítica do discurso: um modelo teórico metodológico	40
2.1 Análise Crítica do Discurso: bases teóricas	40
2.2 Noções de discurso, poder e ideologia	43
2.3 O Modelo Tridimensional de Fairclough	46
2.4 Os significados da linguagem	51
3. A construção discursiva e as categorias de análise	62
3.1 Intertextualidade	65
3.2 Multimodalidade	69
3.3 Categorização de grupos	76
3.4 Nomeção	78
3.5 Alocação de papéis: ativação/passivação	80
4. A construção identitária da mulher nas relações de trabalho	82
4.1 A ‘voz’ das mulheres nas práticas discursivas da SPM	82
4.2 A construção identitária da mulher nas fotografias	87
4.3 Identificando grupos, nomes e papéis	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXOS	121

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje (ROUSSEFF, 2011).

As mudanças profissionais reivindicadas pelas mulheres no mercado de trabalho podem desestabilizar a hegemonia masculina no mundo profissional. É possível que essa intervenção marque o início de um discurso inovador de gênero¹, definindo uma nova identidade profissional para as mulheres, afirma Vieira (2005). Partindo dessa reflexão, levantamos a questão que nos orienta para este trabalho: como a mulher trabalhadora é representada e como se dá a sua constituição identitária no mundo do trabalho, numa sociedade fortemente marcada pelas assimetrias de poder entre homens e mulheres na realidade brasileira?

Partimos da hipótese de que, as práticas discursivas sobre gênero e trabalho representam e influenciam no processo da construção identitária da mulher trabalhadora. Dessa forma, acreditamos que práticas discursivas não são neutras ou imparciais e têm o poder de criar, reproduzir e transformar as práticas sociais. Fairclough (2008) assinala que o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões das estruturas sociais. Acreditamos que, pelo discurso, podemos pensar a sociedade, os atores sociais e a própria linguagem. Assim, é fundamental destacar que, para este trabalho, o discurso é compreendido conforme postula Fairclough (2008, p. 91): “uma prática, não apenas de representação de mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” Já que o discurso constitui uma prática social e considerando que as identidades são constituídas por meio de processos sociais, as identidades são constituídas, construídas, reconstruídas e legitimadas através do discurso.

Analisar a construção de identidades sociais na perspectiva de efeito do discurso constitui também um dos elementos para estudar a mudança social. Fairclough (2008) assegura que a identificação pressupõe a representação e é tida como um processo dialético em que os discursos são impregnados de identidades e significação. Dessa forma, entendemos que identidade é um significado culturalmente e socialmente atribuído a um ator social.

¹ Utilizaremos o termo “gênero social” para referir as relações sociais entre homens e mulheres, distinguindo, assim, do termo “gêneros textuais”.

Entender discurso e suas representações permite refletir sobre o mundo em que vivemos e o que somos na vida social. Assim, acolhemos a forma de compreender a representação proposta por Silva (2011, p. 91): “representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido”. Por participarmos dos processos históricos, culturais e sociais, entendemos que tanto as representações como as identidades não são estáticas. De acordo com Hall (1998), as velhas identidades estão em declínio fazendo surgir novas identidades. Essa crise ocorre pelo fato de vivermos numa sociedade solúvel, isto é, numa sociedade que dissolve suas referências sociais em constante criação e recriação de necessidades e valores, completa Woodward (2011). Diante dessas afirmativas, temos por objetivo geral, em nossa pesquisa, investigar como as práticas discursivas da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) constroem representações sobre a mulher no mundo do trabalho. Estabelecemos como objetivos específicos:

(a) Examinar, a partir das práticas discursivas da SPM, a constituição identitária da mulher trabalhadora; e,

(b) Analisar quais são as estratégias discursivas que operam nos processos de construção de identidades e de representação sobre a mulher.

De acordo com Vieira (2005), o trabalho desempenha papel preponderante na construção da identidade feminina. Com base nessa reflexão, optamos pelo estudo de textos publicados com o tema mulher e trabalho. Conforme a autora, a mulher seja em qualquer cultura, tem o direito ao conhecimento e às formas de ganhar dinheiro, agregando esses fatores à forma de poder. Assim, a mulher pode se tornar sujeito de seu destino e responsável pela construção de sua identidade.

Essa questão nos faz pensar sobre a igualdade e diferença. Num país como o Brasil, que convive com as desigualdades entre homens e mulheres, exploração sexual, problemas sociais como a violência, pobreza, discriminação racial e analfabetismo, a questão feminina imbricada nessas problemáticas, torna-se mais complexa. A desigualdade de gênero se faz presente no mundo do trabalho. Cantelli (2007) chama a atenção quanto à discriminação da mulher tanto no trabalho quanto fora dele.

Sob a perspectiva linguística, estudos em lexicologia analisam esse problema. Pesquisas realizadas por Carvalho (2001), investigando a relação homem/mulher nos dicionários, revelam que o pensamento da comunidade é refletido nas definições utilizadas pelo autor do dicionário, indicam que os verbetes têm forte carga ideológica e reproduzem preconceitos. Conforme a pesquisadora, as distorções e as depreciações são observadas nos verbetes relativos aos equivalentes masculinos: mulher pública/homem público; mulher do

mundo/homem do mundo; mulher da vida/homem da vida; mulher aventureira/homem aventureiro. Nesses casos, quando há a transposição de gênero masculino para o feminino, o sentido passa a ser pejorativo. As diferenças ecoam como desigualdades e as desigualdades como inferioridades.

A predominância masculina é uma questão que gera discriminação à mulher e, como observamos, é revelada em aspectos da língua e do uso linguístico. Por exemplo, em algumas línguas, como a Língua Portuguesa, o uso do pronome ‘ele’ como se fosse um pronome genérico, refere-se tanto a homem quanto a mulher. Fairclough (2008, p. 253) critica essa questão: “se ‘ele’ fosse genuinamente genérico, seria usado indiferentemente para se referir a membros não específicos de grupos de pessoas”. Dessa forma, Fairclough nos faz refletir sobre a diferença de gênero no discurso. Segundo Woodward (2011), as identidades são geradas por meio das diferenças, ou seja, a diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, com suas distinções e oposições. A identidade, assim como a diferença é uma relação social sujeita a relação de poder. Isso nos faz acreditar que a identidade e a diferença têm estreita relação com o poder, não sendo nunca inocentes: onde há identidade e diferença, há poder.

Entendemos poder como “uma propriedade das relações entre grupos, instituições ou organizações sociais” (VAN DIJK, 2010b, p. 87). A respeito do controle do poder, Falcone (2005, p. 22) esclarece que “o controle organizado pelas instituições de poder é muito bem estabelecido e regido por esquemas rígidos que dificultam a inserção de quem não faz parte destes grupos sociais”.

Dentre os esquemas aos quais Falcone (2005) se refere está o discurso, já que este influencia as estruturas sociais e é influenciado por elas. Há uma estreita relação entre discurso e poder. Segundo Fairclough (2008, p. 121), “as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder”. Essas práticas discursivas além de abranger a questão da mulher e trabalho formam e transformam as relações sociais. Para definir ideologia, compreendemos que ideologia é a forma de ver o mundo, manifestada em textos, que contribui para manter ou mudar as formas de poder.

Considerando todos esses aspectos, acreditamos que a presente investigação faz-se relevante, tendo em vista que é necessário o desenvolvimento de uma percepção crítica sobre os discursos que são representados nas reportagens sobre a mulher trabalhadora, uma vez que entendemos que esses discursos influenciam na legitimação do poder e, conseqüentemente, na (des)igualdade de gênero nas relações de trabalho.

Os fundamentos que dão suporte a esta investigação são as contribuições de Scott (1996) no tocante à noção de gênero social; Hall (1998), Woodward (2011), Bauman (2001) e Vieira (2005) no que se referem aos estudos sobre identidade; assim como os trabalhos de Fairclough (2008), Falcone (2008), Pontes (2010), Resende e Ramalho (2011), Silva (2011), dentre outros, no campo da Análise Crítica do Discurso (ACD)². Esses referenciais teóricos são relevantes para a elaboração de nosso trabalho, pois fundamentam nossas concepções de que o discurso não é neutro e imparcial, bem como a de que as representações elaboradas discursivamente influenciam no processo de construção identitária da mulher trabalhadora.

O universo da pesquisa e os aspectos metodológicos

A pesquisa analisa os textos publicados pela SPM entre 2004 e 2012. Esse é o período que abarca as primeiras publicações da SPM, até o ano de desenvolvimento deste estudo. O *corpus* da pesquisa se restringe aos textos investidos no gênero reportagem. A escolha por restringir a pesquisa ao gênero reportagem justifica-se por constatar que esse tipo de gênero é o mais recorrente das práticas discursivas da SPM. As reportagens foram extraídas das publicações *online* dos boletins, jornais e revistas disponibilizadas no *site* da SPM. Em nossas análises, a investigação de aspectos multimodais se mostrou relevante e pertinente, conforme discutimos no terceiro capítulo.

Os textos produzidos pela SPM foram escolhidos para este trabalho pelas seguintes razões: (a) tratam da (des)igualdade de gênero no trabalho, que é o tema escolhido para a análise crítica do discurso; (b) a SPM é uma instituição criada para promover a igualdade de gênero no Brasil, portanto, suas práticas discursivas merecem atenção no presente estudo; (c) são publicações de ampla circulação, com possibilidades de gerar influência na opinião e consciência das(os) leitoras(es).

No primeiro momento, quando ainda não estava definida a extensão do *corpus*, coletamos do *site* da SPM toda produção textual para realizar a leitura e seleção do material. O resultado dessa busca foi um *corpus* mais abrangente, com diversos gêneros textuais, composto por 103 publicações em formato de livros e revistas e, 22 em formato de boletim.

² Para Análise Crítica do Discurso usaremos a abreviação ACD

Observamos que os temas desenvolvidos nas publicações circulam em torno dos eixos temáticos que compõem o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, ou seja, temas que versam sobre: (1) autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; (2) educação inclusiva e não sexista; (3) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; (4) enfrentamento à violência contra as mulheres; (5) enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; (6) cultura, comunicação e mídia igualitárias; (7) mulheres no espaço de poder e decisão; (8) desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta; (9) direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social; e, (10) enfrentamento das desigualdades geracionais.

Para identificar esses eixos temáticos, realizamos o levantamento dos temas e subtemas das publicações, selecionando por ano. Dessa maneira, foi possível identificar quais eixos temáticos do Plano são explorados em cada uma das publicações, quantificá-los e representá-los em percentuais, permitindo visualizar os de maior recorrência nessas publicações.

Após esse levantamento, identificamos que as produções do eixo temático ‘Autonomia e igualdade no mundo do trabalho e cidadania’ representam 60,19% de todas as publicações da SPM, ou seja, o segundo tema mais recorrente. Também identificamos que nesse eixo temático estão concentradas as publicações relativas ao tema de nossa pesquisa. A Figura 1 apresenta os percentuais das publicações da SPM, divididos pelos eixos temáticos a que se refere o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Os temas ‘Autonomia e igualdade no mundo do trabalho e cidadania’ e o de ‘Enfrentamento à violência contra as mulheres’, com 66,01% foram identificados como os temas mais explorados nas publicações da SPM. Acreditamos que são duas problemáticas cruciais a serem superadas para o alcance da emancipação da mulher. A igualdade nos espaços de trabalho, conforme veremos no desenvolvimento deste trabalho, ainda representa um longo processo para o alcance das conquistas da mulher.

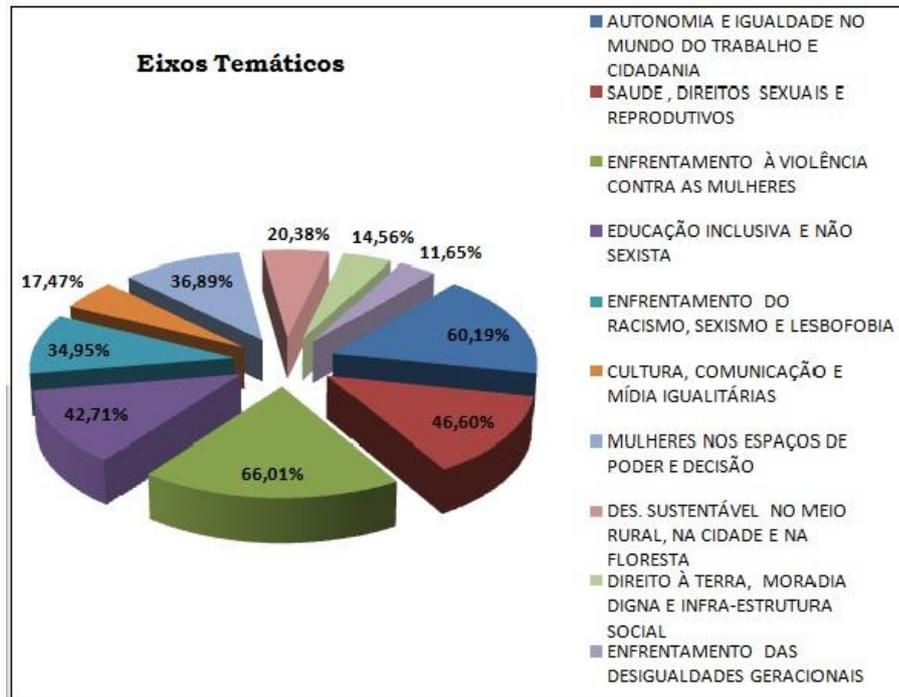


Figura 1: Eixos Temáticos das publicações SPM (2004-2012)

Fonte: Dados da pesquisa

A desigualdade entre mulheres e homens estrutura o processo de exclusão de milhares de cidadãs brasileiras, sendo a violência contra as mulheres uma das expressões mais perversas da desigualdade. A gravidade do problema afeta mulheres de todas as classes sociais, de diferentes credos, negras, brancas e indígenas, mulheres de centros urbanos e do interior do país. Violência e desigualdade estão intimamente ligadas, pois remete à dominação, manipulação e abuso de poder. Conforme a Convenção de Belém do Pará (1994), a violência contra a mulher é definida como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause dano, morte ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher.

Dessa forma, entendemos que o problema da violência contra a mulher é um problema ligado às desigualdades de gênero. A busca de igualdade de gênero no mundo trabalho perpassa pela superação da violência que a mulher brasileira é submetida. É impossível alcançar o respeito, a igualdade, a dignidade e o reconhecimento profissional se antes não houver a superação do domínio e da violência aos direitos da mulher.

Merece destaque o quantitativo de publicações sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres identificadas no *corpus* analisado. A partir do ano de 2006, o assunto ganhou espaço nas publicações, chegando a superar os índices de todas as publicações dos outros eixos. Esse fenômeno coincide com o ano da edição da Lei nº 11.340/2006, a denominada Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e

familiar contra a mulher. Assim, o quantitativo dos textos publicados tanto naquele ano quanto, nos anos subseqüentes, representam a ênfase que foi dada ao tema.

Conforme nosso levantamento, constatamos que no ano de 2010 houve uma significativa elevação de publicações relacionadas aos eixos do PNPM relacionadas à autonomia e igualdade no mundo do trabalho e mulheres nos espaços de poder e decisão. Essas incidências coincidem com o ano de eleições para Presidência da República, em que a atual Presidenta era candidata. O quadro 1 ilustra essas constatações.

Quadro 1: Publicações por eixos e por ano

EIXOS TEMÁTICOS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
AUTONOMIA E IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO E CIDADANIA	3	1	9	6	10	10	12	5	6	62
SAÚDE , DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS	3	1	6	5	10	5	7	4	7	48
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	3	3	11	8	10	6	9	13	5	68
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NÃO SEXISTA	3	0	7	7	10	5	6	3	3	44
ENFRENTAMENTO DO RACISMO, SEXISMO E LESBOFOBIA	0	0	3	5	10	5	8	2	3	36
CULTURA, COMUNICAÇÃO E MÍDIA IGUALITÁRIAS	0	0	1	0	7	1	3	5	1	18
MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO	0	0	0	5	8	5	12	5	3	38
DES. SUSTENTÁVEL NO MEIO RURAL, NA CIDADE E NA FLORESTA	0	0	0	0	6	1	4	3	7	21
DIREITO À TERRA, MORADIA DIGNA E INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	0	0	0	0	7	2	2	2	2	15
ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES GERACIONAIS	0	0	0	0	6	1	2	2	1	12

Fonte: Dados da pesquisa

Consideramos relevante atentar para os eventos expostos, porque os discursos produzidos estão inseridos em contextos sociais sujeitos à modificação ou à reprodução. Dessa forma, os textos que compõem o *corpus* da pesquisa fazem parte de uma cadeia de eventos, práticas sociais e produção de outros textos.

Centramos atenção nas publicações que fazem parte do eixo temático – Autonomia e igualdade de gênero no mundo do trabalho e cidadania. Nosso *corpus* geral é composto de 62 reportagens que tratam da mulher no mundo do trabalho. Considerando o espaço limitado às

análises nesta dissertação, selecionamos 20 reportagens para integrar o *corpus* restrito³ do trabalho, e assim, ser objeto de análises mais específicas.

O gênero reportagem só passou a ser utilizado no site da SPM, no que diz respeito ao tema mulher e trabalho, a partir do ano de 2006. Essa seleção com base na cronologia das reportagens favoreceu que identificássemos a evolução da representação da mulher nas práticas discursivas da SPM.

As categorias⁴ linguísticas que usamos para análise foram: a intertextualidade, com o objetivo de identificar como se processam as representações da mulher trabalhadora nos discursos; a multimodalidade, para compreender a relação entre o discurso e a representação da realidade por meio de formas simbólicas; a categorização, para identificar as formas de representação dos atores sociais nos discursos; e, a nomeação, para identificar como os sujeitos são nomeados em determinadas práticas discursivas. Por fim, a alocação de papéis sociais, para compreender e construção de identidades sociais através dos papéis gramaticais refletidos no texto.

A seguir, no quadro 2, apresentamos os textos selecionados que compõem o *corpus* restrito.

Quadro 2: O *corpus* restrito do trabalho

Nº	Título	Publicação	Ano
1	Conferência Nacional: um marco nas conquistas das mulheres brasileiras	Retrospectiva 2006	2006
2	Programa da SPM mobiliza empresas em prol da equidade de gênero	Retrospectiva 2006	2006
3	Trabalhar sem carteira assinada não tem graça	Retrospectiva 2006	2006
4	Mais cidadania para as trabalhadoras rurais	Retrospectiva 2006	2006
5	Mais mulheres no poder	Retrospectiva 2008	2008
6	A marcha das Margaridas	Com todas as Mulheres, por todos os seus direitos	2010
7	Trabalho e empreendedorismo	Com todas as Mulheres, por todos os seus direitos	2010
8	Mulheres na construção civil	Com todas as Mulheres, por todos os seus direitos	2010
9	Pobreza é feminina	Mulheres em pauta Boletim 70	2011
10	Martha Rocha: primeira mulher a ocupar o comando da Polícia Civil do RJ	Mulheres em pauta Boletim 70	2011

³ O *corpus* restrito consta nos anexos deste trabalho.

⁴ As categorias de análise serão detalhadas no Capítulo 3.

11	Fórum direito e cidadania	Mulheres em pauta Boletim 70	2011
12	SPM é fundamental, afirma presidenta Dilma	Jornal da 3ª Conferência	2012
13	Brasil quer ratificar convenção e ampliar direitos das trabalhadoras domésticas, diz ministra da SPM	Mulheres em pauta Boletim 78	2012
14	Fórum Nacional de mulheres idosas reúne, em Pernambuco, 1.100 participantes.	Mulheres em pauta Boletim 83	2012
15	Mulheres que transformam o Brasil – a equidade de gênero da Transpetro promove ascensão das mulheres marítimas	Mulheres em pauta Boletim 85	2012
16	Ministra Eleonora leva apoio das mulheres brasileiras à delegação que vai aos jogos Paralímpicos de Londres.	Mulheres em pauta Boletim 87	2012
17	Mulheres que transformam o Brasil – entrevista com Clara Charf: uma vida pela liberdade e pelos direitos das mulheres	Mulheres em pauta Boletim 87	2012
18	SPM avalia a queda da taxa de desemprego feminino na PNAD 2011	Mulheres em pauta Boletim 90	2012
19	Secretaria aposta no crescimento de mulheres na força de trabalho formal para superação das desigualdades	Mulheres em pauta Boletim 90	2012
20	Creches públicas colaboram para autonomia econômica das mulheres, aponta SPM na Câmara Federal	Mulheres em pauta Boletim 93	2012

Fonte: Dados da pesquisa

Esta pesquisa se caracteriza de natureza qualitativa, pois a análise dos dados não está atrelada à quantidade de textos a serem investigados.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos, elaborados da seguinte maneira:

Capítulo I: discussão sobre os aspectos históricos e o conceito de gênero social. Encontramos um ponto de apoio teórico principalmente nos pressupostos de Scott (1996). Em seguida, discorreremos sobre os movimentos feministas no Brasil e finalizamos com a discussão sobre agenda e políticas para as mulheres.

Capítulo II: explanação sobre o campo de estudo que fundamenta esta pesquisa, a Análise Crítica do Discurso e discussão também sobre os conceitos de discurso, poder e ideologia. Também fazemos uma explanação sobre o modelo tridimensional de Fairclough (2008), que serviu de orientação para o nosso estudo.

Capítulo III: discussão sobre as categorias desenvolvidas para as análises e aplicação em exemplos.

Capítulo IV: análise das reportagens e discussão da relação entre o texto, a representação e a atribuição de identidades dos atores sociais.

No capítulo final, apresentamos as considerações finais do trabalho sobre como as práticas discursivas da SPM constroem representações sobre a mulher no mundo do trabalho. Em seguida, apresentamos as referências bibliográficas e os anexos que compõem este trabalho.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO SOCIAL

Neste capítulo, discutimos o conceito de gênero social a partir de uma abordagem multidisciplinar. Para essas considerações, seguimos o trabalho de Scott (1996) como um dos nortes teóricos. Os estudos aqui debatidos instigam a reflexão sobre os modos de vida da mulher, ao longo da história, e os respectivos papéis sociais a ela atribuídos. Contextualizando a discussão, traçamos breves considerações sobre o movimento feminista no Brasil, e a relevância desse movimento para a igualdade de gênero.

1.1 Gênero social: aspectos históricos

Historicamente, podemos encontrar diversos discursos de legitimação da desigualdade de gênero. A mitologia, talvez aborde o discurso mais antigo. Os mitos contavam que na Grécia, Pandora abriu a caixa de todos os males, devido à curiosidade nata do seu sexo. As mulheres eram responsáveis pelo desencadeamento de todas as desgraças. As grandes religiões trazem outro tipo de discurso que têm justificado as condutas de cada sexo. Eva é a Pandora judaico-cristã. Por sua culpa fomos expulsos do paraíso. Nas ciências, célebres médicos-filósofos fundamentaram o não reconhecimento dos direitos políticos femininos, a exemplo do voto, com a teoria de debilidade cerebral da mulher (PULEO, 2004).

Para entender o presente e compreender quais mecanismos nos conduziram a sermos organizados socialmente da forma como estamos, faz-se necessário conhecer a nossa história. Tomar conhecimento do que foi dito sobre as mulheres permitirá conhecer qual tem sido a compreensão dos homens sobre a mulher e da própria mulher sobre si mesma no decorrer dos tempos.

Matos (2008) assinala que alguns estudos antropológicos apontam que no início da humanidade as sociedades eram matrilineares, ou seja, cuja organização era predominantemente em torno da figura materna, coletivistas, tribais e nômades. Os papéis sexuais e sociais não eram definidos rigidamente, não havia relação monogâmica e o cuidado com as crianças cabia a todos.

Os escassos instrumentos e técnicas das primeiras populações humanas determinavam a necessidade grupal de ter padrões comportamentais de coesão e solidariedade essenciais

para a sobrevivência. Conforme destacam Pessis e Martin (2005), as necessidades dessas populações transcendiam às diferenças de gênero.

A história da humanidade fornece diversas propostas para explicar ou justificar as origens da desigualdade de gênero. Conforme Pessis e Martin (2005), as posições teóricas de origem biológica se opõem àquelas que explicam a desigualdade de gênero originária de cunho cultural. Esta última é defendida pelo movimento feminista da década de 1970. As teorias que defendem a desigualdade de gênero com base na explicação biológica, afirmam sua origem com base no dimorfismo sexual e nas especificidades de gênero relativo à função reprodutiva. Essa especialização de gênero estaria acompanhada, na mulher, do desenvolvimento da afetividade, em detrimento da racionalidade do homem. Nessa visão, a mulher teria um desenvolvimento racional inferior a do homem, o que a incapacitaria de tomar decisões importantes, tornando-a dependente do homem.

De forma dominante, o problema da desigualdade de gênero perpassa “nas sociedades humanas que apresentam desenvolvimento técnico reduzido” (PESSIS e MARTIN, 2005, p. 17). A espécie humana possui a capacidade de produzir e aperfeiçoar modificações na matéria prima, produzindo e incrementando instrumentos e técnicas necessários que compensem a carência biológica e que sirvam de substitutos para defesa. A descoberta da agricultura, da caça e do fogo motivou a fixação das comunidades em determinados territórios. Como cabiam predominantemente aos homens as atividades da caça, esses passaram a se vincular aos espaços externos do grupo. À mulher, embora não de forma exclusiva, cabia o cultivo da terra, o cuidado das crianças e o preparo dos alimentos. Os seus afazeres estariam vinculados aos espaços domésticos e “privados”. No processo de desenvolvimento da inovação tecnológica, o homem foi mais beneficiado ao acesso ao conhecimento, por estar vinculado aos espaços de trabalhos externos. Por outro lado, isso provocou a exclusão da mulher na constituição do poder da maior parte das sociedades históricas. Conforme Pessis e Martin (2005), essa segregação de trabalho e tarefa gerou a segregação de atividades entre os gêneros.

Com o conhecimento da participação do homem na reprodução e mais tarde com o estabelecimento do direito à propriedade privada, as relações passaram a ser monogâmicas, surgindo a família nuclear e patriarcal (MATOS, 2008). O regime patriarcal considerado como uma forma de organização social é regido por dois princípios básicos que estabelecem ser a mulher hierarquicamente subordinada à figura patriarcal, ou seja, ao homem e, o/a jovem ser subordinado/a aos homens mais velhos.

Por sua vez, foi concebido maior valor de estima social às atividades inerentes aos homens, em detrimento às atividades consideradas pertencentes às mulheres. Surge assim, o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia da mulher e estabelecem-se papéis sexuais, políticos e sociais rígidos. O homem passou a ter vantagens e prerrogativas diferenciadas da mulher (MATOS, 2008).

Freyre (1951) numa passagem da obra *Sobrados e Mucambos* explicita o que entende sobre imaginário patriarcal:

é característico do regime patriarcal o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo. (...) À exploração da mulher pelo homem, característica de outros tipos de sociedade ou de organização social, mas notadamente do tipo patriarcal-agrário – tal como o que dominou longo tempo no Brasil –, convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos. Por esta diferenciação exagerada, justifica-se o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades do gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado da obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filhos, criar menino (FREYRE, 1951, p. 253).

Hoje, na sociedade ocidental, a condição da mulher evidencia as mudanças culturais e evolução social. Com o advento da sociedade global a mulher se insere, gradativamente, nas instâncias de controle e poder. Há o deslocamento do conceito de ‘sexo frágil’ para o conceito de mulher competitiva e contestadora, por conseguinte, uma ameaça ao ‘sexo forte’. A mulher moderna conquista os espaços de independência, dona do seu corpo e de suas vontades.

Com a revolução industrial, a mulher passa a ter acesso às fábricas, aos escritórios, ao serviço público, à informação, à educação e ao aprendizado técnico, embora também em posição de desigualdade em relação ao homem (PESSIS e MARTIN, 2005). Conforme Puleo (2004), apesar das mudanças, a história seguiu observando dois elementos do sistema de gênero: os papéis e o *status*. Os papéis se relacionam à divisão sexual do trabalho e *status* diz respeito à hierarquia entre os gêneros. É a hierarquia que marca a desvalorização dos papéis e a dificuldade de reconhecimento social enfrentado pela mulher ainda nos dias de hoje. Pessis e Martin (2005, p. 22) afirmam que “o peso das ideologias foi um grande aliado para a conservação dessas estruturas de desigualdade, que são geradoras de violência institucional e doméstica”.

Conforme Bourdieu (1979, apud BONNEWITZ, 2003), é através da cultura que os dominantes garantem a dominação. A cultura é um sistema de lutas entre grupos sociais cuja finalidade é manter a distância entre si. Assim, os conflitos surgem com o objetivo de impor

uma visão de mundo de acordo com os interesses e significações da classe dominante, que é a lógica da dominação simbólica.

Afirmar que as diferenças de gênero são construções culturais não se apresenta como assunto inédito. O tema da diferença sexual é objeto de estudo das ciências sociais e da antropologia há muito tempo. Não é a temática que se apresenta como novidade, mas a perspectiva crítica que aponta para as novas formas de interrogar a questão da diferença e da igualdade entre homens e mulheres. Essa forma de analisar abre uma nova possibilidade de pensar a diferença e a igualdade na sua singularidade (ARAÚJO, 2005).

1.2 O conceito de gênero

Existe uma ampla literatura envolvendo o conceito de gênero social. Conforme Scott (1996), esse o conceito tem suas raízes nos movimentos feministas, formulado na academia da década de 1970. A partir de então, o feminismo como movimento social questionou a hegemonia masculina e procurou ser um movimento politizado. O termo gênero passou a ser usado pelas feministas⁵ como forma de resistência ao “determinismo biológico implícito no uso dos termos como sexo ou diferença sexual”, portanto, passando a “ênfatisar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1996, p. 1). Surge a ideia de que o feminino e o masculino são construções sócio culturais e não fatos naturais ou biológicos.

A característica relacional do conceito gênero é a interligação do conceito homem e do conceito mulher, levando em consideração as suas diversidades. A definição de gênero por Scott (1996, p.11) é composta de duas partes: a primeira define que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, e a segunda parte da definição de gênero abordada por Scott (1996, p. 12) é que “gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder”. Por conceber que esta segunda definição contribui para a percepção de gênero na dinâmica social e política, adotamos para esta pesquisa, o conceito de que gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder.

⁵ Dedicaremos a próxima seção para discorrer sobre movimentos feministas no Brasil.

O gênero é transversal a outras dimensões sociais como classe e raça. Assim, o gênero não é uma categoria isolada. Gênero é uma relação social entre homens e mulheres que influi, modifica, é influenciada e modificada na dinâmica da relação social.

Para Scott (1996, p. 19), entender gênero significa o reconhecimento de que o homem e a mulher são “ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes, pois quando parecem fixadas, elas recebem, apesar de tudo, definições alternativas, negadas ou reprimidas”. Nessa dimensão, o gênero dá significado às distinções entre os sexos, mas não são as diferenças que determinam as desigualdades entre os sexos.

Conforme Van Dijk (2012, p. 217), pesquisas mostram que o “gênero é definido não pelo que as pessoas são, mas pelo que elas fazem ou representam numa dada sociedade”. De acordo com o autor essa definição de gênero em termos do que os participantes fazem e não nos termos do que são, varia de como o contexto é construído, durante a produção e compreensão do discurso. Entretanto, ele adverte que há vários motivos para que a questão da distinção da bipolaridade entre mulheres e homens seja problemática, bem como, em especial, as comunidades que tendem a ser discriminadas, como as lésbicas, homossexuais, transexuais, entre outras.

Os comportamentos considerados masculinos ou femininos estão mudando com o passar do tempo. Essa transformação tem ficado visível quando consideramos a participação de gêneros nas profissões. Vieira (2005) argumenta que a intervenção feminina no mercado de trabalho define nova identidade profissional. Segundo a autora:

As mudanças profissionais reivindicadas pelas mulheres no novo mercado emergem com valores modificados, centrados em promissoras propostas que podem desestabilizar a hegemonia masculina no mundo profissional. A intervenção feminina nesses mercados levanta problemas para a liderança masculina, principalmente, nas economias capitalistas. Então, é possível que essa intervenção marque o início de um discurso inovador do gênero feminino no mercado de trabalho, definindo uma nova identidade profissional para as mulheres, e que a competitividade seja uma das novas características identitárias nessa disputa por mais espaço no campo profissional (VIEIRA, 2005, p. 231).

A responsabilidade das mulheres pelo sustento de milhares de famílias é fato na sociedade brasileira. A atividade como chefe de família atinge o percentual de 30%, conforme constatações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (BRASIL, 2012b). Entretanto, muitos homens ainda têm dificuldade de considerar esse dado, reproduzindo a dominação masculina tradicional.

Apesar das transformações ocorridas na condição feminina, muitas mulheres não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e

não acumulam este poder, mas o reproduzem para aqueles que de fato controlam o poder. As pequenas parcelas que lhes permitem romper com a situação são extremamente desiguais.

Esta subalteridade determinante na condição feminina é resultante do seu papel de gênero. A sociedade através das instituições, da cultura, das crenças e tradições, da educação, das leis civis e da divisão sexual do trabalho, constrói homens e mulheres como sujeitos opostos e assimétricos, envolvidos em uma relação de domínio e subjugação.

A seguir, abordaremos sobre os principais eventos dos movimentos feministas no Brasil, sua influência nas conquistas de espaços no mundo do trabalho e nas políticas públicas.

1.3 Os movimentos feministas no Brasil

A partir das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, condições de aversão e inferioridade do feminino, mulheres anônimas e declaradas de todos os recantos do país participaram do movimento feminista no Brasil, possibilitando sair do lugar da invisibilidade e apostar na transformação do mundo e de afirmação de seus direitos. Esse movimento alterou a vida de milhares de mulheres na sociedade ocidental pelo reconhecimento dos seus direitos relacionados ao direito a existir com dignidade, à propriedade, à educação e ao trabalho, de votar e de ser eleita, a participar de poder e decisão, ao seu próprio corpo, a viver livre de violências e de viver em nível de igualdade aos homens (BANDEIRA e MELO, 2010). Embora as conquistas realizadas pelos movimentos feministas tenham contribuído para uma mudança social, ainda são frágeis e suas reivindicações ainda não foram legitimadas no Brasil.

No século XIX, as lutas libertárias ganharam espaço no mundo ocidental. Conforme Bandeira e Melo (2010), no Brasil houve maior repercussão na segunda metade daquele século, com participações pontuais de mulheres brasileiras nas diversas revoltas que permearam a construção do Brasil, dentre elas: a Insurreição Pernambucana no ano de 1645, a expulsão dos Holandeses no ano de 1654, a Inconfidência Mineira marcada em 1789, a Revolução Pernambucana ocorrida em 1817 e a Confederação do Equador no ano de 1824.

A marca feminista na luta abolicionista tem destaque com a feminista, republicana e abolicionista Nísia Floresta (1810-85), nascida na Província do Rio Grande do Norte. Nísia marcou a história com a publicação do livro “Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens” (1835). No Ceará, a Sociedade das Senhoras Libertadoras agitou cidades cearenses,

promovendo atos em prol da abolição, culminando no ano de 1884 com abolição da escravidão na Província. Movimentos semelhantes aconteceram na Província do Amazonas, nas cidades de Santos, do Rio de Janeiro e de São Paulo (BANDEIRA e MELO, 2010).

As reivindicações pela emancipação das mulheres fizeram-se presentes em variados espaços da sociedade, a exemplo do movimento do direito ao voto. A cidadania perseguida pelas mulheres é abortada pela Carta Constitucional promulgada em 1891, declarando no seu artigo 70 que “são eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”. Essa premissa excluiu as mulheres do direito ao voto.

Mais tarde, com a presença da bióloga Bertha Lutz (1894-1976) no cenário político nacional teve significativa relevância com a publicação do artigo “Somos Filhos de Tais Mulheres” (1918). No artigo, a escritora do grupo feminista liberal defendia o direito ao voto das mulheres. Por outro lado, o grupo feminista anarquista não reivindicava o direito de voto, “por considerar que de nada adiantaria participar de um campo político já profundamente atravessado pelas relações de poder social e sexualmente hierarquizado (...) também se recusava a criar um partido político” (RAGO, 2012, p. 597). Esse grupo pregava que emancipação da mulher seria resolvida por intermédio da revolução social, que construiria uma sociedade igualitária, justa e livre.

Bertha Lutz encontra apoio pelo direito ao voto em Juvenal Lamartine, então senador do Rio Grande do Norte. No artigo 77 da Constituição daquele Estado, promulgada em 1927, expressa que “No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem condições exigidas por lei” (ALVES, 1980, p.117). O Estado do Rio Grande do Norte não foi apenas pioneiro ao permitir que as mulheres votassem na eleição, mas também a registrar Celina Guimarães Viana, a primeira mulher brasileira a fazer alistamento eleitoral. Ainda, elegeu Alzira Soriano, a primeira prefeita do município de Lages/RN, em 1928, embora não tenha concluído seu mandato, devido à anulação dos votos de todas as mulheres pela Comissão de Poderes do Senado.

O Presidente Getúlio Vargas, mediante o Decreto nº 21.076/1932 instituiu o Código Eleitoral Brasileiro dando abertura ao direito do voto a todo cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do código. Esse ato permitiu que as mulheres participassem das eleições de 1934 e entrassem no mundo da política. Entretanto, a democracia brasileira dos anos 1930 foi efêmera. Em 1937, o golpe militar fecha o Congresso Nacional e extingue os partidos políticos (BANDEIRA e MELO, 2010).

O Estado Novo, instaurado em 1937, restringe a participação social da mulher com a proibição da prática dos esportes: luta de qualquer natureza, futebol de salão, futebol de praia,

pólo, pólo aquático, halterofilismo e beisebol. Apenas, em 1948, o Brasil volta a enviar uma delegação feminina às Olimpíadas (SINA, 2005).

A Federação de Mulheres no Brasil, criada em 1949, uma organização exclusivamente feminina, mobilizou, no ano de 1953, mais de 300 mil pessoas na Passeata da Panela Vazia, com o objetivo de reivindicar o aumento do salário mínimo. Esse evento levou Getúlio Vargas a propor uma Lei que conferia poderes às autoridades para defender os interesses da população. Conforme Bandeira e Melo (2010), a luta contra a carestia deu muita visibilidade àquela Federação.

Em 1975, as Nações Unidas instituíram o Ano Internacional da Mulher e definiram o período de 1975 a 1985 como a Década da Mulher. Essa década seria destinada a alcançar metas relacionadas ao fim da discriminação das mulheres. Para o Brasil, o tema tinha significância especial, uma vez que a ditadura militar sequer permitia a comemoração de datas comemorativas clássicas (SINA, 2005). Paradoxalmente, esse acontecimento reverberou intensamente no Brasil. Embora havendo cerceamento das liberdades democráticas, surgiam novos movimentos no país. Assim, mesmo num contexto de crise da democracia o “feminismo organizado ganhou a sociedade, empenhado contra a supremacia masculina, a violência sexual e pelo direito ao prazer” (BANDEIRA e MELO, 2010, p. 26).

Os anos de 1970 foram sem dúvida, um marco de conscientização da luta pela emancipação da mulher. Segundo Nogueira (2004),

É nessa década que o combate à opressão contra a mulher torna-se mais acentuado; era preciso, mais do que nunca, lutar pela sua emancipação econômica e social, pelo seu direito ao trabalho, com todas as especificidades que isso implica, como, por exemplo, salários iguais para trabalhos iguais, além da reivindicação de uma divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando, ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada (NOGUEIRA, 2004, p. 37).

Surge a expressiva feminilização do trabalho, ao mesmo tempo em que ela se traduz em áreas predominantemente de empregos precários e vulneráveis. Concomitantemente, aumenta a participação da mulher trabalhadora na organização política, sindical e nas lutas de classe. Conforme Nogueira (2004), apesar do aumento de empregos, as desigualdades de salários não diminuíram e as condições de trabalho não melhoraram.

A eclosão do feminismo nos anos 70 deu início a profundas mudanças nas relações de gênero. O movimento feminista denunciou a desigualdade, expressou a aversão ao domínio nas relações de gênero e tocou em temas que incomodaram valores até então estabelecidos sobre a violência sexual e doméstica, o direito ao prazer e o direito à opção a ter ou não ter filhos. O feminismo deu visibilidade à exploração de classe e opressão de sexo apontando a

existência de diferença salarial, dupla jornada da mulher, baixa profissionalização e falta de apoio à educação dos filhos devido a ausência de creches (CUT, 1989 apud Giuliani, 2012).

A década de 1980 foi marcada por movimentos de mulheres que, vinculados à democracia do país, permitiram a inserção da mulher no aparelho do Estado. No ano de 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com o objetivo de promover políticas públicas federais específicas para as mulheres, pautadas na atuação articuladora dos interesses de movimentos das mulheres. A criação do CNDM permitiu a conquista gradativa dos espaços políticos pelas mulheres. Desse modo, as políticas sindicais restabeleceram-se e iniciaram as reivindicações de negociações coletivas (BANDEIRA e MELO, 2010).

Mulheres e feminismo foram temáticas que ensejaram movimentos feministas acadêmicos na década de 1980. Grupos de trabalhos acadêmicos desenvolveram pesquisas sobre mulher, política e trabalho, dando origem ao grupo de trabalho Estudo das Relações Sociais de Gênero, oriundos da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Em 1992, as feministas acadêmicas criaram a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), com a filiação dos núcleos de pesquisa universitários das regiões Norte e Nordeste. A partir do desenvolvimento do pensamento feminista acadêmico, surgiram encontros resultando em revistas publicadas por Universidades Federais e Estaduais (ESMERALDO, 2010).

Em decorrência da ampliação dos espaços destinados aos estudos de gênero, mulheres, e feminismo, o CNDM perdeu gradativamente sua importância, sendo reativado em função da participação brasileira na Conferência do Cairo (1994) e de Beijing (1995). A partir desses eventos, o CNDM iniciou mobilizações para resgatar o seu papel de executor de políticas públicas. Uma das conquistas dos movimentos feministas e de mulheres foi colocar na agenda pública a necessidade de uma instituição que as representasse. É nesse contexto que em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM). Na seção seguinte, faremos uma breve apresentação dessa Instituição, agenda e políticas para a mulher brasileira.

1.4 Agenda e políticas para as mulheres

As instituições são instâncias de poder que têm a finalidade de instituir a realidade, oficializar as relações sociais e consolidá-las, com autonomia para impor definições legítimas da realidade nas suas respectivas áreas de atuação. Entretanto, o discurso institucional tem eficácia quando encontra agentes prontos para acolhê-lo e seja formulado por agentes

autorizados (BONNEWITZ, 2003). A instituição para a mulher brasileira foi criada pelo Governo Federal, denominada Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

No ano de 2003 o Governo Federal criou, em nível de Ministério, a SPM e legitimou a elaboração e implementação de políticas públicas para as mulheres no aparelho do estado, com objetivo de eliminar todas as formas de discriminação e desigualdade de gênero e raça/etnia e a consolidar plenos direitos humanos e cidadania para as mulheres (BANDEIRA e MELO, 2010).

No ano seguinte, o Governo Federal legalizou o “Ano da Mulher”, mediante a Lei nº 10.744, de 9 de outubro de 2003. O dispositivo legal estabeleceu a incumbência ao Poder Público a promoção, a divulgação e a comemoração do Ano da Mulher, com a promoção de programas e atividades, envolvendo a sociedade civil, visando estabelecer condições de igualdade e justiça na inserção da mulher na sociedade.

A SPM foi criada para exercer as competências de formular e coordenar políticas para as mulheres; elaborar e implementar campanhas educativas e de combate à discriminação; elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e outras esferas de governo a promoção de igualdade; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais voltados à implementação de políticas para as mulheres; e, promover o acompanhamento de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação (BRASIL, 2004a) .

Uma das ações iniciais da SPM destacou-se com a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, no ano de 2004. Contou com a participação de, aproximadamente, 2.000 delegadas governamentais e representantes da sociedade civil. O evento teve o objetivo de discutir e propor diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Na ocasião, a SPM lançou o slogan “Faz diferença acabar com a indiferença” demarcando o propósito de elucidar temas e desenvolver ações relacionadas à mulher (Ver figura 2).



Figura 2: Slogan Ano da Mulher
Fonte: BRASIL (2004a)

A SPM promoveu vários encontros em todos estados brasileiros, ampliando assim, o debate sobre temas sugeridos/provocados na Conferência, nos movimentos das mulheres e em outros eventos (BRASIL, 2004a).

Com a criação da SPM, ações governamentais foram implementadas, objetivando o fortalecimento da democracia e a diminuição das desigualdades, discriminações sociais e econômicas de gênero, raça e cor. Ao lado dessas ações voltadas para igualdade e liberdade, buscou-se a incorporação de medidas orientadas para combater a desigualdade e a discriminação que colocam trabalhadoras e trabalhadores em lugares de desvantagem, enveredando assim, pelos caminhos da tentativa de mudança social (BRASIL, 2004a).

O processo de mudança social vem ocorrendo na sociedade brasileira, assim como propostas de ações da SPM, com a participação dos movimentos de mulheres, dos movimentos feministas e da sociedade civil. Embora essa conjuntura seja favorável, não se traduz em imediatas mudanças. Com a perspectiva da promoção da igualdade entre mulheres e homens, a SPM desenvolveu um processo participativo e de diálogo entre o poder público e a sociedade.

A promoção das conferências assegurou o espaço político de participação das mulheres, surgindo um novo ciclo na construção de políticas para as mulheres. A participação das mulheres e suas representações de movimentos sociais fortaleceram a construção de uma democracia impulsionadora de organização social, subsidiando com elementos fundamentais para diagnósticos sobre desafios a enfrentar através de implementação de políticas públicas.

O olhar histórico sobre a concretização das ideias nascidas nos movimentos feministas da sociedade brasileira permitiu observar sutis mudanças culturais expressas em atos legislativos, políticos e econômicos voltados para a igualdade entre homens e mulheres. Resultante desses movimentos, o século XXI desponta com um cenário diferente em relação à profissionalização da mulher e à educação. É possível afirmar que o feminismo foi um dos movimentos sociais que modificou o curso da história feminina no país e consolidou-se como política de Estado através de uma Instituição para as mulheres (BRASIL, 2008c).

A SPM foi criada num momento de mudanças políticas no Brasil: um ano após a eleição do então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. A SPM representa a legitimação de um espaço governamental, voltado para a discussão e tomadas de decisões no âmbito da gestão pública para as mulheres.

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004, sinalizou a capacidade de organização e mobilização do movimento de mulheres e de feministas. A SPM significou o acesso das mulheres às instâncias governamentais. Com o apoio e o

compromisso do Presidente da República, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres tomou espaços para as ações de implementação e discussões sobre temas que envolvem a participação da mulher na política, no poder e no mundo do trabalho (BRASIL, 2011c).

Com base nesses temas, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2007, alicerçou o lançamento da campanha “Mais Mulheres no Poder”. Campanhas similares foram criadas pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher e pelo Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, com o apoio da SPM. O acesso das mulheres nos espaços políticos foi base para a preparação de um ambiente favorável à eleição de uma mulher à Presidência da República (BRASIL, 2011b). O Brasil realizou eleições majoritárias no ano de 2010 e a eleição da Presidenta Dilma Rousseff marcou a história da participação da mulher no espaço político do país. Apesar desse avanço, os dados revelam que a desigualdade das mulheres nos cargos de decisão nas instâncias hierárquicas de instituições de governo persiste. Na figura 3, os dados mostram a desigualdade da participação feminina em posições de poder. As mulheres brasileiras são sub-representadas e ocupam posição inferior em empregos com responsabilidade de comando.

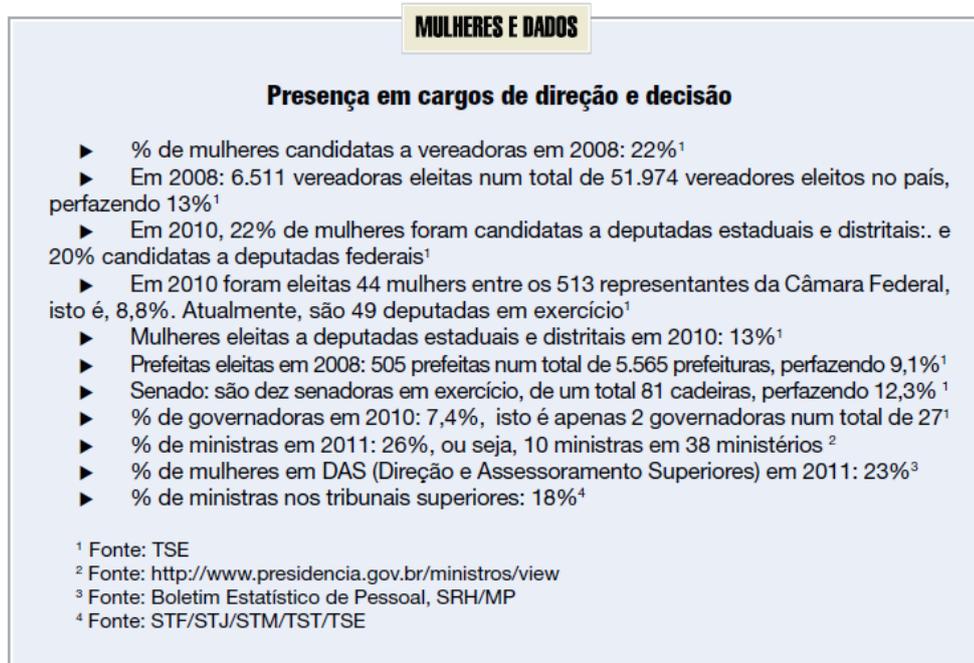


Figura 3 - Mulheres em cargos de direção e decisão
 Fonte: BRASIL (2011b)

Nas Conferências Nacionais promovidas pela SPM, as mulheres rurais exigiam políticas focando, prioritariamente, a necessidade de obtenção da documentação, o acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica e à organização produtiva. Ainda, reivindicavam ações

relativas às questões ambientais, ausência de infraestrutura no meio rural e violência contra a mulher. Diferentes grupos de base e movimentos sociais, sindicatos, federações, associações e cooperativas levaram as reivindicações de indígenas, ribeirinhas, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, mulheres do campo e da floresta, acampadas e assentadas da reforma agrária (BRASIL, 2011b).

Apesar da participação das mulheres rurais na luta pela Reforma Agrária, os fatos registram que elas sempre foram preteridas em relação aos homens para a seleção de assentamento. Conforme Siliprandi e Cintrão (BRASIL, 2011b), a partir da primeira edição da Marcha das Margaridas⁶, em 2000, o direito à documentação básica e o direito à terra passaram a ser as reivindicações principais das mulheres rurais.

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural foi criado em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como resultado do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A realização das ações relativas ao Programa envolve órgãos governamentais e representação da sociedade civil. A organização de mutirões itinerantes nas proximidades rurais dá o acesso a documentos civis e trabalhistas gratuitamente, que favorecem ao acesso a políticas públicas do Governo Federal (BRASIL, 2010c), dentre eles, a Titulação Conjunta Obrigatória da Terra, que compreende uma ampliação dos direitos das mulheres à terra, nos lotes de assentamentos; e, o Programa Nacional de Agricultura Familiar para a Mulher (Pronaf Mulher), que tem o objetivo de financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares.

Outros movimentos de mulheres rurais vêm reivindicando políticas de apoio à produção e comercialização. Grupos produtivos são formados por mulheres que trabalham com artesanato e produtos oriundos dos quintais e arredores da casa. A comercialização desses produtos é majoritariamente informal e esporádica. Esses grupos produtivos contam com pouco financiamento e vendem seus produtos diretamente ao consumidor. (BRASIL, 2011b).

⁶ Marcha em homenagem à Margarida Maria Alves, que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoas Grande, na Paraíba, entre 1973 e 1982. Fundadora do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Margarida obteve grande destaque na região por incentivar os trabalhadores rurais a buscar na Justiça a garantia dos seus direitos protegidos pela legislação trabalhista. Esse espírito de defesa ao trabalhador rural foi o motivo do assassinato de Margarida Maria Alves, em 12 de agosto de 1983. Ela se tornou símbolo de força e de resistência e luta (SPM, 2011). A Marcha das Margaridas de 2011 foi coordenada, dentre outras instituições, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede Lac) (BRASIL, 2011b).

A SPM em parceria com os Governos dos Estados e dos Municípios, por meio das Secretarias da Mulher e do Turismo, criou o Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres. O Programa tem como prioridade atender mulheres rurais e indígenas, com baixa-renda, pouca escolaridade, em situação de risco social e vulneráveis à violência doméstica (BRASIL, 2012a). O Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher é uma iniciativa da SPM em parceria com SEBRAE, com o objetivo de alterar de modo significativo a inter-relação nos processos de desenvolvimento local e as condições de vida das mulheres.

Outra ação implementada pela SPM é o Programa “Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil”, que tem o propósito de promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e ao apoio ao empreendedorismo, cooperativismo e associativismo.

Em parceria com o Ministério da Educação, a SPM criou o Plano de Desenvolvimento da Educação com iniciativas voltadas para o sucesso e a permanência dos estudantes na escola. Segundo o IBGE (BRASIL, 2010g), os meninos deixam de frequentar a escola no ensino médio mais que as meninas. No ensino superior, nos cursos de graduação e de pós-graduação, a participação das mulheres é maioria. Os dados estatísticos mostram que, ao longo dos anos, são comprovados os avanços graduais na educação brasileira. O destaque de participação recai sobre a mulher, cujos percentuais se sobressaem quando comparados à participação do homem. Em Retratos da desigualdade de gênero (BRASIL, 2012c), no ano de 1999 a média de anos de estudo da população composta por mulher branca acima de 16 anos, era de 8,0 e no ano de 2009, elevou para 9,7. Quanto aos homens, também é apresentada a evolução da média de anos de estudo. Ao longo dos anos, verificam-se os avanços dos níveis de escolaridade da mulher em comparação ao homem. É possível concluir que as mulheres alcançaram maiores avanços nos níveis de escolaridade do que o homem, mas isso não representa ainda o rompimento das desigualdades. A Figura 4 indica que as diferenças de escolaridade entre homem e mulher, no período de dez anos são significativas, quer sejam comparadas por sexo quer sejam por raça.



Figura 4 - Educação por sexo e raça
Fonte: BRASIL (2012c)

Para a inserção da mulher no trabalho, um dos quesitos necessários é inquestionavelmente a escolaridade. Embora as mulheres tenham alcançado avanços importantes ao longo das últimas décadas, apresentando mais anos de estudo do que os homens, a manutenção histórica das desigualdades tem limitado o acesso, o progresso e as oportunidades entre a população rural, negra e nordestina (BRASIL, 2012c). Tais dados nos permitem concluir que devido à desigualdade de gênero, a maior escolaridade da mulher não se reflete de fato em melhores e mais igualitárias condições de trabalho.

O trabalho é fundamental para a autonomia das pessoas, construção de identidades, reconhecimento social, acesso a bens de consumo e a outras dimensões simbólicas. O mundo do trabalho parece não só produzir, mas reproduzir assimetrias de gênero e exclusão social. Os índices de ocupação pelos homens são mais elevados em comparação aos percentuais relativos às mulheres. Quando se trata de ocupação precária a situação inverte. Podemos entender que “a precarização do trabalho tem sexo” (NOGUEIRA, 2004, p. 87) e cor, marcada pela exploração. Os dados na figura 5 oferecem uma síntese dos diferentes percentuais de ocupação entre homens e mulheres e acrescenta as diferenças entre as mulheres quando se trata de cor.

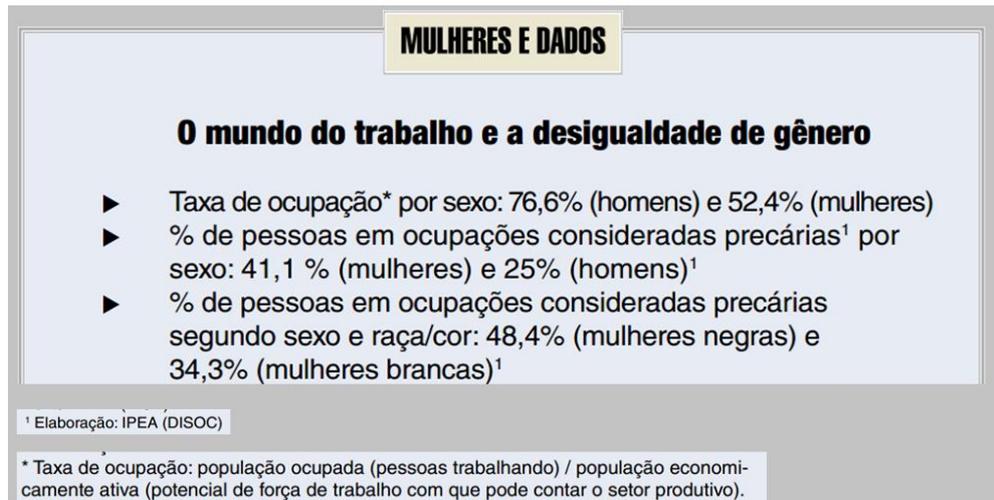


Figura 5 - O mundo do trabalho e a desigualdade de gênero
Fonte: BRASIL (2011b)

Em parceria com a Organização Internacional do Trabalho-OIT, a SPM lançou no ano de 2005 o Programa Pró-Equidade de Gênero, que consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça no mundo do trabalho. O Pró-Equidade de Gênero é dirigido às organizações de setores públicos e privados e tem como objetivos contribuir para a eliminação das formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego; sensibilizar empregadores a estimular as práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres; reconhecer publicamente o compromisso das empresas com a equidade de gênero no mundo do trabalho (BRASIL, 2006a). A edição lançada em 2009 contou com a participação de 71 organizações públicas e privadas, das quais 58 concluíram satisfatoriamente as ações e receberam o distintivo Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça (BRASIL, 2012a).

Embora haja iniciativa da SPM para a igualdade de oportunidades no serviço público, é bem verdade que o número de mulheres brasileiras que ocupam cargos de comando, Direção e Assessoramento Superiores (DAS) é inferior em todos os níveis. É reduzido o número de participação da mulher no campo gerencial, embora esta apresente índices de escolaridade mais elevados que o homem. A ordem de escala de DAS é crescente: quanto maior o nível, maior o posto e a remuneração⁷.

⁷ A Lei nº 2.778/2012, que dispõe sobre remuneração e reajuste de Planos de Cargos e Gratificações, no Anexo C, alínea b, estabelece para o nível DAS-6 o valor remuneratório de R\$ 12.042,60 e para o nível DAS-1, o valor remuneratório de R\$ 2.152,46 (BRASIL, 2012m).

O quantitativo de mulheres é maior nos postos de menor hierarquia das organizações públicas federais e, à medida que aumenta o nível de decisão, a representação feminina é inversa, revelando uma segregação vertical que dificulta a progressão das mulheres aos cargos mais elevados na pirâmide organizacional. Vejamos os dados a seguir, conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Participação da mulher nos cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS)

Nível da função	Quantitativo dos ocupantes de DAS		
	Masculino	Feminino	Total
DAS-1	3.989	3.253	7.242
DAS-2	3.313	2.820	6.133
DAS-3	2.285	1.955	4.240
DAS-4	2.199	1.274	3.473
DAS-5	764	301	1.065
DAS-6	174	49	223
Total	12.724	9.652	22.376

Fonte: adaptado BRASIL (2012p)

Nesta seção, apresentamos as iniciativas e políticas implementadas pela SPM, estabelecendo um paralelo entre as práticas e a realidade na mulher trabalhadora. Apesar dos avanços, os desafios para a igualdade entre homens e mulheres ainda se apresenta como desafio para as futuras gerações. A condição feminina é uma questão social complexa. Investigar as práticas discursivas da SPM nos possibilita reconhecer a complexidade que envolve o tema, bem como o pluralismo dos interesses sociais e das formas de poder.

Ao longo do capítulo, abordamos os temas que envolvem gênero social, o feminismo e desdobramentos para a criação de uma instituição e suas políticas públicas para as mulheres. Consideramos a relevância de tratar sobre esses aspectos, na medida em que relacionam com o objetivo geral da nossa pesquisa que é investigar como as práticas discursivas da SPM constroem representações sobre a mulher no mundo do trabalho. Pretendemos com essa abordagem apontar, por um lado, para as questões históricas e culturais que contribuíram para a desigualdade de gênero e, por outro lado, para as conquistas alcançadas decorrentes dos movimentos feministas. Nessa perspectiva, percebemos que embora as evidências apresentem resultados positivos, grandes são os desafios no processo da emancipação feminina.

Para viabilizar nossa investigação, no próximo capítulo tratamos sobre os fundamentos teóricos da ACD, para nos possibilitar a análise crítica da relação linguagem e das práticas sociais. Consideramos que a ACD é relevante para a construção do marco teórico de nosso

trabalho sobre identidade social. Também acreditamos que o discurso não é neutro e imparcial, além de que, pelo discurso se constroem identidades dos atores sociais que são selecionados em nossa pesquisa: as mulheres trabalhadoras. As bases teóricas da ACD apresentam mais adequadas para orientar nossas discussões. Assim, trataremos sobre a ACD e a Teoria Social do Discurso, que nos fundamentam para o desenvolvimento da pesquisa.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: UM MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo, discutimos os principais aportes teóricos desta investigação: a Análise Crítica do Discurso (ACD) e a Teoria Social do Discurso. Inicialmente, apresentamos um breve histórico sobre as origens da ACD e suas bases teóricas. Em seguida, abordamos a noção de discurso, poder e ideologia na ACD. Apresentamos as categorias de análise do discurso propostas por Norman Fairclough e a relevância dessas categorias para esta pesquisa. Por fim, discorreremos sobre os significados da linguagem, conforme propostos por Fairclough (2003), associados às noções de gênero textual, representação e identidade. Para guiar tais considerações, é norteadora a reflexão sobre a relação entre discurso e mundo estabelecida por Fairclough (2003, *apud* RESENDE e RAMALHO, 2011, p. 70): “diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com outras pessoas”.

2.1 Análise Crítica do Discurso: bases teóricas

O termo Análise Crítica do Discurso começou a ser usado pelo linguista britânico Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster, com a publicação de um artigo no *Journal of Pragmatics*, em 1985. No início da década de 1990, a ACD se consolidou num simpósio realizado em Amsterdã, em janeiro de 1991, com os estudiosos presentes: Van Dijk, Fairclough, Kress, Leeuwen e Ruth Wodak (RESENDE e RAMALHO, 2011). A publicação da revista *Discourse and Society*, editada por Van Dijk, em 1990, é um marco que se destaca no desenvolvimento no campo de estudo da ACD. Outra contribuição significativa é a obra de Ruth Wodak, publicada em 1989: *Language, power and ideology*.

Apesar de existirem diferentes abordagens de análises da linguagem, Fairclough é reconhecido como um dos expoentes da ACD (RAMALHO, 2005). Sua proposta teórico-metodológica é denominada a Teoria Social do Discurso. Essa convenção também é mantida nesta pesquisa, embora reconheçamos que os estudos em ACD não se limitam à proposta de

Fairclough. Os trabalhos desenvolvidos por Teun A. van Dijk, a partir de uma perspectiva sociocognitiva, apresentam outras possibilidades investigativas na ACD. Um dos marcos da obra de Fairclough é a publicação do livro *Language and Power (1989)*. Com *Discurso e Mudança Social*⁸, o autor (2008) divide a análise do discurso em dois grupos, conforme a natureza de orientação social para o discurso.

As abordagens críticas diferem das abordagens não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso (FAIRCLOUGH, 2008, p. 31-32).

Para Fairclough (2008, p. 28), o adjetivo “crítico” implica mostrar conexões e causas que estão ocultas ou implícitas nas práticas discursivas. Dentre as abordagens críticas, encontra-se a Linguística Crítica (L.C), desenvolvida por um grupo da Universidade de East Anglia na década de 1970, representado por Fowler, Hodge e Kress. A L.C articula métodos de análise linguístico-textual, com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos. A segunda abordagem situada por Fairclough (2008) como ‘crítica’ é a Análise do Discurso Francesa, conforme proposta por Pêcheux, com base na teoria ideológica de Althusser. Para Fairclough (2008), Pêcheux desenvolveu uma abordagem crítica para a análise do discurso, ao combinar uma teoria social do discurso e um método de análise textual.

A ACD é uma área de estudo relativamente nova, que envolve estudos entre “discurso, sociedade e cultura em diferentes domínios culturais” (PONTES, 2004, p. 23). No Brasil, o interesse pela ACD vem crescendo nas últimas duas décadas. Traduções para a Língua Portuguesa, a exemplo de *Discurso e Mudança Social*, de Norman Fairclough, organizado por Isabel Magalhães (2008), e de *Discurso e Poder*, organizado por Hoffnagel e Falcone (2010), entre outras publicações, foram importantes para a divulgação da ACD no país.

De acordo com Fairclough (2008, p. 28), uma análise crítica, além de desvendar conexões e causas que estão ocultas, implica também intervir socialmente para contribuir na geração de “mudanças favoráveis àqueles que estejam em desvantagens”. O linguista ressalta que a ACD tem como foco as temáticas sociais, tais quais: desigualdade social, racismo, gênero, dentre outras. Assim, os principais fundamentos da ACD se relacionam às seguintes questões: (a) aborda problemas sociais; (b) reconhece que as relações de poder são

⁸ Fundamentamos a pesquisa nos aportes teóricos de Norman Fairclough - *Discurso e Mudança Social* (FAIRCLOUGH, 2008).

discursivas; (c) o discurso constitui a sociedade e a cultura; (d) o discurso realiza um trabalho ideológico; (e) o discurso é histórico; (f) a relação entre texto e sociedade é mediada; (g) a análise do discurso é interpretativa e explanatória; (h) o discurso é uma forma de ação social (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997, *apud* VAN DIJK, 2010b, p. 115).

Esses fundamentos apontam que a ACD tem centralidade nos modos como o discurso produz, confirma, legitima ou reproduz as relações sociais, e tem a preocupação de investigar as conexões do uso das formas de discurso com a produção, a manutenção e a mudança de relações de poder (MEURER, 2005). Resende (2012, p. 441) defende que a ACD é “crítica porque sua abordagem é relacional-dialética, ou seja, é orientada para a compreensão dos modos pelos quais o elemento discursivo funciona na prática social, especificamente no que se refere aos seus efeitos em lutas hegemônicas”. Para Fairclough (2008), a luta hegemônica é refletida pela articulação, desarticulação e rearticulação, representando a dialética do discurso, em que se estabelecem as ordens do discurso⁹ e a instabilidade das relações entre as classes. Conforme o autor, a maioria dos discursos se constrói na luta hegemônica em instituições tais quais: escola, família, tribunais de justiça entre outras, compostas por atores, homens e mulheres, professores e alunos, polícia e público.

Um dos principais objetivos da ACD é “mostrar como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas, mais abrangentes de poder e dominação” (KRESS, 1990 *apud* SOUZA, 2008, p.78). Conforme Pedro (1997, p. 21), a ACD focaliza “o processo analítico que julga os seres humanos a partir da sua socialização e as subjetividades humanas e o uso linguístico como expressão de uma produção realizada em contextos sociais e culturais, orientados por formas ideológicas e desigualdades sociais”. Assim, a ACD é uma abordagem que tem a preocupação de entender o processo linguístico nas relações sociais, bem como compreender a relação entre discurso e dominação. A respeito do discurso e dominação pertinentes são as palavras de Van Dijk (2010b), segundo o qual poder social é uma característica da relação entre grupos e classes, ou mesmo entre pessoas, manifestada na interação.

A ACD traz uma relação intrínseca entre discurso e sociedade e se define como um campo de estudo que envolve estudos sociais e lingüísticos, na dialética entre o discurso e as práticas sociais.

⁹ A ordem do discurso é um conceito de Foucault e “refere-se à totalidade de práticas discursivas em uma sociedade ou instituição, à inter-relação entre as práticas, às articulações e rearticulações entre elas” (SILVA, 2010, p.112).

2.2 Noções de discurso, poder e ideologia

Para construir o conceito de discurso considerando os aspectos do sistema linguístico e a relação interna e dialética entre linguagem e sociedade, Fairclough (2008) entende que o uso da linguagem é um modo de ação historicamente situado, constituído socialmente e constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimentos e crenças. O uso da linguagem, portanto, é concebido como prática social. É nessa direção, que consiste a concepção dialética entre discurso e sociedade. Por isso, consideramos para esse trabalho a definição de discurso sugerida por Fairclough (2008):

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso como um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representações (...). Segundo, implica uma relação dialética entre discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira (FAIRCLOUGH, 2008, p. 90-91).

Nesse sentido, o discurso é compreendido como um modo de agir sobre o mundo e sobre as pessoas, um modo de representar a realidade e é determinado pelas estruturas sociais¹⁰, ao tempo em que produz efeito sobre a sociedade ao transformar ou reproduzir essas estruturas. A concepção de discurso como prática social implica princípios que devem ser considerados. Em primeiro lugar, os indivíduos realizam ações por meio da linguagem e, em segundo, há uma relação entre o discurso e as estruturas sociais, isto é, o discurso influencia as estruturas sociais e também é influenciado por elas.

A estreita interligação entre discurso, poder e ideologia compõe a definição de ideologia por Fairclough (2008, p. 121): “As práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder”. Assim, entendemos que ideologia é a forma de ver o mundo, manifestada em textos, que contribui para manter ou mudar as formas e poder.

Para Fairclough (2008), as ideologias surgem nas sociedades marcadas pelas relações de dominação, envolvendo classe, gênero social ou grupo social. À medida que as pessoas transcendem essas sociedades, transcendem também a ideologia. O linguista considera que “a ideologia está localizada tanto nas estruturas, isto é, ordens do discurso, que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios

¹⁰ Estruturas sociais são entidades muito abstratas. Pode-se pensar em uma estrutura social (tal como uma estrutura econômica, uma classe social, um sistema de parentesco ou uma língua) em termos da definição de um potencial, um conjunto de possibilidades (FAIRCLOUGH *apud* SILVA, 2010, p. 111).

eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras” (FAIRCLOUGH, 2008, 119).

A abordagem de Fairclough, desde o início, inspirada nos conceitos de Bakhtin, buscava contribuir para a reflexão sobre a influência do texto como mudanças sociais, visando superar as relações assimétricas de poder, configuradas no discurso:

A ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível. Se alguém se torna consciente de que um determinado aspecto do senso comum sustenta desigualdades de poder em detrimento de si próprio, aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente (FAIRCLOUGH, 1989 apud RESENDE e RAMALHO, 2011).

Segundo Fairclough (1995, *apud* RESENDE e RAMALHO, 2011), algumas abordagens identificam a ideologia apenas na estrutura e a capacidade de ação dos sujeitos não é percebida. O linguista explica que ideologia é, em princípio, representação. Entretanto, pode ser legitimada como ação social e transferida nas identidades¹¹.

Foucault (1985, *apud* MAGALHÃES, 1996, p. 42), explica que “os discursos são elementos táticos ou blocos que operam no campo das relações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas”.

Na perspectiva de Fairclough (2008), o discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. A naturalização das ideologias leva ao senso comum, pois

As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2008, p. 117).

É importante ressaltar que o acesso discursivo é um forte aparato de poder. Entendemos poder como “uma propriedade das relações entre grupos, instituições ou organizações sociais” (VAN DIJK, 2010b, p. 87). A respeito disso, Falcone (2005, p. 22) argumenta que “o controle organizado pelas instituições de poder é muito bem estabelecido e regido por esquemas rígidos que dificultam a inserção de quem não faz parte destes grupos sociais”. A exclusão e o acesso ao discurso são tratados nos estudos desenvolvidos por Van Dijk (1991). Para o autor, o acesso envolve a participação das pessoas nos eventos

¹¹ Trataremos dos temas representação e identidades na seção dedicada aos Significados da Linguagem.

comunicativos, as formas como controlam as propriedades do discurso assim como a tomada de turno, a sequência e a topicalização, e as formas de representação das pessoas.

Van Dijk (2010b) alerta para a prática comunicativa e interacional quando uma instituição exerce controle sobre outra para defender os seus interesses e contra o interesse daqueles que controlam. O autor denomina essa atitude de manipulação, porque “envolve não apenas poder, mas especificamente abuso de poder, ou seja, dominação. (...) Mais especificamente, a manipulação implica o exercício de uma forma de influência deslegitimada por meio do discurso” (VAN DIJK, 2010b, p. 234).

Para esta pesquisa é importante questionar, seguindo Hoffnagel (2010): a atuação da mulher contemporânea no acesso aos espaços profissionais, bem como na busca de melhores condições nos espaços sociais representam mudanças substantivas? Conforme a pesquisadora, para haver mudanças para as mulheres,

Não se exige nada de espetacular. Já seria suficiente o domínio de um pequeno conjunto de fios que permitissem tecer uma rede capaz de colaborar para a autonomia, instância renovadora e revolucionária nas práticas sociais. Um desses fios, fundamental porque imprescindível ao ser humano, é a linguagem (HOFFNAGEL, 2010, p. 161).

Van Dijk (2010b) chama a atenção de que são poucos os membros de grupos minoritários que exercem altos cargos de poder no trabalho. Aqueles que alcançam esses cargos tomam precauções para não falarem de forma radical sobre reclamações e exigências do seu grupo, porque tais atitudes comprometem a estabilidade no cargo profissional. Os grupos minoritários têm pouca influência no discurso corporativo dominante, não são capazes de desafiar com sucesso as ideologias subjacentes à discriminação e à marginalização no mercado de trabalho. Entretanto, é possível mudanças que ‘remoldem’ essas práticas sociais. Nas palavras de Vieira (2005):

As mudanças profissionais reivindicadas pelas mulheres no novo mercado emergem com valores modificados, centrados em promissoras propostas que podem desestabilizar a hegemonia masculina no mundo profissional. A intervenção feminina nesses mercados levanta problemas para a liderança masculina, principalmente, nas economias capitalistas. Então, é possível que essa intervenção marque o início de um discurso inovador do gênero feminino no mercado de trabalho, definindo uma nova identidade profissional para as mulheres, e que a competitividade seja uma das novas características identitárias nessa disputa por mais espaço no campo profissional (VIEIRA, 2005, p. 231).

Tratar a questão do discurso, do poder e da ideologia em sintonia com a ACD é relevante neste trabalho porque em primeiro lugar, possibilita a compreensão de que o discurso não é neutro ou imparcial e exerce influência na situação de desigualdade social. Em segundo lugar, porque orienta que as práticas discursivas têm o poder de criar, reproduzir e

transformar as práticas sociais e a atuação dos atores na sociedade. Para aprofundar essa concepção, passemos a discutir a Teoria Social do Discurso desenvolvida por Fairclough (2008), que apresenta uma perspectiva tridimensional da análise do discurso e categorias de análise que tomaremos como base para as análises desta pesquisa.

2.3 O Modelo Tridimensional de Fairclough

A Teoria Social do Discurso defendida por Fairclough (2008) opera a partir do Modelo Tridimensional para desenvolver análises dos eventos discursivos. O Modelo considera que o texto, a prática discursiva e a prática social se configuram em “elos entre a linguagem e a prática social, realçando, ainda, a investigação sistemática das conexões entre a natureza dos processos sociais e as propriedades dos textos linguísticos” (FAIRCLOUGH *apud* SILVA, 2010, p. 111). Essas dimensões buscam, respectivamente, a descrição do texto, a interpretação e a explicação das práticas sociais e das práticas discursivas. Conforme explica Gouveia (1997):

quando se encara a linguagem como discurso e como prática social, está se empenhando não apenas em analisar textos, não apenas em analisar processos de produção e de interpretação, mas em analisar as relações entre os textos, processos e suas condições sociais: tanto as condições imediatas do contexto situacional, como as condições, mais remotas, das estruturas institucionais e sociais (GOUVEIA, 1997, *apud* SILVA, 2010, p. 111).

As práticas, os significados, os valores, as demandas, as proibições e as permissões adotadas pelos agrupamentos sociais influem diretamente sobre os indivíduos que convivem nesses grupos (Meurer, 2005). Desta forma, as práticas, os valores e os significados desses grupos sociais são expressos através da linguagem. A diferença entre discurso e texto é compreendida por Fairclough (1992) da seguinte forma:

(...) discurso é o conjunto de afirmações que, articuladas na linguagem, expressam os valores e significados das diferentes instituições; o texto é a realização linguística na qual se manifesta o discurso. Enquanto o texto é uma entidade física, a produção linguística de um ou mais indivíduos, o discurso é o conjunto de princípios, valores e significados por trás do texto. Todo discurso é investido de ideologias (FAIRCLOUGH, 1992, *apud* MEURER, 2005, p. 87).

Marcuschi (2010) também ressalta a importância de estabelecer a distinção entre texto e discurso. O autor defende que “texto é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. Discurso é aquilo que um texto produz ao se

manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos” (MARCUSCHI, 2010, p. 25).

A partir da figura 6, passemos para a discussão do Modelo proposto por Fairclough (2008):



Figura 6: Modelo Tridimensional de Fairclough
Fonte: Adaptado de Fairclough (2008)

A análise do evento discursivo no texto dá privilégio à descrição dos elementos linguísticos, incluindo o léxico, as opções gramaticais, a coesão e a estrutura do texto. “Os tipos de texto diferem nas formas de relação que são estabelecidas entre suas orações e nas formas de coesão que essas relações favorecem, e essas diferenças podem ter significação cultural ou ideológica” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 217). A prática discursiva se relaciona à forma como os textos são produzidos, consumidos e distribuídos. Já a prática social se constitui dos aspectos ideológicos e hegemônicos observados nos discursos, ou seja, procura explicar como o texto está impregnado de ideologias e hegemonias.

A partir da distinção das dimensões do modelo de Fairclough (2008), as categorias de análise propostas em Discurso e Mudança Social podem ser agrupadas conforme delineadas na figura 7 a seguir:

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura textual	Produção Distribuição Consumo Contexto Força Coerência Intertextualidade	Ideologia (sentidos, pressuposições, metáforas) Hegemonia (orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas)

Figura 7 – Categorias analíticas do modelo de Fairclough
Fonte: adaptado de Fairclough (2008)

(i) Análise textual

No que diz respeito à categoria de análise textual, Fairclough (2008) assinala que pode ser organizada em quatro itens tais quais: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Nesse sentido, para analisar o evento discursivo textual o foco está na descrição dos elementos linguísticos e “exige uma interpretação, por estarmos lidando com material simbólico” (MEURER, 2005, p. 94).

Para analisar o vocábulo, Fairclough (2008) orienta observar a ênfase das palavras-chave que têm significado cultural geral ou local; palavras de significados variáveis e mutáveis; e, verificar o significado potencial de uma palavra como modo de hegemonia ou um foco de luta.

Quanto à análise da gramática, parte-se do princípio de que toda oração é resultante da combinação de significados identitários relacionais e textuais. As dimensões da gramática envolvem a transitividade, a modalidade e o tema. A transitividade torna-se relevante ao estudo, porque indica as razões que motivam a escolha da voz passiva, que pode ter fins ideológicos, como omitir a causalidade ou o agente. Analisar a transitividade é tentar formular quais os fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos determinam como um processo é significado num tipo particular de discurso, ou num texto particular.

Fairclough (2008) propõe que a análise da coesão seja usada para investigar os esquemas retóricos em vários tipos de texto, com os objetivos de observar a conexão entre os períodos e as orações no texto; identificar as relações funcionais entre as orações e os períodos no texto; identificar a existência de marcadores coesivos de relações funcionais explícitos e os tipos - referência, elipse, conjunção, lexical.

(ii) Análise da prática discursiva

Fairclough (2008) orienta que a dimensão de análise da prática discursiva relaciona-se à interpretação da produção, distribuição e consumo do texto. É o tipo de análise que diz respeito à recepção e interpretação pelos leitores. Nessa dimensão se discute a coerência e a intertextualidade. Esta última tem o objetivo de especificar os tipos de discurso que estão contidos na amostra a ser analisada. Intertextualidade é “a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 114). Nessa perspectiva, os textos podem transformar textos anteriores para produzir novos textos. Esses novos textos são marcados por aspectos na superfície do texto-fonte, como por exemplo, aspas.

O autor (2008, p. 137) defende que, “a intertextualidade implica ênfase sobre a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta os elementos e as linhas diversos e frequentemente contraditórios que contribuem para compor um texto”. Os textos variam devido a sua heterogeneidade, dependendo se suas relações são complexas ou simples. É nesse sentido que Fairclough (2008) salienta:

os textos podem ou não ser ‘reacentuados’; eles podem ou não recorrer ao estilo ou ao tom predominante do texto circundante. Ou novamente, os textos de outros podem ou não se fundidos com suposições o segundo plano do texto que não são atribuídas a ninguém, por meio da pressuposição. Desse modo, textos heterogêneos podem ter uma superfície textual desigual e ‘acidentada’, ou relativamente regular (FAIRCLOUGH, 2008, p. 137).

Para Fairclough (2003, *apud* RESENDE e RAMALHO, 2011, p. 65) intertextualidade é “a presença de elementos atualizados de outro texto em um texto – citações”. Os textos são constitutivamente intertextuais, compostos por elementos de outros textos, ou seja, um texto se constrói em relação aos outros textos. Segundo Fairclough (2008, p. 135) “a rápida transformação e reestruturação de tradições textuais e ordens do discurso é um extraordinário fenômeno contemporâneo, o qual sugere que a intertextualidade deve ser o foco principal na análise do discurso.”

(iii) Análise da prática social

Por fim, a dimensão de análise de um evento discursivo como prática social procura explicar como o texto se reveste. Nessa dimensão, Fairclough (2008) propõe que sejam examinadas as conexões do texto com as práticas sociais principalmente focadas na ideologia e hegemonia.

Diante disso, Fairclough (2008, p. 119) defende que “a ideologia está localizada tanto nas estruturas, isto é, nas ordens do discurso, que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras”. Essa afirmativa ressalta que os textos são sujeitos a interpretações de outros atores sociais, que por sua vez, estão marcados ideologicamente, que podem agir e reestruturar suas práticas. Assim, “as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relação de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 121).

Segundo Fairclough (2008), a dimensão de análise de um evento discursivo, na perspectiva de prática social, busca explicar quais os aspectos ligados a formações ideológicas e formas de hegemonia que investem o texto. O teórico explica que ideologias são significações ou construções da realidade representadas pelo mundo físico, pelas relações sociais e pelas entidades sociais, construídas nas diferentes dimensões das formas e sentidos das práticas discursivas, que contribuem para a produção, para a reprodução ou para a transformação das relações de dominação.

A noção de hegemonia é tão complexa tanto quanto a noção de ideologia. Fairclough (2008) caracteriza hegemonia como uma forma de poder de um grupo sobre outros, utilizando mais o consenso que a força. Hegemonia é a construção de alianças e interação, mediante o consentimento, tornando-se um foco de constante luta sobre pontos de instabilidade entre classes, cuja finalidade é de construir, manter ou romper alianças e relações de dominação ou subordinação, que assumem formas políticas, econômicas e ideológicas. Fairclough (2008, p. 126) afirma que a “hegemonia tem a virtude notável (...) de facilitar o estabelecimento de um foco sobre a mudança”.

Conforme Fairclough (1997, *apud* RESENDE e RAMALHO, 2011), há duas relações que se estabelecem entre discurso e hegemonia. A primeira, diz respeito à prática discursiva em interações verbais em que as hegemonias são produzidas, reproduzidas, contestadas e

transformadas no discurso. A segunda, o discurso é uma esfera da hegemonia, na qual um grupo dependente apresenta-se como dependente, em parte, da capacidade de sustentar práticas discursivas e ordens do discurso.

A análise das práticas sociais do modelo de Fairclough (2008) tem o objetivo de especificar a natureza da prática social da qual a prática discursiva pertence, constituindo a base explicativa do porque a prática discursiva é como é, e seus efeitos sobre a prática social. A relação estabelecida entre as dimensões da prática textual, da prática discursiva e da prática social possibilita a análise dos eventos discursivos, visto que “é impossível entender o processo de produção e explicar o processo de interpretação apenas por referência aos textos. É preciso estabelecer as conexões entre os modos de organização e interpretação textual com a produção, distribuição e consumo” (MENEZES, 2011, p. 26).

O modelo tridimensional de Fairclough busca descrever, interpretar e explicar eventos discursivos nas dimensões do texto, da prática discursiva e da prática social que se complementam. Nosso objetivo, ao desenvolver a discussão sobre tal modelo, é construir as bases teóricas para a análise dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

2.4 Os significados da linguagem

Diferentes discursos são perspectivas de mundo produzidas em contextos específicos, consumidas diferentemente em diferentes contextos sociais. A produção de discursos, publicação, circulação e consumo se materializam na reprodução e representação das atividades sociais. De acordo com Fairclough (2008), as representações são expressas pelo discurso formando opiniões e identidades do indivíduo. A discussão sobre o conceito de representações sociais é de extrema relevância para a construção do quadro teórico desta investigação.

Conforme Van Leeuwen (1997, *apud* RESENDE e RAMALHO, 2011), as formas como os atores sociais são representados em textos podem dar indicativos de ideologias relacionadas a esses e as suas atividades. Nos textos, os atores sociais podem ser negados ou enfatizados em representações; podem ser representados por ações ou enunciados; e, podem ser representados pelo que são ou pelo que fazem.

Considerando que o discurso é uma prática de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado, Fairclough (2008) orienta-se linguisticamente pela Linguística Sistêmica Funcional (LSF) de Halliday. A LSF é uma teoria da linguagem que

aborda a linguagem como sistema aberto, numa visão dialética, que percebe o texto além da possibilidade de ser estruturado num sistema aberto. Nesse sentido, a linguagem é um sistema que permite mudanças socialmente orientadas e com capacidade de construir significados (RESENDE e RAMALHO, 2011).

Com fundamento nos estudos de Halliday, e tendo em vista seus propósitos analíticos, Fairclough (2008) identifica três funções da linguagem que atuam interativamente em todo o discurso: identitária, relacional e ideacional. A primeira “relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso”. A função relacional diz respeito a “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas” e, a função ideacional, “aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 92).

Nos postulados desenvolvidos em *Analysing Discourse*, Fairclough (2003) amplia o diálogo entre a ACD e a LSF e ao fazer isso, propõe a substituição das três funções da linguagem por três tipos de significados: o acional, o representacional e o identificacional. O linguista defende que o discurso pode figurar como um modo de agir, um modo de representar e um modo de ser, respectivamente atuantes em todo enunciado, isto é, os significados estão copresentes nos textos, numa relação dialética. Assim, a análise discursiva deve estar articulada à análise de como os significados são identificados linguisticamente nos textos, ao evento social e às práticas sociais, levando em consideração quais são os gêneros, os discursos e os estilos que estão presentes e articulados no texto (RESENDE e RAMALHO, 2011).

(i) O significado acional

Ao modo de agir, Fairclough relaciona o significado acional. Nessa dimensão, os textos são produtos da (inter)ação do sujeito e de suas práticas. Aos gêneros textuais se atribuem os modos de agir discursivamente e o discurso é visto como lugar de ação. Assim, gêneros são “o aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais” (FAIRCLOUGH apud RESENDE e RAMALHO, 2011). Nesse sentido, os textos são observados pela sua contribuição na inter(ação) social.

Conforme Marcuschi (2008, p. 154) “é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto”. O autor defende que a manifestação verbal ocorre por meio de textos realizados em gêneros. Para o autor gêneros textuais são:

os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Assim como Marcuschi (2008), admitimos que os gêneros textuais sejam formas sócio-culturais, entidades dinâmicas que têm envolvimento social. Por serem sócio-culturais, os gêneros textuais são variáveis e dinâmicos impossibilitando a sua classificação geral. Ante as possibilidades de interação, os gêneros textuais funcionam como nossa forma de inserção social, ação e controle social. Além disso, conforme afirma o autor, os gêneros são artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano. Na esfera dinâmica, assim como os gêneros surgem, situam-se e integram-se nas culturas, também podem desaparecer.

Desta forma, “gêneros textuais se constituem como ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo” (MARCUSCHI, 2010, p. 22). Seguindo esse escopo teórico, interessa-nos, especificamente, o gênero reportagem, já apresentado como o gênero a ser analisado nesta investigação. Segundo Charaudeau (2009), a reportagem deve apresentar um ponto de vista global e distanciado, e deve propor um questionamento dos fatos tratados. Conforme Falcone (2008, p. 10), no gênero reportagem, “é possível analisar o discurso da imprensa a partir do efeito de sentido da objetividade”.

Um gênero é compreendido como a faceta regulatória do discurso, que funciona como um mecanismo articulatório de controle no discurso. O significado acional também pode ser analisado através da intertextualidade: um processo que combina um enunciado particular com as vozes de outros enunciados articulados. Numa perspectiva mais ampla, a intertextualidade é compreendida como “a presença de elementos atualizados de outro texto em um texto – as citações. Para relatar um discurso, pode-se não apenas citar em discurso direto, mas também parafrasear, resumir, ecoar em discurso indireto” (RESENDE e RAMALHO, 2011, p. 65). Assim, nas vozes do discurso podem ser identificados discursos diretos e indiretos. Essas possibilidades são decorrentes da intertextualidade, que abstrai o que foi dito, não destacando, portanto, a voz inicial do discurso. Tendo em vista a importância da intertextualidade para a análise do significado acional consideramos pertinente observá-la no *corpus* desta pesquisa.

A ACD concentra-se não apenas nas análises textuais, baseadas na linguagem escrita. As mudanças na linguagem direcionam os estudos do discurso e fomentam as transformações nas formas de comunicação. Assim, as mudanças ocorridas nas formas de comunicação têm apresentado uma tendência à utilização de elementos semióticos. Conforme Ferraz (2005), a grande utilização de imagens para a comunicação sinaliza um olhar especial da ACD aos textos multimodais. Para Marcuschi (2005, p. 17), “a reflexão sobre gênero textual é hoje tão relevante quanto necessária, tendo em vista ser ele tão antigo como a linguagem, já que vem essencialmente envolto em linguagem”. Na realidade, os gêneros exercem um papel social de acordo com a esfera onde estão localizados e a partir daí, agem sobre a sociedade.

Segundo Dionísio (2005), para compreender um texto não basta entender a sistemática de leitura e escrita, é necessário ser capaz de conhecer o texto na sua complexidade. A autora nos orienta que todo gênero textual tem a multimodalidade na sua constituição. Além de o texto estar atrelado a fotografias, telas de pintura, desenhos, caricaturas, também é importante identificar a disposição gráfica do texto. Assim, quando tratamos dos gêneros textuais como sendo multimodais, entendemos que as construções nele presentes colaboram para construir os sentidos, a partir da interação da palavra e a imagem, gestos e palavras, imagem em movimento e palavras.

(ii) Significado representacional

O significado representacional diz respeito ao modo como o discurso apresenta perspectiva de mundo. Para Fairclough (2003), diferentes discursos representam diferentes perspectivas de mundo, associadas às relações que as pessoas estabelecem com o mundo e com as outras pessoas (FAIRCLOUGH *apud* RESENDE e RAMALHO, 2011).

As formas como os atores sociais são representados nos textos, podem dar pistas de posicionamentos ideológicos em relação a estes e as suas atividades desenvolvidas. A análise das representações auxilia a perceber que atores sociais podem ser ofuscados ou ter sua representação enfatizada, ou ainda, ser referidos de tal forma que indiquem julgamentos do que são ou fazem (RESENDE e RAMALHO, 2011).

O significado representacional corresponde ao modo de representar o mundo material. Entender o discurso e suas representações é fundamental, porque nos permite realizar a reflexão sobre o mundo em que vivemos e o que somos na vida social. Conforme nos orienta

Silva, “representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido” (SILVA, 2011, p. 91).

As escolhas representacionais estão ligadas a realizações linguísticas específicas. Fairclough (2008) assinala que o significado da palavra é uma forma representacional. Conforme o linguista,

Isso significa que como produtores estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras, e como intérpretes sempre nos confrontamos com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram (que valores atribuir a elas). Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos (FAIRCLOUGH, 2008, p. 230).

A relação entre os significados e as palavras não é estática. As palavras têm significados instáveis, que podem ser vistos como um fator de conflito ideológico. Outra forma de identificar o significado da representação é através da nomeação (em que nomes próprios são citados) e outros nomes são omitidos. Do mesmo modo, Van Leeuwen (apud RESENDE e RAMALHO, 2011) alerta que os atores podem ser representados nos discursos, sendo que alguns são incluídos e outros excluídos, pois as representações incluem ou excluem atores sociais para servir aos seus interesses e propósitos.

Os atores sociais podem exercer papéis ativos ou passivos. Conforme Fairclough (2008), a ativação ocorre quando os atores sociais são apresentados como forças ativas em uma determinada atividade. O que acentua como força ativa desses atores é a capacidade de fazer coisas acontecerem e controlar os outros. A ativação é utilizada para incluir atores aliados e excluir outros.

As razões para escolher a passivação no discurso são várias. Uma delas é que permite a omissão do agente, embora isso seja evidente em si mesmo. Outra razão é político/ideológica e pode ter a intenção de ofuscar a causalidade e a responsabilidade da agência. A voz passiva ao mudar o objeto para a posição inicial significa apresentá-lo como informação dada ou conhecida. Na passivação, os atores são representados como recebedores de uma atividade, acentuando a sujeição aos processos e ações dos outros (PONTES, 2010).

Fairclough (2008) enfatiza que a representação também corresponde à função ideacional de Halliday, sendo a transitividade, o aspecto da gramática da oração relacionado ao seu significado ideacional, isto é, o modo como representa a realidade. Conforme o autor, o objetivo na transitividade é verificar se atores e processos particulares estão destacados no texto e como são feitas as escolhas de voz (se ativas ou passivas) e o grau da conversão dos processos em nomes, ou seja, como se dá a nominalização, que em conjunto à voz ativa,

possibilita a motivação da omissão do agente. Esses traços linguísticos contidos no texto trazem significados representacionais que devem ser considerados na análise do discurso, porque podem ser úteis no desvelamento de ideologias.

Conforme suas posições, as pessoas percebem e representam a vida social a partir de diferentes discursos e produzem outras representações e de suas próprias representações, que dependem de modo como essas pessoas se posicionam e são posicionadas. Para Fairclough (2003 apud SILVA, 2010), olhar para os textos na perspectiva representacional implica investigar também a representação dos atores sociais.

O autor apresenta algumas categorias que correspondem às escolhas de representação: (a) inclusão ou exclusão – quais atores são incluídos e quais são os atores excluídos; (b) ativação ou passivação – o modo de representação dos atores: se ator ativo no processo ou ator passivo, afetado ou beneficiário; (c) pronominalização ou nomeação – se os atores são representados por meio de um pronome ou por meio do nome; (d) pessoalização ou impessoalização – se os atores são representados pessoal ou impessoalmente; (e) nomeação ou classificação – se os atores são representados pelo nome ou representados em termos de classe ou categoria; (f) especificação ou generalização – se os atores são classificados, verificar se são representados de forma específica ou genérica.

Uma distinção estabelecida por Fairclough (2003 apud SILVA, 2010) é de extrema relevância para esta investigação: as representações sociais não são identidades. As representações sociais direcionam para a atribuição identitária de um ator social, funcionando como vários mecanismos para construir as identidades de uma pessoa. De acordo com Van Leeuwen (1997, apud MELO, 2012), a maneira como os atores sociais são representados nos discursos é que formará o direcionamento para a construção de identidades desses atores.

Assim, consideramos o significado representacional importante para a análise do discurso, dado que para alcançarmos o objetivo de investigar como as práticas discursivas da SPM constroem representações sobre a mulher no mundo do trabalho, necessitamos analisar como se realiza a construção linguística desses discursos.

(iii) Significado identificacional

A identificação pressupõe a representação e é tida como um processo dialético em que os discursos são impregnados de identidades, assim assegura Fairclough (2008). De acordo com o autor, discurso, representação e identidades são interligadas e envolve efeitos

constitutivos. Conforme Silva (2011), as identidades e as diferenças estão ligadas a sistemas de significação. Entendemos, portanto, que a identidade é um significado culturalmente e socialmente atribuído.

Um dos fatores que faz uma cultura diferir das demais é o seu ‘estoque de personagens’, suas identidades mais evidentes que são culturalmente construídas. A dialética entre identidade social e identidade pessoal aponta para a existência de estilo de cada ator social. O processo de construção de identidade é resultante da internalização de identidades e imagens que são impostas por processos de dominação (MACINTYRE *apud* Fairclough, 2008).

Silva (2011) argumenta que questionar a identidade e a diferença significa questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte. No eixo da crítica da identidade e da diferença, está presente uma crítica das formas de representação. A maneira como os atores sociais são representados nos discursos se constitui o processo de construção de identidade.

Para Hoffnagel (2010, p. 239), o termo identidade é muito usado e, de tão comum, passa a ser difícil chegar a um consenso sobre o seu significado. Conforme a autora, “às vezes é usado como quase-sinônimo de personalidade ou identidade pessoal. Outras vezes significa simplesmente os traços sociodemográficos que ora servem para distinguir um indivíduo de outros (...), ora funcionam para agrupar indivíduos em grupos sociais de semelhantes (...)”.

Hall (1998) argumenta que a identidade torna-se um problema quando esta não mais se refere a grupos sociais fechados ou a identidades étnicas. Numa sociedade que reflete um mundo instável, numa modernidade líquida (BAUMAN, 2001), as identidades também se tornam instáveis. Bauman (2001) usa a ideia de liquidez em oposição à estabilidade dos setores da modernidade antes considerados sólidos. As mudanças ocorridas na economia, nas formas de produção e de trabalho se tornaram estratégias de poder pela dinâmica e fluidez.

Para Hall (1998, p. 7) “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado.” As mudanças estão, dessa forma, transformando as formas de identidades.

Conforme Kobena Mercer (*apud* WOODWARD, 2011, p. 20), a “identidade só se torna uma questão quando está em crise, quando algo entendido como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. As mudanças e transformações globais nas instâncias políticas e econômicas no mundo põem em evidência as questões de identidade. Instala-se o confronto com as antigas concepções e tradições sociais por não estarem preparadas para lidar com as mudanças.

O sujeito anteriormente vivido com uma identidade estável está se tornando fragmentado, composto de várias identidades por vezes contraditórias, provisórias, variáveis e problemáticas. O desenvolvimento das tecnologias dos transportes e das comunicações reduz as distâncias entre o local e o global, produzindo cada vez mais variedades de estilos e identidades. O que antes era local passa a ser global, misturando padrões relacionados ao consumo. Assim, “os fluxos culturais entre as nações, e o consumismo globais criam possibilidades de ‘identidades partilhadas’ (...) entre pessoas que estão distantes umas das outras no espaço e no tempo” (HALL, 1998, p. 74).

Bauman (1998) afirma que num mundo transitório e flexível um tipo de identidade fixa não é muito atrativa porque

as identidades podem ser adotadas e descartadas como uma troca de roupa. O horror da nova situação é que todo diligente trabalho de construção pode mostrar-se inútil; e o fascínio de nova situação, por outro lado, se acha no fato de não estar comprometido por experiências passadas, de nunca ser irrevogavelmente anulada, sempre mantendo as opções abertas (BAUMAN, 1998, p. 113).

Dessa forma, as identidades passam a ser transitórias, dispensáveis e descartáveis. As identidades desse mundo moderno-líquido passam a ser identidades líquidas. A identidade fixa e coesa, com apego e fiel a regras, ao invés de ser mutável e de curta duração, não parece ser opção promissora para a atualidade.

As identidades são construídas em momentos particulares, distintas do tempo e do espaço. O indivíduo transforma a antiga identidade homogênea, sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2011), em identidade heterogênea, híbrida, flexível e fragmentada. As posições, ocupadas ou não, podem provocar fragmentação das relações pessoais, cujas mudanças são vivenciadas em contextos sociais e históricos. Do ponto de vista de Woodward (2011), essa complexidade da vida moderna exige diferentes identidades. Entretanto, essas diferentes identidades podem gerar tensões quando as exigências de uma interferem em outra identidade.

A construção das identidades é um processo infinito no qual os objetivos antes de serem alcançados, são transformados, caracterizando um projeto sempre inacabado, indefinido e incompleto. Conforme Hoffnagel (2010), a identidade

não é categórica nem fixa, tendo em vista que um indivíduo, dependendo do que está fazendo (a intenção) e de com quem está interagindo, pode destacar aspectos diferentes relacionados à faixa etária, à classe social, ao sexo em uma dada situação (HOFFNAGEL, 2010, p. 240).

As identidades sociais provêm das várias relações sociais que as pessoas vivem e nas quais se engajam. Nesse cenário “a construção da identidade é um fenômeno que se produz

em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros” (POLLAK, 1992).

Indo mais além, Pollak (1992) defende que a identidade é uma construção social e não algo dado ou herdado biologicamente. A identidade representa a forma como os indivíduos se enxergam e enxergam uns aos outros no mundo. Nesse sentido, a construção da identidade é realizada no interior de contextos sociais que determinam a posição dos sujeitos. A identidade se constrói e se reconstrói dinamicamente nessas trocas sociais, em interações discursivas situadas, construindo e reconstruindo o mundo a sua volta. De certa forma, é um efeito das instituições sociais, porque sejam elas baseadas em classe social, etnia, religião ou nação, são construtos sociais. As identidades sociais assumem diferentes responsabilidades em sociedades diferentes, por serem as sociedades construídas por padrões culturais diferentes.

Conforme Pontes (2010), possuir identidades sociais é parte da condição humana. Como seres humanos, pertencemos a uma coletividade e somos parecidos uns com os outros, ao mesmo tempo em que somos indivíduos singulares que se diferenciam. Nesse sentido, Moita Lopes (2003) argumenta que uma pessoa pobre não é só pobre. Ela pode ser homem ou mulher, heterossexual ou homossexual, preta ou branca, jovem ou velha. Um indivíduo possui várias identidades, conforme o gênero, a classe social, a sexualidade, a profissão dentre outras categorias. São múltiplas identidades que se interferem mutuamente, que se articulam e podem ser ao mesmo tempo conflitantes, fazendo com que o indivíduo perceba-se de modos distintos em distintos contextos. Por não serem homogêneas e definidas, as identidades sociais são fragmentadas.

Entendemos que tipos de identidades são, por exemplo, identidade pessoal, identidade profissional, identidade política e identidade nacional. Significa que as características da identidade social de um profissional não são as mesmas que formam a identidade de gênero. Para compor a identidade de gênero, poderíamos considerar variáveis como opção sexual e papéis a serem desempenhados. Um mesmo indivíduo pode ser política(o), mãe/pai, profissional, nordestina(o) e assim por diante. O conjunto de vários tipos de identidades compõe a identidade ou identidades sociais dos indivíduos (PONTES, 2010).

Tilio (2009) pressupondo que identidades contraditórias coexistem em um mesmo indivíduo, conclui que o indivíduo pode entrar em contradição, devido às relações de poder existentes entre as identidades sociais e a sua posição em determinada prática social. Por outro lado, as identidades sociais ocorrem em fluxo, ou seja, são fluidas, constantemente construídas e reconstruídas conforme as práticas discursivas que os indivíduos participam.

Essa vulnerabilidade da identidade do indivíduo é decorrente da busca de viver em um mundo em constante mutação, ganhando ou perdendo *ranks*, construindo e desconstruindo identidades. Conforme Hall (1998, p. 21), “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”. Os indivíduos buscam uma forma de identificarem-se na sociedade, enfrentando o problema das transformações de suas identidades híbridas. Diante disso, a identidade torna-se uma “celebração móvel”, sendo formada e transformada permanentemente, dependendo como é representada ou interpelada (HALL, 1988).

Hall (1988) assinala que as velhas identidades estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno. Surge a “crise de identidade”, vista como parte de um processo mais amplo de mudança, abalando referências essenciais que davam estabilidade ao indivíduo no mundo social. Nesse sentido, Woodward (2011) argumenta que:

As mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas. Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstroem seja, sempre, apenas imaginado, ele proporciona alguma certeza em um clima que é de mudança, fluidez e crescente incerteza. As identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem (WOODWARD, 2011, p. 25).

Com base nos pressupostos de Woodward (2011), essa crise ocorre pelo fato de o indivíduo viver numa “sociedade solúvel”, uma sociedade que dissolve suas referências sociais em constante criação e recriação de necessidades e valores. A situação provisória da sociedade remete a identidades, que impulsionam os indivíduos a se inserirem e conquistarem novos contextos sociedades. Hall (1998, p. 12) afirma que “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático”. Os antigos pilares de sustentação, como a família, a Igreja e o trabalho estão em crise. Em suma, as identidades estão em constante transformação e não há uma posição fixa, centrada e arraigada.

De acordo com Wodak (2004), as pessoas estão expostas a estímulos e desafios que impulsionam à necessidade de uma série de identidades que possam servir de ‘âncora’ no mundo constantemente em fluxo. Nesse sentido, Bauman (2005, p. 96) afirma que as identidades “são para usar e exibir, não para armazenar e manter”, porque “uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha. Seria um presságio da incapacidade de destravar a porta quando a nova oportunidade estiver batendo” (BAUMAN, 2005, p. 60).

Woodward (2011) considera que as identidades são geradas por meio das diferenças. Sendo assim construídas, não significa ser o oposto das diferenças. Elas dependem das diferenças. Desta forma, a diferença é considerada ser aquilo que separa uma identidade da outra, apresentando suas distinções e oposições. A identidade como a diferença é uma relação social, sujeita a relação de poder. A “afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2011, p. 81). Essa relação remete que a identidade e a diferença têm estreita relação com o poder, não sendo nunca inocentes: onde há identidade e diferença, há poder.

Conforme Resende e Ramalho (2011), a identidade e a diferença se relacionam às formas de como a sociedade produz e utiliza classificações. Nessa percepção, os conceitos de identidade e diferença são importantes em teorias críticas, que são voltadas e têm interesse em investigar as relações de dominação. A representação e a identidade estão ligadas a sistemas de poder. Questionar identidades e diferenças é, então, questionar os sistemas que lhes são suporte na atribuição de sentido.

A discussão sobre identidade está imbricada nos estudos da ACD. Acreditamos que a noção de sujeito que assume várias identidades é a mais adequada para alcançar os objetivos que pretendemos alcançar em nossa pesquisa. Temos a convicção de que a mulher não possui somente uma identidade, mas assume múltiplas identidades, sejam elas de trabalhadora, profissional, filha, mãe, tia, avó, etc.

Para Holmes e Meyerhoff (2006, apud SILVA, 2010), as identidades de gênero devem ser consideradas “como um construto social em vez de uma categoria social ‘dada’ para a qual as pessoas estão designadas”. Nessa concepção, investigar o discurso é analisar como as pessoas agem no mundo e constroem sua realidade social.

Não se pode deixar de reconhecer a inter-relação discurso e identidade. Os fenômenos externos exercem influências sobre a construção de identidades afetando “aspectos da intimidade dos sujeitos, modificando vidas e o modo de ser de cada um deles” (VIEIRA 2005, p. 209). Esses fenômenos estão estreitamente relacionados às relações de poder historicamente construídas e marcadas por desigualdades sociais de gênero, classe social, etnia e raça.

No capítulo seguinte, faremos a exposição sobre o *corpus* que compõe esta pesquisa, a metodologia e as categorias de análise utilizadas para alcançar os resultados da pesquisa.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para o desenvolvimento das análises deste trabalho, propomos a inter-relação dos significados acional, representacional e identificacional, levando em conta as manifestações linguísticas das produções textuais e como os discursos da SPM se manifestam nos textos. Conforme discutido no segundo capítulo, as noções dos significados da linguagem foram desenvolvidas por Fairclough (2008).

Atores sociais envolvidos em atividades comunicativas produzem representações que podem ser elementos de mudança ou manutenção do *status quo*. De acordo com Fairclough (2008), ao realizar a análise de atividades sociais, deve-se levar em conta que os discursos representam, de modo particular, essas ações. Nesta investigação, no que concerne à análise das práticas sociais, buscamos observar como as práticas discursivas da SPM constroem representações sobre a mulher no mundo do trabalho e examinar, a partir dessas práticas, a constituição identitária da mulher trabalhadora. Para compreender como essas práticas discursivas foram construídas, é necessário identificar as marcas linguísticas nas construções dos discursos e estabelecer a inter-relação entre os aspectos sociopolíticos e a questão de gênero social no trabalho.

Seguimos a observação de Fairclough (2008) quanto à escolha das categorias. Segundo o autor, essa escolha depende dos propósitos e das ênfases da análise: “em qualquer análise particular algumas categorias são possivelmente mais relevantes e úteis que outras, e os analistas provavelmente desejam focalizar um número pequeno de categorias” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 282).

A forma de representação do mundo, e de como a pessoa está comprometida, faz parte da sua identificação com os outros, isto é, as identidades são relacionais entre as pessoas. A representação de atores sociais pode indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades (VAN LEUWEEN apud RESENDE e RAMALHO. 2011). Segundo Fairclough (1989, apud PONTES, 2004), pensar na forma como posicionamos os outros e como nos posicionamos na situação discursiva nos leva a pensar a questão do poder nas relações sociais, porque é a partir dos papéis que desempenhamos que somos posicionados em relação às instâncias de poder. Assim, acreditamos que o estudo das representações estabelecidas pelos atores sociais no discurso é relevante, pois nos revela como as identidades sociais são construídas através do discurso.

Apresentamos, agora, de forma introdutória nossas categorias de análise, para aprofundarmos seus conceitos a partir do próximo item.

Nas análises dos discursos da SPM, observamos, entre outros aspectos, o fenômeno da intertextualidade. A relevância do estudo consiste em possibilitar a identificação das distintas vozes que constituem um discurso (FAIRCLOUGH, 2008).

Para Van Dijk (2012), elementos como os estilos de autoapresentação visuais e outros modos de expressão tais como: o *layout* de página, o tamanho, o tipo e a cor das letras, os títulos e subtítulos, a legenda, as tabelas, as figuras, os desenhos, as fotos, dentre outros, são partes da expressão do discurso. No momento em que o fato real é simbolizado por distintas modalidades, passa a ser uma representação da realidade através da multimodalidade (BERNARDES, 2009). A linguagem das produções da SPM não é apresentada apenas pelo texto escrito, ela é também multimodal. Os recursos não-verbais contribuem para tornar a informação mais próxima do real. Por esses motivos, utilizamos a multimodalidade nas análises.

Pontes (2004) considera que categorizamos nosso mundo com base no modo de representação, percepção das coisas e com base na avaliação do que é desejável ou não na nossa sociedade. Assim, segundo a autora, categorizar atores sociais ou determinados grupos, significa como a sociedade diferencia seus grupos sociais e pessoas. Essa distinção representa uma forma de poder e controle. A nossa pesquisa abarca o propósito de responder a questão da representação da mulher nos discursos da SPM, considerando que vivemos numa sociedade marcada pela assimetria do poder entre homens e mulheres. A categorização nos dá suporte para analisar como a mulher é vista em termos de grupo nos discursos da SPM.

As questões relacionadas à identidade social são motivo de atenção porque é por meio do processo dessa constituição que podemos identificar questões mais abrangentes relativas à ideologia e ao poder (BERNARDES, 2009). Concordamos com Rajagopalan (2003, apud RESENDE e RAMALHO, 2011) quanto à ideia de que a nomeação é um ato político, uma vez que exerce a influência da mídia na opinião pública, quando se refere a personalidades ou acontecimentos que foram motivo de notícia. Dessa forma, analisar as formas de nomear as mulheres é mostrar como ocorre a identificação, ou seja, como as mulheres identificam a si mesmas e como são identificadas por outras pessoas. Assim, a nomeação é uma das categorias utilizadas na análise desta pesquisa.

Os atores sociais podem participar de processos como agentes ou pacientes. Participar como agente ocorre quando o ator social desempenha um determinado papel, fazendo as coisas acontecerem, ou seja, são capazes de exercer uma ação agentiva (ativação). Por outro

lado, quando o ator social recebe, sofre os resultados ou efeitos dos processos representados, em que se sujeita à ação de outros atores, ocorre o processo da passivação (FAIRCLOUGH apud PONTES, 2004). Para observar as assimetrias de poder entre homens e mulheres nos discursos da SPM, a categoria ativação/passivação é tomada como relevante.

A partir dessas categorias, temos o propósito de desvelar os processos de constituição identitária adotados pela SPM, relativos à mulher que exerce funções profissionais na sociedade brasileira. Essas categorias são amplas e agregam outras. É importante ressaltar que não iremos aprofundar minuciosamente os desdobramentos destas categorias, pois envolvem discussões complexas da Semântica, da Linguística de Texto e da ACD. Assim, desenvolvemos considerações pontuais para dar conta dos objetivos de análise. No quadro 3, apresentamos uma síntese dessas categorias.

Quadro 3: Categorias de análise

CATEGORIAS	DEFINIÇÃO/OBJETIVOS
Intertextualidade	Intertextualidade é “a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 114). Identificar como se processam as representações nos discurso.
Multimodalidade	Composições multimodais são formas simbólicas, tais como imagens visuais e textos, que são combinações de palavras e imagens (FAIRCLOUGH, 2008). Compreender a relação entre o discurso e a perspectiva do produtor ao representar a realidade por meio de formas simbólicas.
Categorização	A categorização é a forma de identificar como os atores sociais são representados em termos de classe ou categoria (FAIRCLOUGH apud SILVA, 2010). Identificar as formas de representação dos atores no discurso.
Nomeação	É a forma como nomeamos linguisticamente os indivíduos. Representa uma ferramenta ideológica no movimento retórico de inclusão ou exclusão desses indivíduos (PONTES, 2010). Identificar como os sujeitos são nomeados em determinadas práticas discursivas.
Alocação de papéis sociais (ativação/passivação)	A ativação e a passivação são processos que indicam como os atores sociais são representados – de modo ativo – quando o ator social desempenha papéis fazendo as coisas acontecerem; ou - de modo passivo – quando sofre os resultados ou efeitos dos processos representados (FAIRCLOUGH apud PONTES, 2010). Compreender a construção de identidades sociais através dos papéis gramaticais refletidos no texto.

É importante destacar que os aspectos dos elementos linguísticos são analisados conjuntamente aos aspectos relacionados à prática social. A abordagem não pode ser realizada separadamente, pois as escolhas lexicais, a organização das frases e os outros elementos

ligados às questões linguísticas nos textos em análise remetem às práticas sociais de representação. O estudo dessas estratégias relacionado à questão da representação social aponta para as tendências recorrentes de certo discurso, que podem refletir em modelos de inclusão ou de exclusão dos atores sociais nas práticas sociais onde estão inseridos ou das quais participam.

Por meio dessas categorias selecionadas, procuramos realizar as análises das reportagens buscando identificar a relação existente entre o discurso e a representação da mulher trabalhadora, bem como a construção de identidades sociais dessas mulheres. Considerando que qualquer escolha lexical num discurso não é aleatória nem isenta de ideologia, reservamos uma maior atenção a diversos itens lexicais presentes nas reportagens tais quais: orações, verbos, nomes adjetivos e pronome, que contribuíssem para a constituição da identidade da mulher. A seguir, apresentamos as categorias que direcionam nossa pesquisa.

3.1 Intertextualidade

A intertextualidade aponta para a plasticidade, maleabilidade e heterogeneidade presentes nos discursos, incorporando e refletindo as transformações definidas sócio-historicamente, de acordo com as necessidades comunicativas humanas (PONTES, 2010). Fairclough define que intertextualidade é “a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2003, apud SILVA 2010). Dessa forma, intertextualidade significa que textos-fontes marcam ou insinuam sua presença em outros textos. Fairclough (2008) sugere cinco aspectos para a discussão sobre intertextualidade: representação do discurso, pressuposição, negação, metadiscurso e ironia. Detemo-nos no primeiro aspecto citado.

Para Fairclough (2008, p. 138), a “representação do discurso é uma forma de intertextualidade na qual partes de outros textos são incorporadas a um texto e explicitamente marcadas como tal, com recursos, como aspas e orações relatadas”. A representação do discurso não é uma simples questão gramatical, é um processo ideológico que deve ser considerado porque diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo, associadas a diferentes relações entre as pessoas e o mundo, que dependem de suas posições no mundo e nas relações com as outras pessoas.

A reprodução do discurso pode ser fiel ou não ao que foi dito. A representação direta no discurso ocorre quando a citação é pretensamente fiel ao que foi dito, identificado com marcas de citação (travessão ou aspas). O discurso indireto é a paráfrase, sem a utilização das mesmas palavras, é ambivalente, não se pode ter certeza de que as palavras utilizadas no discurso original estão reproduzidas ou não. No discurso representado indireto é comum o uso de verbos que funcionam como verbo *dicendi*, tais como: ‘disse’, ‘alertou’, ‘falou’, ‘afirmou’. Vejamos o exemplo:

Quando eu me tornei ministra, os homens estavam brigando entre eles e foram incapazes de escolher quem seria o Primeiro Ministro. Enquanto eles estavam resolvendo seus problemas, eles colocaram uma mulher. Na Islândia, a economia derreteu, então eles pediram que uma mulher fosse a Primeira Ministra. As mulheres islandesas são muito feministas, foram umas das primeiras a ter uma presidenta e disseram: “bem, a crise que nós tivemos foi uma crise da testosterona, desta forma, precisávamos ter um pouco menos de testosterona nas instâncias financeiras e de poder” (GASPARD, 2010, p. 30).

No exemplo acima há o uso de explicitação direta marcada pela presença do verbo representador (disse) e em seguida pela citação com uso de aspas: “bem, a crise que nós tivemos foi uma crise da testosterona, desta forma, precisávamos ter um pouco menos de testosterona nas instâncias financeiras e de poder”. Essa declaração nos remete à inserção da mulher nos espaços de poder e decisão, manifestada através do uso do intertexto. A mulher representada nesse discurso é a mulher política que transcende a expectativa da mulher atual e a quebra das barreiras da desigualdade entre homens e mulheres nas instâncias de poder. Paralelamente, há uma forte crítica à predominância masculina no poder. Ao afirmar que precisava “ter um pouco menos de testosterona nas instâncias financeiras e de poder”, Gaspard (2010) defende a idéia de que as mulheres necessitam participar de níveis de decisão diferenciados dos que até então tem ocupado, a exemplo da área de educação e área social, por retratar a vida privada. Essa persistência de divisão de tarefas entre homens e mulheres, necessita ser ultrapassada, com uma reconstrução cultural.

A intertextualidade é usada como um recurso linguístico que nos orienta a ouvir as vozes dos discursos circundantes. Partilhamos o pensamento de Bakhtin (2010) de que a palavra não é neutra. Ao mudarem de um meio social a outro, não perdem seu caminho nem se libertam completamente, mas não estão isentas das aspirações e das avaliações dos outros. As palavras, ao tempo em que são acrescidas de outras palavras, já circuladas em outros lugares, não se subjugam ao meio em que se constitui a palavra do outro, não existe uma fusão completa. De acordo com Resende e Ramalho (2011), uma questão a considerar no estudo da intertextualidade é a verificação das vozes que são incluídas e das excluídas.

Koch (2009, p. 145) defende que “a intertextualidade *stricto sensu* ocorre quando, em um texto, está inserido em outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva dos interlocutores”. Para a autora, a intertextualidade é explícita ou implícita. Semelhante à definição de Fairclough (2008), Koch (2009) considera que a intertextualidade é explícita quando ocorre a menção do intertexto no próprio texto, ou seja, quando o produtor usa citações, referências, menções, resumos, resenhas e traduções. Essa característica é verificada no exemplo:

Eu acredito que as mulheres são capazes de assumir esses espaços e têm uma dedicação inequívoca. Dizendo isso, não quero cair num discurso simplista de que a mulher é mais sensível, mais terna; não é nesse sentido que digo. Lembrando o que nos disse a filósofa Simone de Beauvoir, com quem nós temos uma grande dívida, a gente não nasce mulher, a gente se faz mulher; podemos nascer do sexo feminino, mas a nossa condição de mulher é uma construção histórica, cultural (ROUSSEFF, 2010, p.18).

Verificamos no exemplo acima a intertextualidade direta, explícita. No enunciado há referência da fonte Simone de Beauvoir, autora do livro *O Segundo Sexo*, do qual foi utilizada a expressão “a gente não nasce mulher, a gente se faz mulher”. Ao recorrer à explicitação da fonte, o texto se reveste de credibilidade, porque a autora citada é uma referência do feminismo. Esse uso da intertextualidade traduz uma representação da construção cultural da mulher ao tempo em que denuncia os mecanismos sutis, manifestados de formas disfarçadas que deixam a mulher ser vista como frágil e incapaz numa desigualdade intrínseca na questão de gênero no Brasil.

Segundo Koch (2009, p. 146), a intertextualidade está implícita quando no texto é introduzido intertexto de outrem, não mencionando a fonte, “com o objetivo quer de seguir-lhe a orientação argumentativa, quer de colocá-lo em questão, para ridicularizá-lo ou de argumentar em sentido contrário”. Conforme a autora, realizar o processo de identificação de outros textos em uma produção escrita, depende do repertório de leitura e do nível de conhecimento do leitor. Na intertextualidade implícita não há citação expressa da fonte. Nesse caso, cabe ao interlocutor recuperá-la na memória para conseguir construir o sentido (KOCH, 2011b). Examinemos o exemplo:

(...) e fui para a escola. Para quê? Estudar? Sim, aprender a usar as palavras, aprender a me defender, a expor o meu ponto de vista e para poder ser respeitada como pessoa e principalmente, como mulher. Quem sabe que eu pudesse me formar como uma doutora de direito? Poderia, assim, auxiliar todas as Amélias (...) que embora precisem de ajuda e queiram ter voz, se calam diante de tamanha submissão. (MEDEIROS e CAMPOS, 2011, p. 174).

O exemplo tem o título bem sugestivo Amélia, a mulher (que não deveria ser) de verdade. O enunciado é trecho da composição de Mário Lago (1942), intitulada Ai, que saudade da Amélia, um samba que foi um dos mais populares da época. Vejamos:

(...) Às vezes passava fome ao meu lado
 E achava bonito não ter o que comer
 Quando me via contrariado
 Dizia: ‘Meu filho, o que se há de fazer’
 Amélia não tinha a menor vaidade
 Amélia que era mulher de verdade (Mário Lago, 1942)

Para compreensão do enunciado do exemplo, o leitor necessita recuperar o conhecimento social. Ao recuperar o texto-fonte, o leitor aproxima do sentido das Amélias a que se refere o texto em que se lê.

Mário Lago (1942) apresenta uma mulher com perfil de companheira ideal, sem ambições, feliz com a vida simples e conformada com a miséria. Essa mulher que não incomoda, fica calada, quieta, consente a submissão e ainda admira o seu senhor. Essa “mulher de verdade”, cantada e elogiada, é a representação de um discurso machista, violento e escravagista, que agride a mulher, os direitos humanos e a sociedade.

Medeiros e Campos (2011) fazem essa leitura e apresentam um forte apelo de repúdio à música de Mário Lago (1942). No título do texto, Medeiros e Campos (2011) incide a manifestação com a expressão a “mulher que não deveria ser”. O reconhecimento dessa situação permite aos autores discordarem da percepção hegemônica de que a atuação feminina deva ser submissa às determinações masculinas. O uso da agressão que silencia, subordina, imobiliza e reproduz os milhares de Amélias vítimas na sociedade brasileira.

Conforme Wodak (2008, *apud* PONTES, 2010), a intertextualidade significa que os textos são relacionados a outros textos, tanto no passado como no presente e prospectivamente. Isto ocorre de vários modos, tais como, pela referência explícita a um tópico ou ator, pela referência a eventos, pela transferência de argumentos de um texto para outro, dentre outros. Esta categoria diz respeito a como os textos circunvizinhos se incluem ou são excluídos.

Atualmente, as mulheres, de maneira geral, já têm a consciência de que podem ser mais que simples Cinderelas, de que não precisam mais ter que esperar por alguém que as resgatem: nós mesmas podemos nos resgatar, pois somos as responsáveis por nossa própria mudança de vida. Prova disso são as inúmeras conquistas femininas, ao longo de toda a História, em todos os âmbitos - profissional, familiar, público (MORAIS e CUNHA, 2011, p.186).

No exemplo acima, o título do texto é *Mulher: muito além da Cinderela*. O texto se encontra na base de outro texto. A partir da alusão no título ao conto de fadas *Cinderela* (ou *Gata Borralheira*), o texto passa a ter intertexto a um dos contos mais populares. O apelo desse conto é forte e causa emoção em relação ao destino da jovem mulher. Por outro lado, apresenta uma mulher adocicada, de bondade insípida e sem iniciativa. A intertextualidade implícita ocorreu sem citação expressa da fonte. Ao leitor cabe recuperar na memória para construir o sentido do texto em curso. O uso dessa intertextualidade representa uma mulher participante na sociedade e que traça seus caminhos. As práticas de lutas pelas mulheres para alcançar certos espaços sociais demonstram, na história do Brasil, que foram necessários tempo e persistência.

Conforme percebemos, a análise da intertextualidade orienta as várias formas de como identificar textos presentes em outros textos, bem como nos guia para verificar qual ator social tem predominância na voz do discurso e como se manifesta, ideologicamente, a representação desses atores sociais.

3.2 Multimodalidade

Conforme Fairclough (2008, p. 22; 23), “qualquer evento discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social”. Mais adiante, o teórico aconselha que “é muito apropriado estender a noção de discurso a outras formas simbólicas, tais como imagens visuais, e textos que são combinações de palavras e imagens”.

A linguagem no mundo atual privilegia diversas modalidades diferentes da escrita. Esses eventos devem ser considerados, por tornarem-se um dos modos de representação cultural e revelarem usos da língua e de seus fenômenos. Os avanços tecnológicos conferem às práticas sociais novas e diversas configurações linguísticas, que lançam mão da multimodalidade.

Ferraz (2012) afirma que a ACD além de concentrar as análises textuais na linguagem escrita, concentra-se também nas amplas tendências da comunicação pública. As mudanças na linguagem direcionam os estudos do discurso e impulsionam as transformações da comunicação. Isso sinaliza que a utilização de imagens na comunicação é uma fonte para a investigação na ACD.

Textos escritos são ilustrados com textos não verbais tais como fotografias, infográficos, mapas, desenhos, entre outros recursos, que complementam a mensagem. As imagens que são escolhidas contribuem para a construção discursiva do texto como forma argumentativa e ideológica. Um conjunto de modos semióticos está presente na produção ou leitura dos textos, com suas potencialidades de representação e de comunicação produzidas culturalmente. A multimodalidade se refere ao uso de mais uma forma de representação num gênero discursivo. Elementos representativos ou formas de expressão tais como imagens e cores, desempenham papéis na composição de significado (FERRAZ, 2012).

Para Dionísio (2006, p. 161) “as ações sociais são fenômenos multimodais”, assim,

todos os gêneros textuais, falados ou escritos, são multimodais porque quando falamos ou escrevemos um texto, estamos usando no mínimo dois modos de representação: palavras e gestos, palavras e entonações, palavras e imagens, palavras e tipografias, palavras e animações, entre outros (DIONÍSIO, 2006, p. 133).

Fotos, ilustrações, gráficos dentre outros, aliados a recursos de composição e impressão, a exemplo das cores empregadas, tipo de papel e formato das letras, conjugados aos gêneros utilizados, compõem um novo modelo de discurso, construindo novos sentidos. Conforme Vieira (2007),

estão em alta os textos multimodais, responsáveis pelos efeitos dos diferentes modos de representação. Dessa forma, torna-se impossível interpretar os textos com atenção voltada apenas à língua escrita ou oral, pois, para ser lido, um texto deve combinar vários modos semióticos (VIEIRA, 2007, p. 10).

A utilização de imagens nos textos contribui para a investigação do discurso, porque reside na busca das consequências da perspectiva do produtor ao representar a realidade por meio de formas simbólicas. A necessidade do olhar sobre o texto como um todo permite notar a interação entre a escrita e um número variado de modos semióticos na construção de sentidos e para a compreensão da unidade global do texto. Embora a multimodalidade não seja foco principal de nossa pesquisa, consideramos importante destacar os elementos representativos presentes nas publicações em análise, por constituírem integrantes nas práticas discursivas da SPM. Por serem as publicações da SPM carregadas de estratégias multimodais, consideramos importante incluir como categoria para análise.

Os avanços tecnológicos oferecem meios para inovar as configurações linguísticas, que lançam mão da multimodalidade. Os textos que utilizam componentes multimodais

apresentam-se ideologicamente marcados e engendrados por relação de poder (...) e desempenham importante papel, no seu universo constitutivo, não apenas da palavra escrita, mas de todo o aparato semiótico, permitindo o exame de gama de elementos, o qual de desencadeia por meio da relação existente entre os aspectos textuais e os sentidos sociais (BERNARDES, 2009, p. 121).

A ACD reconhece essa importância para análise da comunicação visual, não se concentrando apenas em análises textuais baseadas na linguagem escrita. Consideramos relevante observar a relação existente entre texto e imagem na representação dos atores sociais e acreditamos que a multimodalidade contribui para a constituição identitária, porque utiliza estratégias que se desenvolvem nas práticas discursivas.

As práticas discursivas da SPM dão testemunho à afirmação de Dionísio (2006), de que todos os gêneros textuais são multimodais. Os elementos visuais e linguísticos articulados entre si fornecem pistas de interpretação e reinterpretação. A autora chama a atenção para a questão dos avanços da tecnologia, que estão contribuindo para a multiplicação de arranjos textuais.

Bernardes (2009) observa que a comunicação visual é sempre codificada. Entretanto, esses códigos só podem ser entendidos numa determinada cultura, contexto específico e em época própria, pois subjacentes aos códigos estão as questões ideológicas. Para compreender a mensagem implícita na comunicação visual, o leitor necessita estar situado no fato social que envolve e complementa a informação com o texto escrito. Marcushi (2005) ressalta que

não podemos ignorar que hoje vivemos em uma ‘era de novos meios’ de comunicação e que a teoria de gêneros não pode esquecer isto. Não temos apenas uma escrita alfabética no ocidente, ‘mas uma escrita alfabética no contexto de outros modos co-ocorrentes’ que se afiguram relevantes para o processo comunicativo. Assim, além dos modos linguísticos, isto é, a fala e a escrita, temos de dar conta dos demais modos a eles integrados, tais como som, imagem, gestos, imagens em movimento, etc. (KRESS, 2003, *apud* MARCUSCHI, 2005, p. 28).

Assim, ao fazermos uma leitura de um texto que envolve a multimodalidade, devemos nos atentar às mudanças tecnológicas, culturais e sociais que se apresentam com outros mecanismos necessários à compreensão do gênero. É importante ressaltar que os textos são multifuncionais, conforme tratamos no capítulo anterior. Retomando os postulados de Fairclough (2008), “a análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 99). É importante ressaltar que esses processos são sociais, ao tempo em que tem referências de ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares onde os discursos são gerados.

Essa forma de ler a representação do mundo pode ser observada no exemplo a seguir. É importante verificar que o título se sobrepôs ao restante do texto, pelo tamanho da fonte e da cor, seguido da foto à esquerda e do texto no espaço seguinte da página. Verifica-se a segregação dos elementos (imagem e texto). Podemos observar a denotação visual concreta,

com a disponibilidade de uma fotografia do lugar onde o evento foi realizado. O cenário na Figura 8 revela ser um ambiente de alto nível econômico/social. As pessoas presentes na fotografia aparentam estar concentradas no tema exposto e respeito hierárquico à Ministra da SPM. Podemos inferir que a maioria dos participantes é composta por mulheres. A leitura sistêmica do texto traz à tona a mensagem principal do debate sobre a discriminação de gênero no trabalho e implantação do programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Compromisso de empresas contra a discriminação de gênero e raça atinge mais de 830 mil trabalhadores e trabalhadoras



Ministra Eleonora Menicucci sensibiliza empresas para superação da discriminação de gênero e raça
Foto: Elza Milhomem/SPM

Superar as diferenças e discriminações de gênero e raça que criam obstáculos para a contratação e ascensão de profissionais entre homens e mulheres trabalhadoras está entre os principais objetivos do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da SPM.

No dia 22 de maio, a ministra Eleonora Menicucci, da SPM, e representantes de 81 corporações assinaram, em Brasília, o termo de compromisso da 4ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Eleonora Menicucci destacou que a quarta etapa do programa avança ainda mais ao incorporar a dimensão racial. “Queremos acabar com qualquer tipo de discriminação e assédio e promover a igualdade entre homens e mulheres no ambiente do trabalho”.

A ministra lembrou que, em 2006, quando o Pró-Equidade foi criado, apenas 15 empresas aderiram ao programa. Hoje, ele alcança 81 empresas, o que significa mudanças e transformações cultural e comportamental por parte dos empregadores e trabalhadores e trabalhadoras. “E essa nova etapa do programa representa o desafio e o compromisso de todos na transformação das relações de trabalho, tornando-as mais igualitárias”. [Leia mais](#)

Figura 8: Compromisso de empresas contra a discriminação de gênero e raça
Fonte: BRASIL(2012o)

O objetivo do programa, declarado pela Ministra, foi: “Queremos acabar com qualquer tipo de discriminação e assédio e promover a igualdade entre homens e mulheres no ambiente do trabalho”. No discurso da Ministra há a manifestação de que quer acabar com a discriminação e assédio. Aquilo que se quer acabar pressupõe que existe. O programa Pró-Equidade de Gênero faz parte da agenda de Governo desde o ano de 2005, conforme expusemos no capítulo 1. O programa encontra-se na 5ª edição e apresenta mudanças positivas, com as empresas progredindo na realização de ações em prol das relações de gênero no trabalho. Ainda assim, os dados estatísticos revelam que as mulheres ganham menos que os homens, que em relação a ocupação dos cargos de liderança, as diferenças entre mulheres e homens são visíveis.

O exemplo seguinte trata de uma capa da publicação da campanha eleitoral 2012 “Mais Mulheres do Poder – Eu assumo este compromisso”. A figura 9 traz a foto de mulheres de idade e raça diferentes, uma portadora de necessidades especiais.



Figura 9: Mais mulheres no poder
Fonte: BRASIL (2012b)

Os elementos simbólicos que compõem a imagem (símbolo do sexo feminino e tecla de confirmação de voto), representados em cores que remetem à insinuação da eleição da mulher na campanha, através do voto confirmado pela tecla verde.

A interação do texto com a imagem forma um todo para compreensão do discurso. A mulher representada é uma nova mulher do século XXI. É a mulher que transcende barreiras de idade, cor, classe social e de locomoção. Uma mulher destemida que assume a carreira política, o que se evidencia através da tecla de votação eletrônica e da mensagem escrita. Nesse sentido, a busca por mais mulheres no poder é o objetivo principal da campanha.

Embora o Brasil conte com a primeira mulher eleita presidenta no ano de 2010, a representação política da mulher brasileira ainda é baixa, seja nos tribunais superiores, nas câmaras, no congresso, no governo estadual ou municipal. Conforme os dados apresentados na figura 3 (Capítulo 1), os percentuais relativos à participação da mulher na política brasileira apresentam índices sensivelmente baixos. O percentual de mulheres eleitas deputadas estaduais e distritais em 2010 foi de 13%. O processo de participação feminina nas instâncias de poder ocorreu pelas trajetórias individuais ou oportunidades a umas poucas mulheres. Nas ações de participação na sociedade, essas mulheres traçaram caminhos para os avanços hoje existentes na esfera de poder nacional. São exemplos que demonstram lutas pelos direitos femininos no Brasil.

Observemos na figura 10 um infográfico com dados da renda da população brasileira, por sexo e cor, elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2011 e publicado no *site* da SPM em 2012. Os dados são representados numa diagramação decrescente, permitindo a leitura de dados, além de especificar, com o uso de representação da população através das cores e desenhos. O infográfico se complementa ao todo do texto que trata da distribuição de renda no Brasil.

Conforme os dados divulgados pelo Ipea, a participação das mulheres na renda da família vem aumentando gradativamente e chega a representar o percentual de 45%. Essa realidade deve-se ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Ainda assim, conforme a representação do infográfico fica evidente que a mulher é remunerada abaixo da remuneração masculina. Quando comparados os percentuais segundo a cor, a mulher negra ocupa o mais baixo nível de remuneração.

Ainda podemos considerar que, quando se trata de famílias chefiadas por mulheres, são mais sujeitas à pobreza do que as famílias chefiadas por homens. As desigualdades são decorrentes da baixa remuneração feminina. Quando analisamos a remuneração da mulher

negra, buscamos explicações históricas, que podem ter contribuído para a reprodução hierárquica social, construídas no escravismo e mantidas no decorrer da história brasileira.

Pobreza, distribuição e desigualdade de renda

Renda média da população, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.

Neste bloco, os dados sobre renda e pobreza são apresentados segundo o rendimento médio do trabalho e de todas as fontes, com base na renda domiciliar *per capita* (RDPC), conforme décimos e centésimos de renda, ou, ainda, de acordo com linhas de pobreza baseadas no salário mínimo (SM). Em todas estas classificações, é possível acompanhar a redução da pobreza e das desigualdades entre 1995 e 2009, em que pesem as expressivas diferenças regionais, raciais e de gênero.

O rendimento médio (todas as fontes) aumentou de forma generalizada. Embora as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul e a zona urbana permaneçam com as maiores rendas *per capita*, o Nordeste e a zonal rural apresentaram taxas expressivas de crescimento neste indicador. O mesmo aconteceu ao considerarem-se os segmentos populacionais por cor ou raça. Conquanto a população negra tenha experimentado aumento

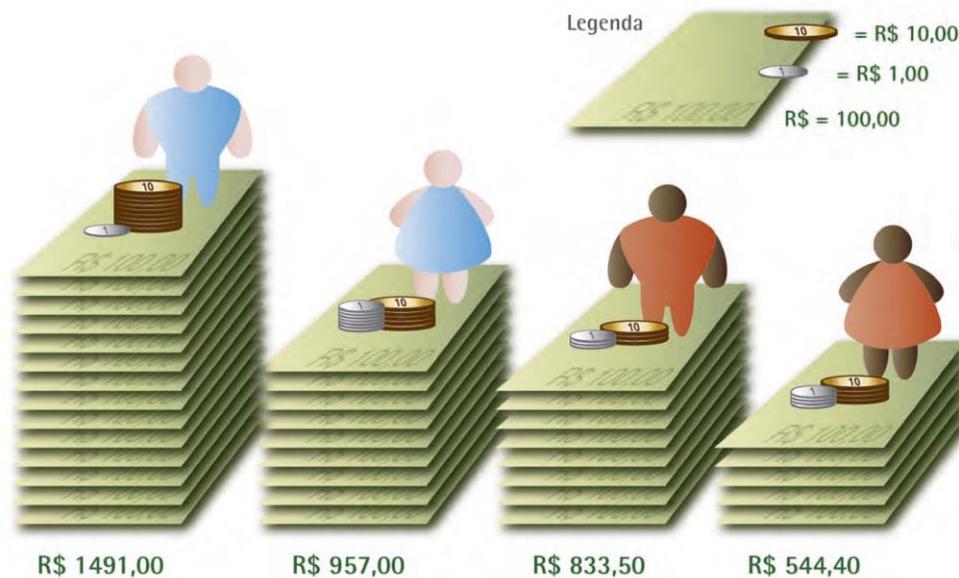


Figura 10: Retratos das desigualdades de gênero e raça

Fonte: BRASIL (2012c)

Mesmo com o trabalho livre, as mulheres negras continuam a desempenhar funções domésticas, sem o devido reconhecimento social ou de seus direitos trabalhistas e sendo mal remuneradas. Ela sofre uma tripla determinação: por pertencer a uma classe desfavorecida, por ser negra e por ser mulher.

3.3 Categorização de grupos

A intenção de selecionar a categorização de grupos para análise é a compreensão de que a SPM em suas práticas discursivas exerce categorização de atores e grupos sociais, especialmente o grupo feminino. Falcone (2008, p. 105) afirma que “a categorização de grupos/atores sociais como (des)legitimados é de extrema relevância para as pesquisas sociais, pois dela resulta várias outras ações, tais quais discriminação, preconceito, estereotipização e naturalização de poderes”.

Os processos de representação vão operar fortemente nas ações de categorização discursivas. Van Leeuwen (1997, *apud* MELO, 2012) sugere estratégias através das quais os atores podem ser representados nos discursos. O autor enfatiza que alguns atores sociais podem ser incluídos ou excluídos na representação. Por meio de estratégias, podemos ser representados por meio da identidade única, denominada nomeação ou em termos de identidades que partilhamos com outros atores sociais, a denominada categorização.

A categorização diz respeito às funções que os atores sociais ocupam, denominada, por isso, de funcionalização. A segunda categorização de atores sociais diz respeito ao que são, ou seja, os que os constitui e os diferencia de outros atores, é a identificação. Esta representação pode ser identificada por aspectos como classificação, identificação relacional e identificação física.

A classificação é a representação dos atores sociais conforme a diferença entre classes de pessoas tais quais: idade, sexo, origem, classe social, riqueza, raça, etnia, religião, orientação sexual, dentre outras. A identificação relacional, como o nome já diz, representa os atores em termos de relação pessoal. Essa identificação é aquela que o ator mantém seja com colega de trabalho, membros da família, etc. A identificação física é aquela que representa o ator social em termos de características físicas, ou seja, se é alto, magro, gordo, baixo, careca, cabeludo etc. (VAN LEEUWEN *apud* MELO, 2012). Vejamos os fragmentos da reportagem Mulheres na Construção Civil – TEXTO 1 [T 1]¹² - ANEXO A, retirada da Revista Com todas as mulheres, por todos os seus direitos:

Pedreiras, ceramistas, pintoras, encanadoras, azulejistas, eletricitas são algumas das formações obtidas pelas participantes dos cursos de capacitação do Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil.

(...) Em junho de 2009, no Rio de Janeiro, 150 mulheres das comunidades do Morro da Formiga, Vila Paciência e Kelson se inscreveram para participar da iniciativa. As concluintes receberam um kit ferramenta para dar início ao trabalho.

¹² Adotamos esta forma metodológica para identificar os textos utilizados para análise.

(...) O setor da construção civil é uma das principais alavancas do desenvolvimento econômico, pelo dinamismo e pela capacidade de gerar empregos. A partir desse cenário, o Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil atua diretamente na qualificação e na formação de mulheres para sua inserção no mercado da construção civil, um lugar de trabalho historicamente masculino.

(...) Em 2008 foi realizada uma experiência piloto no município de Canoas, no Rio Grande do Sul. Na ocasião, Elizabete Zanger, 44 anos, foi uma das participantes. Ela nunca havia trabalhado formalmente até que leu um anúncio em um jornal de Canoas sobre o curso de qualificação para formar pedreiras, ceramistas e pintoras. (...) O curso no qual aprendeu a assentar tijolo, salpicar cimento e emboçar, entre outras atividades, foi o passaporte para ingressar no mercado formal e ter a primeira assinatura na carteira de trabalho.

(...) Bem aceita pela equipe, o trabalho dela e de suas colegas já é bastante reconhecido. “O mestre de obras agora chama as mulheres para os serviços de acabamento. Acham que nós somos mais caprichosas e o nosso trabalho fica mais perfeito”, diz. (BRASIL, 2010c.)

Conforme os fragmentos da reportagem, podemos identificar categorizações de grupo que representam os atores sociais. A categorização pela ocupação ou função está evidente no primeiro parágrafo (Pedreiras, ceramistas, pintoras, encanadoras, azulejistas, eletricitistas) e no quarto parágrafo (pedreiras, ceramistas e pintoras). Essa categorização de funções pode indicar os avanços da mulher nas áreas de ocupações na construção civil, ‘um lugar de trabalho historicamente masculino’ (terceiro parágrafo), que por sua vez, também apresenta uma classificação sexual.

Em relação à identificação de classe social, verificamos no trecho: 150 mulheres das comunidades do Morro da Formiga, Vila Paciência e Kelson, que traz uma conotação de moradoras de favelas do Rio de Janeiro. Acrescenta-se uma mesma identificação em “receberam um kit ferramenta para dar início ao trabalho”. A classe social, no exemplo, é uma categoria que define fronteiras econômicas, estabelecendo as diferenças entre pobres e ricos, entre moradores da praia de Copacabana e os moradores das Favelas do Rio de Janeiro. Ainda em “aprendeu a assentar tijolo, salpicar cimento e emboçar, entre outras atividades, foi o passaporte para ingressar no mercado formal”, denota que a aprendizagem de uma atividade oportunizaria a inserção em trabalho remunerado com os direitos trabalhistas assegurados, até então não alcançados.

A identificação relacional é constatada em “bem aceita pela equipe”, o trabalho dela e de suas colegas já é bastante reconhecido. Essa identificação de relações de trabalho é intensificada pelo discurso ‘O mestre de obras agora chama as mulheres para os serviços de acabamento. Acham que nós somos mais caprichosas e o nosso trabalho fica mais perfeito’.

As características constantes nos exemplos acima revelam elementos do ponto de vista linguístico em que podem atribuir marcas identificadoras para a construção de identidade. Os

atores sociais, dos fragmentos da reportagem, são as mulheres de classe social economicamente baixa, inscritas no Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil. A caracterização dessas mulheres é construída da identidade da mulher de baixa renda da atualidade, tendo em vista que as atividades profissionais apontam uma nova perspectiva e transformação na realidade social. A desconstrução, as transformações e as desarticulações da vida social no contexto atual, deslocam as identidades sociais e levam as pessoas a negociarem seus relacionamentos com outras e com outros níveis (FAIRCLOUGH *apud* VIEIRA, 2005).

3.4 Nomeação

A nomeação é uma estratégia de representação de atores sociais em determinados tipos de discurso. Segundo Van Leeuwen (1997, *apud* RESENDE e RAMALHO, 2011), podemos ser representados em termos de identidade única mediante a estratégia de nomeação. Pontes (2010, p. 97) afirma que “nomear é a forma mais simples e imediata de identificação de pessoas ou grupos de pessoas ao nos referirmos a elas através de um nome, sendo, portanto, o primeiro aspecto que sinalizaria a identidade pessoal de um indivíduo”. As nomeações nunca acontecem isoladas porque de determinado modo, a sociedade identifica atores sociais. As informações acrescentadas aos nomes próprios são recursos que contribuem para categorizar as identidades dos atores sociais.

A nomeação é um aspecto que nos permite entender como os atores sociais são referidos e qualificados no discurso. As estratégias de nomeação mostram como os atores sociais podem ser representados em termos de inclusão ou exclusão. O uso dessas estratégias pode ocorrer de formas diversas, a exemplo de mecanismos de categorização de grupos, reforçando o modo como dada sociedade ou cultura diferencia as pessoas por grupos e eventos sociais. Desse modo, nomear e categorizar são dois processos diferentes que às vezes se confundem (PONTES, 2010). Vejamos o exemplo:

“Você fortalece e engrandece o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Para nós é um orgulho ter você como membro do CNDM pela sua militância e pela sua trajetória como pesquisadora”, disse a ministra Eleonora Menicucci, da SPM, e presidenta do CNDM, na abertura da 10ª reunião do Conselho, realizada em 4 de setembro, em Brasília. Ela empossou a feminista negra Sueli Carneiro como conselheira notório conhecimento, modalidade também ocupada pelas Conselheiras Bethânia Ávila e Jacqueline Pitanguy (BRASIL, 2012q).

No exemplo, identificamos que ao nomear Eleonora Menicucci, também foram incluídas as funções que compartilha com os outros, ou seja, as funções que exerce socialmente – ministra da SPM e presidenta do CNDM. Mais adiante, é nomeada Sueli Carneiro. Neste caso, duas categorizações são atribuídas: uma é relacionada à titulação (conselheira notório conhecimento) e a outra, relacionada à cor e à convicção político-filosófica (feminista negra). Essa última categorização não ocorreu com as Conselheiras Bethânia Ávila e Jacqueline Pitanguy, que são nomeadas e categorizadas apenas pela titulação.

Para Levinson (2007), a dêixis social se relaciona aos papéis dos participantes em um contexto enunciativo. Analisar discursivamente o fenômeno da dêixis social implica observar “aspectos da estrutura da língua que codificam as identidades sociais dos participantes (...) ou a relação social entre eles, ou entre um deles e pessoas ou entidade que se fez referência” (LEVINSON, 2007, p. 111). Para o autor,

a dêixis diz respeito às maneiras pelas quais as línguas codificam ou gramaticalizam traços do contexto da enunciação ou do evento de fala e, portanto, também diz respeito a maneiras pelas quais a interpretação das enunciações depende da análise desse contexto de enunciação (LEVINSON, 2007, p. 65).

A recorrência de pronomes no discurso pode revelar indícios de como os atores representam a si próprio e a outros (LIMA, 2011). De acordo com Van Dijk (2010b), quando se trata do discurso político, o uso pronome político ‘nosso’ revela a qual grupo o falante se identifica. O pertencimento ao grupo faz parte de modelos e de representações sociais dos falantes enquanto pertencentes a um grupo em um discurso com propósitos estratégicos. Assim, “a polarização discursiva de Nós e Eles, típica do discurso político, não somente reflete as representações mentais de pessoas sobre quem se falou, mas também as categorias dos participantes para quem se falou numa situação comunicativa” (VAN DIJK, 2010b, p. 222).

Os elementos dêíticos servem como índices espaciais de identidades sociais, representados pelos pronomes pessoais: os pronomes tu/você(s) e o ele(s)/ela(s) são posicionados ao eu/nós numa escala perto/distante (PONTES, 2010). Esses elementos dêíticos nos ajudam a compreender que a relação do eu/nós versus tu/você(s)/ele(s)/ela(s) é ideologicamente significativa na análise da representação social nas práticas discursivas. Vejamos os exemplos a seguir:

- 1) Nós também somos mulheres capazes de estar em áreas até agora restritas a homens.

- 2) Fui Secretária da Fazenda, Ministra de Minas e Energia e agora sou Chefe da Casa Civil. Nessas funções eu fui a primeira mulher a ocupar, mas tenho certeza que não serei a última.
- 3) Devemos nos inserir no mundo da política, o que exige formação e preparo para enfrentarmos discriminação e preconceito por ousarmos disputar o poder com os homens.

No exemplo 1, o emprego do pronome na primeira pessoa do plural ‘nós’ indica que quem pronuncia o discurso se inclui como mulher, por estar explícito no predicado ‘somos mulheres capazes’. É a revelação do pertencimento a um grupo e exclusão de outros, por exemplo, de homens.

No exemplo 2, há uma diferenciação do primeiro exemplo. Embora haja revelação de pertencimento ao grupo de mulheres tanto pela flexão de gênero ‘secretária’, ‘ministra’ como pela declaração ‘fui a primeira mulher’, há exclusividade de postura e revelação do distanciamento eu/vocês, expressando a divisão de grupo, que tanto marca a relação de poder como representa ganho simbólico com a posse do título funcional.

No exemplo 3, há ocorrências que revelam o pertencimento a um grupo ‘nós’ (devemos/enfrentarmos/ousarmos), embora não se apresente de imediato, a qual grupo. O outro grupo ‘eles’ se apresenta com a expressão ‘por ousarmos disputar o poder com os homens’.

Neste sentido, acreditamos que “a recorrência de pronomes em discurso é um fenômeno que pode revelar fortes indícios acerca de como o sujeito representa socialmente a si próprio e a outros” (LIMA, 2011, p. 3).

3.5 Alocação de papéis: ativação/passivação

Ao lado da nomeação, a predicação é o processo básico pelo qual as pessoas, coisas, eventos, práticas sociais, dentre outros, são caracterizadas quanto à quantidade, qualidade, tempo e espaço. Dessa forma, as predicações podem ser avaliativas, explícitas, implícitas, específicas ou vagas. As estratégias de predicação são usadas para identificar a qualificação dos atores sociais e do evento, numa perspectiva positiva ou negativa (PONTES, 2010).

Propomos analisar essas questões no *corpus* para observar o modo como os atores sociais usam a predicação nos discursos para construir identidades de si e dos outros. De acordo com Pontes (2010), um dos aspectos relevantes da predicação é a alocação de papéis ativos ou passivos aos atores. No papel de ativo, o ator social é o agente que faz as coisas

acontecerem, enquanto que no papel de passivo o ator social é paciente, pois ele sofre os efeitos de uma ação.

A ativação e a passivação são processos que indicam como os atores sociais são representados – de modo ativo – quando o ator social desempenha papéis fazendo as coisas acontecerem; ou - de modo passivo – quando sofre os resultados ou efeitos dos processos representados (FAIRCLOUGH *apud* PONTES, 2010).

Consideramos a ‘predicação’ também como uma forma linguística determinante para identificação dos valores sociais e visões de mundo no discurso. Assim, entendemos que a escolha da predicação no texto é sempre significativa. Observemos os exemplos a seguir:

- 1) No seu discurso de posse a Presidenta assumiu o compromisso de honrar, em cada ato e decisão, as brasileiras. Sua primeira iniciativa foi nomear ministras em seu governo, ampliando assim o número de mulheres nos espaços de poder e de decisão de sua administração.
- 2) Como contribuição à reversão deste quadro, a SPM criou o programa Pró-Equidade de Gênero que tem a parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- 3) As mulheres negras brasileiras foram homenageadas, na ocasião, “pelo intenso protagonismo na mobilização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e na construção do plano nacional de políticas para as mulheres e também pelo que representam de resistência na luta pela libertação do povo brasileiro”, afirmou a ministra da SPM.

Conforme podemos observar, nos exemplos 1 e 2 há a predominância do processo de ativação, enfatizando a autonomia e autoridade, acentuando a legitimidade no exercício das funções, destacados pela representação positiva tanto da ‘Presidenta’ como da SPM. Os verbos de ação ‘assumir’ e ‘criar’ dão ênfase ao agente e acentuam o seu poder.

O exemplo 3 está tipificado pela estrutura verbal passiva. Ao usar a passivação na estrutura ‘foram homenageadas’, o foco do discurso remete à identificação das razões pelas quais ‘as mulheres negras brasileiras’ receberam homenagem. A relevância dada à citação no discurso direto, destacado com o uso de aspas, direciona o olhar do leitor para o ator social (no caso, a ministra da SPM), ficando os atores que receberam a homenagem (as mulheres negras brasileiras) em segundo plano.

Apresentamos, neste capítulo, as categorias que tomamos para análise. Alguns exemplos, retirados do *corpus* desta investigação, já foram apresentados, com o objetivo de tornar a discussão teórica ainda mais relevante. No próximo capítulo, aprofundamos as análises, a partir da observação do funcionamento das estratégias discursivas no processo de representação da mulher e como ocorre a constituição identitária da mulher trabalhadora.

CAPÍTULO 4

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Neste capítulo, desenvolvemos aspectos de natureza teórica analítico. O objetivo é articular as questões abordadas sobre as categorias de análise, no capítulo anterior, a investigação das estratégias utilizadas para a construção do significado representacional e identificacional. Assim, a análise compreende, simultaneamente, a identificação das categorias e a observação do funcionamento das estratégias discursivas, em função das questões ideológicas relacionadas à (des)igualdade de gênero nas relações de trabalho. A partir dessas análises, discutimos a constituição identitária da mulher trabalhadora nos discursos da SPM.

4.1 A “voz” das mulheres nas práticas discursivas da SPM

A questão relativa à condição feminina é uma questão social. Dessa forma, trata-se de um assunto complexo, que merece atenção. Investigar as práticas discursivas da SPM sobre o tema possibilita problematizar, bem como compreender os interesses sociais e as formas de poder que norteiam essa questão.

Dessas considerações, entendemos que as questões de gênero devem ser abordadas no universo das relações sociais. Tal interface está prevista nos postulados de Fairclough (2008), que defende que as “práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2018, p. 121). Seguindo o pensamento do autor, lançamos uma pergunta relevante para esta investigação: quais “vozes” se destacam nas reportagens da SPM em discursos diretos e indiretos? Utilizamos a intertextualidade para respondermos ao questionamento.

Conforme Fairclough (2008), todos os enunciados são povoados e constituídos pelos enunciados dos outros. É inspirado no pensamento de Bakhtin (1986) que o autor faz a afirmação, pois, segundo Bakhtin,

nossa fala... é preenchida com palavras dos outros, variáveis graus de alteridade e variáveis graus do que é de nós próprios, variáveis graus de consciência e de afastamento. Essas palavras de outros carregam com elas suas próprias expressões, seu próprio tom avaliativo, o qual nós assimilamos, reatualizamos e reacentuamos (BAKHTIN, 1986, *apud* FAIRCLOUGH, 2008, p. 134).

Nesse fragmento, Bakhtin (1986) defende que os enunciados são demarcados por mudanças de falas, como elos na cadeia de comunicação. Todo enunciado é povoado de outros enunciados. Essa dimensão do enunciado é o que faz Fairclough (2008) denominar de intertextualidade. Quando uma reportagem destaca as palavras do ator social, grafando-as com o uso de aspas, de fato, está priorizando a representação do discurso direto. Essa preferência é uma forma seletiva para que o discurso desse ator social atue como elemento de mudança social.

Concordamos com Fairclough (2008) que as representações sociais estão relacionadas à intertextualidade, na medida em que nos discursos são perpassados por ideologias. Assim, a representação no discurso é um processo ideológico, assim como representa o mundo. Observar as relações intertextuais possibilita identificar a demarcação discursiva do ‘nós’ versus ‘ele(s)/ela(s)’ e identificar quem tem ‘vez’ e quem tem ‘voz’ no discurso. No exemplo do quadro 4, vamos identificar a representação direta e a representação indireta nas práticas discursivas da SPM e como esta instituição mescla o seu discurso com os outros discursos. Vejamos:

Quadro 4: SPM é fundamental, afirma presidenta Dilma

TEXTO 2 – ANEXO B

O auditório do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, ficou lotado na solenidade de abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O público aplaudiu de pé a presidenta Dilma Rousseff, que durante o seu discurso desmentiu os boatos em torno da extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

O anúncio foi festejado e considerado o primeiro resultado positivo da Conferência. A presença da presidenta na abertura do evento também foi alvo de comemoração, lembrando que foi a única conferência na qual ela esteve presente.

“Muitas vezes, vocês veem nos jornais se anunciado que o Ministério - que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres – vai, simplesmente, ser fechado ou unido a outro. Não há a menor verdade nessas notícias, e não há a menor veracidade. Não há a menor verdade nessas notícias, e não há a menor verdade porque, como eu disse, nós vamos continuar avançando e não vamos avançar sozinhas. Nós vamos avançar com essa Secretaria que defende os direitos da mulher, que defende a igualdade de gênero, porque ela é fundamental como instrumento do governo, do meu governo – primeira Presidenta deste país - , como é fundamental o movimento que cada uma de vocês faz no estado de vocês, no município e na cidade de vocês”.

Conquistas

A presidenta Dilma lembrou que as conquistas das mulheres resultam na superação de obstáculos e destacou fatos recentes, considerados por ela históricos e simbólicos na luta pela igualdade. (...)

Novos espaços

“Outro momento que eu considero importante foi o momento em que o povo brasileiro me premiou, mas que, sem sombra de dúvida, foram as mulheres deste país, que progressivamente conquistaram seus espaços, as grandes responsáveis por isso. Porque eu me elegi Presidenta deste país e abri a Assembleia Geral da ONU pela

primeira vez, representando todas as mulheres do mundo, mas, em especial, as mulheres deste país e deste continente (...).”

Em sua fala, a presidente Dilma também citou a realização da 3ª Conferência como um marco, possibilitando o encerramento do ano com uma grande conquista.

Autonomia

Sobre a autonomia para as mulheres, o principal foco da Conferência, a presidenta citou alguns programas do Governo, como o Bolsa Família (que é recebido pelas mulheres) e o Minha Casa, Minha Vida (cuja compra pode ser assinada apenas pela mulher), além de iniciativas voltadas à saúde da mulher – “uma questão essencial”, afirmou.

Século do empoderamento

A presidenta encerrou sua fala dizendo que este será o século do empoderamento, cada vez maior, das mulheres.

“Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século 21, não sejam protagonistas, e sim, vítimas. Nós não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história. Por isso é importante a conquista da representação política das mulheres condizente com o papel central que ocupam na sociedade brasileira. Os resultados que vocês vão obter aqui, contribuindo para que continuemos resgatando a dívida histórica do Brasil com as brasileiras, são, de fato, muito importantes e estratégicos. Nós estamos no caminho certo. Estamos dando aqui um novo e importante passo. Quero dizer para vocês que nós vamos em frente. E, para encerrar, quero reafirmar que as mulheres brasileiras têm, em sua presidenta, uma aliada incondicional na construção de um Brasil mais igual, em que as mulheres sejam cidadãs de primeira classe”.

Fonte: BRASIL (2011b)

Nos fragmentos da reportagem identificamos que a prioridade do discurso é da “voz” da Presidenta da República. A SPM procura representar o discurso direto com a utilização das aspas, como em:

Ex. 1: “Muitas vezes, vocês veem nos jornais se anunciado que o Ministério - que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres – vai, simplesmente, ser fechado ou unido a outro. Não há a menor verdade nessas notícias, e não há a menor veracidade (...)” [T 2]

Ex. 2: “Outro momento que eu considero importante foi o momento em que o povo brasileiro me premiou, mas que, sem sombra de dúvida, foram as mulheres deste país, que progressivamente conquistaram seus espaços, as grandes responsáveis por isso (...)” [T 2]

Ex. 3: “Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século 21, não sejam protagonistas, e sim, vítimas. Nós não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história. Por isso é importante a conquista da representação política das mulheres condizente com o papel central que ocupam na sociedade brasileira.(...)” [T 2]

Percebemos que as citações diretas têm uma função específica no discurso: assegurar uma representação do governo com capacidade de dar sustentabilidade a um órgão que atue na causa das mulheres.

Exemplos similares verificamos em:

Ex. 4: “Meu objetivo fundamental, como Presidenta da República, é a erradicação da pobreza extrema. No Brasil, a pobreza tem cara: ela é feminina, está ligada às

mulheres. Quanto mais pobre a família, maior a chance de que ela seja chefiada por uma mulher (...)" [T 3]

Ex. 5: "As mulheres idosas de hoje continuam trabalhando, produzindo cultura, conhecimento. Elas participam de partidos políticos, organizações comunitárias entre outras atividades (...)" [T 4]

Ex. 6: "A divisão sexual do trabalho sedimenta a divisão da sociedade. O trabalho reprodutivo, aquele que se refere à vida, é feito pelas mulheres por anos (...)" [T 5]

Identificamos, nesses exemplos, a voz das organizações governamentais, ou seja, da Presidenta da República (ex. 4); de partidos políticos (ex. 6) e de organização vinculadas ao Governo (ex. 5). O discurso reportado de atores sociais que não são engajados a instituições só é utilizado no final do texto, como observamos nos exemplos a seguir:

Ex. 7: "Meu próximo passo é descobrir como diminuir a oxidação da prata. Só vou começar a trabalhar na realização do meu sonho quando tiver a minha fundição(...)" [T 6]

Ex. 8: "No início, quando eu e as outras mulheres começamos a trabalhar, os homens não nos davam bom dia, não falavam nada. Mas hoje somos bem aceitas (...)" [T 1]

Nesses exemplos, as aspas, efetivamente, simulam o discurso direto. Neste caso, o produtor do texto se limitou apenas a reproduzir as palavras do ator social, fazendo os leitores acreditarem que o discurso é fielmente reproduzido. Pela utilização da marca gráfica (aspas), o leitor deverá fazer a distinção entre o texto geral e o texto específico. Nesse caso a reprodução das falas é marcada pela utilização dos verbos dicendi, ou seja, verbos que anunciam o ato de dizer, declarar algo.

A citação indireta também abriga o processo verbal. É característica do discurso indireto a ambivalência das palavras que foram usadas.

Ex. 9: Ainda que esta não seja a única condição, mulheres com independência econômica e financeira, com direitos e benefícios garantidos, podem investir em perspectivas profissionais e culturais (...) considera a secretária de avaliação. [T 7]

Ex. 10: As medalhas que trouxeram de Londres será de superação dos momentos e dificuldades que acontecem na vida (...) disse a ministra Eleonora Menicucci. [T 8]

Vemos que mesmo havendo o discurso indireto, o narrador articula o seu discurso ao discurso de outrem, sem expor o discurso original na sua íntegra. Ele constrói tal efeito discursivo mesclando as vozes em um mesmo discurso. O que está em evidência nesses discursos é o impacto que se pretende com o seu conteúdo. Conforme Bakhtin (2010), as palavras não são neutras. As palavras, ao passarem "de boca em boca", mudando de contexto

ou meio social, vem pontilhadas de outras palavras, mas não se subjeta ao meio constituído pela palavra do outro, pois há sempre uma ressalva, um distanciamento.

A intertextualidade também ocorre de forma implícita. Conforme Koch (2011), na intertextualidade implícita não há citação expressa. Para compreender o discurso, o interlocutor necessita recuperar na memória a citação para construir o sentido do texto. Os exemplos a seguir são úteis para explicar essa situação.

Ex. 9: Durante a ditadura militar as mulheres foram mortas, presas, torturadas, inclusive a ministra Eleonora Menicucci e a presidenta Dilma Rousseff. [T 9]

Ex. 10: Ministra Eleonora leva apoio das mulheres brasileiras à delegação que vai aos Jogos Paralímpicos de Londres. [T 8]

Observamos, no exemplo 9, que para compreender o contexto da situação das mulheres que foram mortas, presas e torturadas, o leitor necessita de um conhecimento prévio sobre a ditadura militar, em qual época aconteceu e como eram tratados os manifestantes contrários ao regime, independentemente de sexo ou idade.

No caso do exemplo 10, exige-se do interlocutor uma busca na memória que identifique o que significa paralímpicos. Acionada a memória, o interlocutor compreende que nos jogos paralímpicos de Londres 2012 se faziam presentes mulheres brasileiras portadoras de deficiência. Dentre essas mulheres, estava a velocista portadora de deficiência visual mais rápida do planeta, Terezinha Guilhermina, que conquistou medalhas de ouro elevando a colocação brasileira nos jogos paralímpicos mundiais.

A observação desses recortes de práticas discursivas nos orienta para a compreensão de como se dão os processos de produção, distribuição e consumo textual. Esses processos são sociais e envolvem referências econômicas, políticas e institucionais. Os discursos indicam a relevância que é dada aos atores sociais destacados. As vozes presentes nos discursos exemplificados mostram a relevância dada aos atores sociais, em particular, a mulher, nas instâncias de organização governamental, filiação em partidos políticos ou organizações vinculadas ao Governo, como verificamos nos exemplos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 9. As vozes de pessoas comuns são encontradas nos discursos exemplificados em 7, 8 e 10.

A presença de mulheres nos espaços sociais brasileiros embora não seja uma conquista recente, a inclusão da mulher em alguns espaços sociais ainda é um desafio. O amadurecimento da democracia no Brasil contribui para essa inclusão. Nesse sentido, é possível identificar nos discursos analisados, as representações da mulher trabalhadora e constatar a legitimidade das vozes femininas, nos discursos analisados. De fato, os dados da pesquisa apontam que as vozes são mais atribuídas à mulher nas instâncias de poder

governamental, embora apresente atribuições, ainda que menos expressivas, a mulheres sem atuação institucional. Essas vozes refletem na conquista de autonomia para a defesa de interesses femininos, construindo e reconstruindo identidades.

4.2 A construção das identidades da mulher nas fotografias

Investigamos fotografias que, no nosso entender, representam semioticamente aspectos importantes das identidades da mulher construídas pela SPM. Concordamos com Dionísio (2005), quando afirma que os gêneros textuais são multimodais. A importância de realizar essa análise reside na possibilidade de compreender a relação entre o texto verbal e outras modalidades não verbais. Essa categoria foi escolhida porque, ao funcionar junto ao universo textual investigado, permite que alguns processos de representação e de formação de identidades se apresentem com mais clareza.

Salientamos que não é nosso propósito analisar os textos visuais em todos os seus detalhes, mas sim, selecionar elementos que são relevantes para a análise das imagens. A reportagem mencionada na figura 11 ilustra os modos como a multimodalidade realiza sentidos que o suporte verbal, sozinho, não conseguiria realizar. A multimodalidade também mostra de que maneira a imagem pode se configurar como elemento intertextual. A imagem do Texto 10 trata da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada no ano de 2004. O espaço físico reúne as participantes do evento em momento pós debates em grupos de trabalho. As propostas para as políticas eram apresentadas no auditório para serem votadas. Somente as delegadas representantes governamentais e da sociedade civil tinham a legitimidade para votar.

O fator que se mostra como evidente é o papel exercido pela imagem das mulheres, disposta no centro da página. A fotografia é feita com profundidade de campo, ou seja, de um ângulo que visualiza a distância entre o objeto mais próximo e o mais distante, configurando uma infinidade de mulheres no auditório onde estava sendo realizado o evento. O efeito deste ângulo tende a dar ideia de grande quantidade de pessoas. Esses significados de expressão visual permitem o aumento de proporcionalidade ao real. Conforme Ormundo (2007), quando o fato da realidade é simbolizado, já não é mais realidade, é uma representação da realidade feita por meio da multimodalidade. A função social da imagem é utilizada com o propósito de causar impacto da quantidade de mulheres que, mobilizadas, definiram as diretrizes do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e os eixos prioritários das ações a serem

implementadas. A imagem e o título da reportagem interagem entre si, formando um todo textual: Conferência Nacional: um marco nas conquistas das mulheres brasileiras. Podemos admitir que pela primeira vez na história da mulher brasileira, ocorreu um evento de tamanha grandeza para tratar de políticas para as mulheres.

Ex. 11:) [T 10]



Figura 11: I Conferência de Políticas para as Mulheres
Fonte: BRASIL (2004a)

Na configuração multimodal, a imagem não apenas ilustra, mas se complementa com outro texto, exercendo uma função semiótica e ideológica. O exemplo a seguir traduz como o evento e o texto estão coordenados:

Ex. 12: Indígenas, donas-de-casa, artistas plásticas, empregadas domésticas, negras, lésbicas, agricultoras, idosas, evangélicas e mulheres com deficiência, além de observadores internacionais, se reuniram e atuaram na Conferência de forma articulada e democrática. Com a certeza de que aquele era um momento histórico para dar um salto de qualidade da formulação de políticas públicas para as mulheres”. [T 10]

Nesse aspecto, é relevante retomar o que Fairclough (2008) discorre sobre a representação dos atores sociais. Tais representações têm forte significância social. No exemplo 12, a representação atribuída às mulheres tem dimensão abrangente e diversificada.

A figura 12 é a fotografia de um grupo de pessoas composto por homens e mulheres. Aparentemente, não há distinção entre a altura. A fotografia foi feita do alto, induzindo o grupo erguer o rosto, mostrando melhor a face ao invés de outro detalhe do corpo. O fundo branco e o não enquadramento da imagem com elementos que criam linhas divisórias conectadas ou desconectadas aos elementos da imagem, dão relevância à centralidade composta por pessoas.

Ex. 12 [T 11]

8

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres



TRABALHO

Programa da SPM mobiliza empresas em prol da Eqüidade de Gênero

(...) "a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres decidiu pôr em prática uma atitude positiva. Vai premiar as empresas empenhadas em reduzir o abismo de cargos e salários entre homens e mulheres" (...) (O Globo, 18.09.2005)



Foto: ACDOM/Caixa Econômica Federal

Imagem utilizada no lançamento do programa Pró-Eqüidade da Caixa Econômica Federal

Figura 12: Programa da SPM mobiliza empresas
Fonte: BRASIL (2010c)

A construção de valores, de atitudes e identidades é representada pela interação entre o título e a imagem. O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça foi criado em 2005, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Programa tem o objetivo de incentivar a

valorização profissional das trabalhadoras e a adoção de práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas empresas.

Identificamos a forma de interação texto/imagem em um fluxo da mensagem unidirecional. Essa interação fornece elementos para compreender como as dinâmicas do discurso funcionam na representação. Bernardes (2009) afirma que a representação é substância discursiva para podermos diferenciar inúmeros discursos distintos que podem mostrar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições. Ao observarmos o exemplo 12, podemos identificar aspectos da representação da construção de identidades de profissionais, cujo significado se impõe a respeito da igualdade de gênero e nas relações de trabalho.

Na 4ª edição (2011-2012), conforme os dados da SPM, das 81 empresas participantes, 57 receberam o selo do Programa, que representa o reconhecimento do trabalho das organizações no desenvolvimento cotidiano de novas concepções de gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançarem a equidade entre homens e mulheres no mundo trabalho. Das empresas que receberam o selo, quatro estão em Pernambuco. Esse dado torna-se importante na medida em que comparamos a história da mulher nordestina. Em decorrência disso, a mulher participa do processo de construção das identidades, na mesma medida que participa das diferentes classes sociais. Assim, concordamos com Louro (1997, apud CAPPELLE et al, 2004, p. 3): “Se as sociedades são e serão sempre constituídas por sujeitos diferentes, que buscam ser politicamente iguais, suas múltiplas diferenças talvez possam ser motivo de trocas, negociações, solidariedades e disputas”.

No exemplo a seguir, a fotografia constante na figura 13 diz respeito a Marcha das Margaridas, ocorrida no ano de 2007, com a participação de aproximadamente 50 mil manifestantes.

Ex. 13: A marcha das margaridas [T 12]



Figura 13 – A marcha das margaridas
Fonte: BRASIL (2010g)

As mulheres expostas na foto usam camiseta padronizada, predominando as cores lilás e branca, e usam chapéus ornamentados com uma margarida, em homenagem à líder rural assassinada, Margarida Maria Alves. Os objetivos da marcha residem em dois pólos antagônicos: a luta e a paz. Esses elementos nos levam a corroborar com o que Dionísio (2005) defende: os gêneros textuais são multimodais. Os elementos visuais e linguísticos articulados entre si fornecem pistas de interpretação e reinterpretação. Na imagem aparecem as mulheres em primeiro plano, carregando cartazes e bandeiras. As reivindicações, nos distintos campos semióticos, são as mesmas: justiça e dignidade da mulher trabalhadora rural.

Um aspecto relevante em relação às fotografias aqui expostas é a representação da mulher em participação nos movimentos pela igualdade. A forma como a SPM se coloca e reproduz as crenças que sustentam a luta pela autonomia da mulher e a igualdade de gênero, influencia, de maneira importante, os espaços para as mulheres se inserirem como igual nas relações de trabalho.

Alguns pontos importantes podem ser extraídos da reportagem “A Marcha das Margaridas”. Em primeiro lugar, explicita-se uma tendência de avanços da luta das mulheres, porque é necessária a construção de novas perspectivas para termos um país mais igualitário. Em segundo lugar, o engajamento de outros movimentos à Marcha das Margaridas fortalece esses grupos na luta pela redução da desigualdade de gênero que é acentuada no meio rural. Assim, a condição feminina poderá ser defendida através dos movimentos sociais, que assumem para si a responsabilidade pela defesa dos direitos das mulheres.

Nos exemplos analisados, leva-nos a crer que as imagens em conjunto com o texto verbal concretizam a representação e contribuem para a formação e transformação de ideologias. Ao registrar um determinado evento social, tal registro irá compor a gama de textos que circulam em instituições e, ao repercutir em distintas formas de comunicação social, constituem material complementar de estudo sobre as representações sociais.

Segundo Dionísio (2005, p. 159), “imagem e palavra mantêm uma relação cada vez mais integrada”. Essa coordenação entre si faz-nos crer que, ao analisar uma produção discursiva não se pode deixar de considerar essa interação entre a escrita e os elementos semióticos, pois exercem uma função representativa para a construção de sentidos e incorporação de múltiplas fontes de linguagem.

4.3 Identificando grupos, nomes e papéis

Acreditamos que a identidade da mulher é o reflexo das crenças, valores e costumes de cada cultura e de cada grupo social. Em todas as sociedades humanas a divisão do trabalho depende mais das condições culturais do que das condições sexuais. As sociedades identificam a adequação de comportamentos com base no sexo. Conforme Vieira (2005), com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a relação entre os dois sexos entrou em processo de mudança.

A mulher, ao conquistar salários, tornou-se capitalista, privilégio anteriormente exclusivo masculino. “Começa, portanto, a luta pelo poder que excede a questão de gênero. O homem, neste momento, deve lutar para se manter em seu cargo, para não perdê-lo a outros concorrentes homens e, também, agora, às mulheres” (VIEIRA, 2005, p. 231). A intervenção da mulher no mercado de trabalho levanta problemas para a liderança masculina. Vieira (2005) afirma que essa intervenção seja o referencial de um discurso inovador de gênero no mercado de trabalho, definindo uma nova identidade profissional para as mulheres e que a competitividade seja uma das características identitárias pelos espaços profissionais.

O trabalho desempenha papel altamente significativo como força estruturante da identidade feminina. Com o trabalho, assim como pelo letramento, a mulher atinge a forma mais expressiva de independência e poder econômico. A mulher, em qualquer cultura, deve ter o direito ao conhecimento e às formas de ganhar o seu dinheiro, agregando a sua vida em forma de poder, pois, nessas condições, a mulher pode se tornar sujeito de seu destino e responsável pela construção de sua identidade (VIEIRA, 2005).

O ponto de partida da análise do discurso para investigar o complexo fenômeno da desigualdade de gênero nas relações de trabalho, é considerar que tanto é relacionado a uma prática social quanto à formação ideológica, que se manifesta discursivamente na construção das identidades dos atores sociais envolvidos.

Com o objetivo de realizar uma reflexão minuciosa de algumas categorias de análise referentes ao significado identificacional do discurso, optamos por observar as estratégias utilizadas nas práticas discursivas mais recorrentes da SPM que contribuem para a constituição identitária da mulher trabalhadora.

Iniciamos as análises utilizando a reportagem Trabalho e Empreendedorismo, que trata da implantação do Programa com o mesmo nome, que tem o objetivo de estimular a geração de novos negócios e apoiar o desenvolvimento do empreendedorismo das mulheres. A iniciativa é da SPM em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A partir do texto [T 6], constante no quadro 4, que compõe o *corpus* restrito desta investigação, faremos as análises relativas à categorização de grupos, nomeação e alocação de papéis, com o objetivo de analisar a construção da identidade da mulher trabalhadora nos discursos da SPM.

Quadro 4 – Trabalho e empreendedorismo

[T 6]

Estimular a geração de novos negócios e apoiar o desenvolvimento do empreendedorismo das mulheres é o objetivo do Programa Trabalho e Empreendedorismo que, entre 2007 e 2009, atendeu 3.600 mulheres no Rio de Janeiro, Distrito Federal e Santa Catarina. A iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em parceria com os governos estaduais e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), será ampliada em 2010 para os estados do Pará e Pernambuco, com previsão de capacitar mais de 2.200 mulheres este ano.

A experiência no Rio de Janeiro está dando resultados positivos. Celi Pinto, 52 anos, e mais 21 mulheres que participaram do curso na edição de 2008 fundaram a Associação de Mulheres Empreendedoras da Embaixada Fluminense (AmeBF). Em menos de um ano, a entidade que reúne profissionais de diferentes áreas – cabeleireiras, artesãs, costureiras – promoveu três feiras de negócios em Nova Iguaçu.

“A exposição do trabalho ajuda na divulgação dos serviços e consolidação dos produtos no mercado interno. Hoje há pessoas, inclusive homens, querendo entrar na associação. Estamos nos preparando para agregar novos membros e receber as pessoas com mais estrutura. Sobre os homens, vamos discutir o que está sendo feito. Não podemos agir com o mesmo preconceito que eles agiram com a gente”, explica Celi.

Depois de cinco anos à frente de sua própria loja de bijuterias no centro de Nova Iguaçu, na qual vendia produtos de vários fabricantes, ela resolveu se dedicar, em 2006, à produção própria e, buscando aperfeiçoamento, participou do curso de capacitação e hoje sua meta é a exportar as jóias que produz. Para isso, continua apostando na qualidade dos seus produtos.

“Meu próximo passo é descobrir como diminuir a oxidação da prata. Só vou começar a trabalhar na realização do meu sonho de exportação quando tiver a minha fundição. Hoje as peças são produzidas na fábrica do meu marido. As pessoas dizem que fábrica de fundição é coisa de homem, mas não me importo. Muita gente falou que eu não ia conseguir, que eu não tinha capacidade de levar a associação, e hoje querem se tornar membros da associação”, conta Celi.

No Distrito Federal, Maria de Lourdes Ferreira Alves, 45 anos, conta que ela e outras participantes do curso, concluído em dezembro de 2009, pretendem se unir para criar também uma associação. “Eu quero crescer com o artesanato de arte em jornal. O foco maior do grupo é bijuterias e bolsas. Então, pretendemos mesclar os nossos produtos”, conta Maria de Lourdes. A dona de casa Eliete Freitas, 52 anos, economiza reservas financeiras para abrir um empreendimento junto com a sua família. Ela, que já sabia fazer pintura em tela, teve a ideia após participar do curso em Santa Catarina, convidada por uma amiga. “Aprendi muita coisa. Tenho duas filhas. Uma faz sandálias e a outra, jóias. Se o trabalho delas engrenar, vamos juntar as nossas formas de artesanato e abrir um negócio”, conta Eliete.

A coordenação do Programa Trabalho e Empreendedorismo está a cargo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). A execução ocorre em parceria com as unidades estaduais do Sebrae e da Business Professional Women (BPW) – Associação de Mulheres de Negócios Profissionais.

Fonte: BRASIL (2010g)

(i) Categorização de grupos

As escolhas linguísticas que os locutores utilizam para representar os atores sociais podem apresentar pistas que indicam valorações de atores sociais e de suas práticas (VAN LEEUWEN, apud RESENDE e RAMALHO, 2011). A categorização de grupos ocorre de formas diferentes, dependendo se é relacionada às atividades ou funções desenvolvidas pelos atores sociais (funcionalização), ou se é relacionada ao que são ou os diferencia dos outros indivíduos (identificação).

Partindo do texto 6, vejamos os exemplos encontrados no *corpus* da pesquisa.

(a) Funcionalização

Ex. 14: Em menos de um ano, a entidade que reúne profissionais de diferentes áreas – cabeleireiras, artesãs, costureiras – promoveu três feiras de negócios em Nova Iguaçu. [T 6]

Ex. 15: Em 1990, ocupou o cargo de subchefe da Polícia Civil por quatro anos. Também comandou a Delegacia Especial de Atendimento à Turista e atuou como corregedora de polícia. [T 13]

Ex. 16: Integrantes de entidades que representam as trabalhadoras domésticas participaram no dia 26 de abril, na SPM, da mesa-redonda “Valorização das Trabalhadoras Domésticas de ampliação de Direitos”. [T 14]

Ex. 17: Hoje segue lutando com a lucidez de quem dedicou a vida à causa da igualdade. Clara Charf participa da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos, é presidente da Associação de Mulheres pela Paz e conselheira emérita do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão vinculado à Secretaria de Políticas

para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Em entrevista ao boletim informativo Mulheres em Pauta, Clara Charf falou de sua trajetória feminista. [T 9]

A categorização pela ocupação/função é evidente em todos os textos do *corpus*. A variedade de ocupação/função feminina reflete a preocupação da SPM em atingir o maior número possível de atuação profissional em níveis e áreas. Outro fato que nossos dados revelam diz respeito à frequência que a SPM dedica à exposição de ocupação da mulher em postos políticos ou em postos de decisão. Esse fenômeno da funcionalização nos leva a afirmar que a SPM tem o propósito de construir identidades femininas focalizadas nas instâncias de poder.

Para Vieira (2005), a construção da identidade da mulher deve ser considerada a partir da negociação de papéis entre identidade e diferença. Na concepção de Woodward (2011), identidade e diferença são conceitos prioritários para o estudo da constituição de identidades. Identificamos uma grande variedade de funcionalização nas práticas discursivas da SPM e também percebemos que, embora não tão expressivamente, há o empenho de conquistar espaços funcionais considerados historicamente, exclusivos da atuação masculina (ex: pedreiras, ceramistas, eletricitistas).

(b) Identificação por classificação

A identificação pode ocorrer com apresentação de alguns aspectos tais quais: classificação, identificação relacional e identificação física. Vejamos os exemplos de identificação por classificação, em que os atores sociais são representados por classe social:

Ex. 18: A dona de casa Eliete Freitas, 52 anos, economiza reservas financeiras para abrir um empreendimento junto com a sua família. [T 6]

Ex. 19: Dados do IBGE (2000) mostram que 40% da população rural está sem registro civil. Deste total, 60% são mulheres. Vale dizer que mais de uma, a cada duas mulheres do campo, não tem carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, título de eleitor e inscrição no INSS. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento, não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. [T 15]

Ex. 20: Atualmente, as mulheres já representam 10% do quadro de oficiais da Marinha Mercante que trabalham na Transpetro, companhia que mais contrata mulheres no mundo. Dez vezes a média mundial, que é de 1%. O Brasil é hoje o país com o maior número de oficiais mulheres. Em março deste ano, Hildelene tornou-se capitã de longo curso, sendo a única mulher no Brasil apta para navegar o mundo inteiro. [T 16]

Ex. 21: A delegada Martha Rocha é a primeira mulher a ocupar o comando a Polícia Civil do Rio de Janeiro. [T 13]

A classe social no primeiro exemplo é de baixa renda. Essa situação é identificada no discurso por indicar que “a dona de casa (...) economiza reservas financeiras para abrir um empreendimento”. No exemplo seguinte, a situação é mais agravante com as mulheres do campo. Pois, além de não possuírem carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, título de eleitor ou inscrição no INSS, as mulheres do campo não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Se o direito à cidadania não é reconhecido, podemos concluir que essas mulheres compõem um grupo à parte da sociedade, ou seja, sem identificação de classe social.

Concordamos com Pontes (2004) ao afirmar que a classe social é uma categorização excludente. Conforme percebemos no *corpus*, se por um lado há mulheres com *status* de capitã e delegada, por outro lado há a dona de casa sem recursos financeiros para iniciar um pequeno empreendimento e, mulheres do campo ‘sem lenço e sem documento’, sem escolaridade e sem direitos constitucionais, embora sejam garantidos na Carta Magna de 1988.

Vieira (2005) defende que os textos são lugares para a luta social. A autora afirma que se “olharmos a heterogeneidade do ponto de vista da perspectiva da identidade, o texto é o lugar privilegiado para a negociação da identidade e da diferença” (VIEIRA, 2005, p. 212). Reconhecemos que o texto não somente é o lugar privilegiado para negociações, mas também para a mudança social.

(c) Identificação relacional

A identificação relacional representa os atores sociais em termos de relações pessoais caracterizadas por parentesco ou por relações de trabalho. Essas relações são expressas por um conjunto restrito de substantivos tais quais: marido, irmão, mãe, pai, filho, sobrinho, colega, companheira, parceira e outros. Em geral, esses substantivos são acompanhados de possessivos (VAN LEEUWEN, apud PONTES, 2004). Vejamos os exemplos:

Ex. 22: Trabalhadora doméstica sem carteira assinada também não tem graça e com a nova lei do Governo Federal você vai ter desconto no imposto de renda para garantir esse direito para a sua trabalhadora. [T 17]

Ex. 23: O Brasil que queremos, e que vamos ter, é um país sem violência. É um país com água, com luz, com saneamento, com educação de qualidade e emprego digno para todos. É um país rico, em que as mulheres e os homens têm as mesmas oportunidades e privilégios, contribuindo juntos para o desenvolvimento e criando seus filhos com dignidade e com orgulho. [T 3]

Ex. 24: (...) quero reafirmar que as mulheres brasileiras têm em sua presidenta, uma aliada incondicional na construção de um Brasil mais igual, em que as mulheres sejam cidadãs de primeira classe. [T 2]

Ex. 25: O Programa Pro-Equidade de Gênero e Raça que atingiu sua quarta edição em 2012, já conta com a participação de 80 empresas. E, entre elas, está a Petrobrás Transporte S.A – Transpetro que contribui para a equidade de gênero dentro da empresa e, inclusive, conta em sua equipe com a primeira mulher que comandou um navio. [T 16]

A proximidade é uma característica que representa os atores sociais na identificação relacional. Através da análise, verificamos que essa identificação é frequente no *corpus* com a utilização de substantivos que remetem à relação ao trabalho. Isso nos faz considerar que, em se tratando do tema trabalho, a identificação relacional tem o efeito de dar a ideia de aproximação da instância particular para a pública.

(d) Identificação física

A identificação física representa os atores sociais considerando os aspectos físicos que os diferenciam em um determinado contexto. Conforme Van Leeuwen (1997, apud PONTES, 2004), a maneira como os atores sociais são representados no discurso, a partir desses aspectos, também constituirá o percurso para a construção de identidades.

Ex. 26: A nova chefe da Polícia Civil, 51 anos, tem uma história de 29 anos de Polícia Civil, vividos praticamente em todas as áreas. [T 13]

Ex. 27: As mulheres idosas de hoje continuam trabalhando, produzindo cultura, conhecimento. Elas participam de partidos políticos, organizações comunitárias entre outras atividades. [T 4]

Ex. 28: Trata-se da capitã Hidelene Lobato Bahia, de 38 anos, que assumiu o Carangola, navio com capacidade de 18 mil toneladas, tornando-se a primeira mulher a ocupar o posto mais alto da hierarquia da Marinha Mercante brasileira. [T 16]

Ex. 29: No grupo, estavam presentes a atleta Terezinha Guilhermina, velocista mais rápida do planeta e portadora de deficiência visual; a desportista mais jovem da delegação, Viviane Soares (16 anos); e a mais idosa, Maria Luiza Passos (61), entre outros de destaque. [T 8]

Nos exemplos 26 e 28, observamos que foi citada a idade (51 e 38 anos). Ressalte-se que, no exemplo 26, a nova chefe da Polícia (51 anos) tem o diferencial de ter ‘vivido praticamente em todas as áreas’.

No exemplo 27, a identificação física é representada pela expressão mulheres idosas de hoje. Nesse caso, é interessante destacar que há três aspectos a ser considerados: em primeiro lugar, a identificação de sexo (mulheres); em segundo lugar, (idosas) e, em terceiro lugar, a época (de hoje). Essa representação física indica um diferencial da mulher quer seja

de outras idades, quer seja de outras épocas. Vieira (2005) chama a atenção para o fato de que cada período influi na maneira de pensarmos e agirmos. A mulher atual é diferente das mulheres de gerações anteriores. Essa condição nos leva a concluir que cada época, a seu modo, influencia o sujeito na forma de pensar e agir, marcando profundamente a construção das identidades.

Mostra-se relevante, então, discutir, a partir do exemplo 29, como a identificação física é representada. Pelo contexto, percebemos que todos os nomes citados são portadores de deficiência. Entretanto, o texto revela apenas a primeira desportista: Terezinha Guilhermina, velocista mais rápida do planeta e portadora de deficiência visual. Entendemos que foi dada relevância a essa portadora, porque tem o *status* de ser vencedora de medalhas na categoria de velocista e classificada como a mais rápida do planeta.

Há um detalhe que não podemos deixar de desconsiderar, que é a representação da mulher pela idade. O que nos chama a atenção é que a relevância recai na representação da mulher adulta. Esse dado nos leva a crer na hipótese de que a SPM busca resgatar, pela representação, a atenção para essa parcela da população brasileira.

(ii) Nomeação

(a) Nomes próprios

A representação dos atores sociais pelo nome próprio indica um efeito de unicidade na construção de identidade. É pelo nome que os atores sociais são identificados, pela história, pela região, pela família, dentre outros aspectos. É a partir da nomeação que se distinguem as pessoas.

Conforme observamos na identificação de classe social, 40% da população rural não possuem o registro civil (IBGE, 2000). Embora essas pessoas tenham essa situação e não sejam reconhecidas como cidadãs perante o Estado, elas são conhecidas por algum um nome. Essa particularidade de nomear é peculiar ao ser humano. Então, as mulheres que não tem registro civil, podem ser a “Maria do seu Joaquim”, a “Maria da dona Tereza”, ou mesmo a “Maria da cocada”. Todas as “Marias” são ideologicamente identificadas, é esse o fator que diferencia a identificação do registro civil e da nomeação.

A representação dos atores sociais pela nomeação se realiza acompanhada de outras informações. Vejamos:

Ex. 30: “A nossa preocupação imediata não era avaliar as empresas. Pelo contrário, nossa intenção era contribuir para que elas pudessem, a partir da adesão ao programa, desenvolver ações de igualdade de gênero”, explica Ângela Fontes, subsecretária de Planejamento da SPM. [T 11]

Ex. 31: Sob a liderança da ministra Eleonora Menicucci, a conversa teve as participações de Creuza Oliveira, presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenetrad); Ângela Nascimento, secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); Laís Abramo, diretora da OIT no Brasil; e Betânia Ávila, coordenadora – geral do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. [T 14]

Ex. 32: “A PNAD revela também que a taxa de desemprego feminino está em queda no país”, aponta a coordenadora-geral do Programa de Ações de Educação da SPM, a economista Hildete Pereira. [T 19]

Ex. 33: Em audiência realizada em seis de novembro, por proposição da deputada federal Professora Dorinha Seabra Resende (DEM-TO), a SPM avaliou os dois projetos de lei a partir dos direitos das mulheres. [T 5]

É importante destacar que, nos exemplos 30 e 31, há uma predominância do cargo funcional acompanhando o nome. Nos exemplos seguintes (32 e 33), observamos que, além do cargo funcional, foi dada relevância à outra informação (economista, professora).

A representação da nomeação contribui significativamente para a formação de identidades. Acreditamos que a opção para nomear atores sociais de uma forma e não de outra, não é aleatória nem tampouco inocente. A nomeação exerce uma poderosa forma ideológica de diferenciar os atores sociais (PONTES, 2010).

(b) Elementos dêiticos

A representação a partir de elementos dêiticos nos orienta a perceber como os atores sociais são referidos no discurso e como são identificados por pertencimento ou não a determinados grupos sociais (PONTES, 2010). Os grupos podem ser definidos como antagônicos ou não, dependendo de serem aliados ou não. Por exemplo: eu/nós *versus* ele(s)/ela(s)/tu/você(s).

A partir da análise do *corpus* desta pesquisa, observamos o funcionamento desses elementos dêiticos nos discursos da SPM. Vejamos os exemplos:

Ex. 34: “Meu objetivo fundamental, como Presidenta da República, é a erradicação da pobreza extrema. No Brasil, a pobreza tem cara: ela é muito feminina, está ligada às mulheres. Quanto mais pobre a família, maior a chance de que ela seja chefiada por uma mulher. Estou convencida de que uma política bem-sucedida de eliminação da miséria deve ser focada na mulher e na criança.” [T 3]

Ex. 35: “Cada uma de nós, que teve de conciliar a vida profissional, a vida pública, a vida cultural, a vida como militante de movimentos das mulheres e de movimentos sociais sabe bem a importância que as creches de qualidade têm para seus filhos e

suas filhas, e para que ela possa exercer sua atividade com serenidade, tranquilidade, sabendo que seus filhos estão cuidados, atendidos e protegidos.” [T 2]

Ex. 36: Conseguimos gerar um amplo debate sobre o que as mulheres do campo necessitam para viver com dignidade. Precisamos construir novas perspectivas para termos um país mais igualitário, pois hoje a desigualdade de gênero é acentuada no meio rural.” [T 12]

Ex. 37: “(...) Depois descobrimos porque eles não falavam com a gente. É que antes de nós começarmos a trabalhar, os patrões disseram que não queriam que eles fizessem gracinhas com a gente. O que queriam dizer era que os homens deveriam respeitar a gente. Eles não entenderam. Aí não falavam com medo de serem demitidos.” [T 1]

Observemos que, nos exemplos acima, ocorrem estratégias discursivas de delimitação de pertencimento a grupos, a partir dos elementos dêiticos. No exemplo 34, apesar de se tratar de um discurso político, no qual, usualmente, é utilizado o pronome na primeira pessoa do plural, a Presidenta da República transforma a representação coletiva (governo e pessoa) para a representação individual (pessoa). Vieira (2005) nos adverte que “o sujeito não é apenas um espectador de sua vida, ele recebe influências, porém, ao mesmo tempo, interfere na construção histórica de sua subjetividade”. Analisando a estratégia discursiva utilizada nesse texto, verificamos que a contradição faz parte do confronto da formação das identidades no discurso da Presidenta, ao mesmo tempo em que há a presença de uma linha delimitadora de grupos sociais.

O pronome ‘nós’, empregado nos exemplos 35 e 36, é usado para verbos (conseguimos/precisamos) que reafirmam o pertencimento a um grupo. Esse ‘nós’ inclusivo configura a construção de identidade de grupo, sinalizando igualdade entre o ‘eu’ e os membros de uma coletividade, indicando o plural do pertencimento comum.

Identificamos a representação de três grupos sociais no exemplo 37. A nomeação do primeiro grupo é de pertencimento (nós/descobrimos; nós/começamos; a gente). A segunda nomeação refere-se ao dêitico eles (eles não falavam; eles não entenderam; eles não falavam). A terceira nomeação refere-se a outro grupo também pertencente a terceira pessoa do plural. Há diferenças de grupos sociais na representação discursiva, tendo a clara distinção entre o ‘nós’ e ‘eles’. Esse triângulo de nomeação somente é identificado no contexto do discurso, onde percebemos a distinção das três identidades dos grupos, ao mesmo tempo excludentes entre si: um grupo composto por mulheres, o segundo composto por homens e o terceiro, composto por patrões.

Em relação a essa discussão, embora a mulher tenha alcançado conquistas essenciais para a sua autonomia, Moita Lopes (2003) afirma que as mulheres competem com os homens

no mercado de trabalho. Entretanto, ainda existe a concepção de que “lugar de mulher é na cozinha”. Embora o propósito desta pesquisa não seja o de tratar sobre estereótipos, admitimos que muitas características impregnadas culturalmente e socialmente atribuídas às mulheres influenciam na construção de identidades.

(iii) Alocação de papéis: ativação/passivação

As formas como os atores sociais são representados em textos podem indicar suas posições e as suas atividades. Essas representações contribuem para a investigação da construção discursiva de identificações e relações em textos e interações (RESENDE, 2012). Conforme a autora, os atores sociais podem ser ativados ou apassivados. Na ativação, os papéis dos atores são claros e definidos em estruturas transitivas. Por outro lado, na apassivação os atores sociais são representados como “submetendo-se à atividade ou como sendo receptores dela” (FAIRCLOUGH, 2003, apud RESENDE, 2012).

Verifiquemos os exemplos:

Ex. 38: Indígenas, donas-de-casa, artista plásticas, empregadas domésticas, negras, lésbicas, agricultoras, idosas, evangélicas e mulheres com deficiência, além de observadores internacionais, se reuniram e atuaram na Conferência de forma articulada e democrática. [T 10]

Ex. 39: “Não vamos parar de marchar enquanto existir uma só mulher rural sem documento” [T 15]

Ex. 40: “As mulheres idosas de hoje continuam trabalhando, produzindo cultura, conhecimento. Elas participam de partidos políticos, organizações comunitárias entre outras atividades. São mulheres atuantes e com características bem diferentes de 20 anos atrás.”[T 4]

Ex. 41: “(...) Cuidamos de maridos, crianças, velhos e doentes. Esse trabalho precisa ser visto como essencial para que a vida aconteça.” [T 5]

Na análise do *corpus* restrito sobre as estratégias de alocação de papéis, identificamos a predominância de ativação. Os exemplos 38 a 40 reúnem atores sociais representados como sujeitos gramaticais, efeito que lhes atribui papéis ativos no discurso. Conforme Van Leeuwen (1996, apud SILVA, 2010, p. 119), “a ativação ocorre quando os atores sociais são representados como forças ativas e dinâmicas numa atividade (...)”. Os participantes assumem a condição de ativos. Em representações como essas, os atores sociais são fortalecidos e a agência é reforçada pelas práticas discursivas institucionais.

Neste sentido, é possível afirmar que, embora tenhamos identificado dificuldades para transpor todos os textos analisados, identificamos que as mulheres tem poder de agenciamento nos discursos estudados.

Concordamos com Vieira (2005) que somos resultados de experiências em diferentes eventos e processos e que,

A identidade do sujeito, homem ou mulher, não pode ser vista exclusivamente como a propriedade de um ser centrado e com limites predefinidos pelo gênero, que se revela a si próprio na história. Ao contrário, acrescentamos que a identidade é aberta, dominada pela incompletude, multiforme. Tem contornos fugidios e adota traços pessoais, culturais e contextuais que se confundem com a sua própria história. A identidade é, por natureza, híbrida e inconstante (VIEIRA, 2005, p. 214).

Conforme postula Fairclough (2003, apud SILVA, 2010), o significado representacional está relacionado ao conceito de discurso “como modos de representar aspectos do mundo – os processos, as relações e as estruturas do mundo material, ‘o mundo mental’ dos pensamentos, dos sentimentos, das crenças e assim por diante, e o mundo social”. Assim, os discursos são resultados das perspectivas de mundo, das pessoas e do lugar em que elas se posicionam e são posicionadas nas relações sociais. É nesse contexto em que o discurso torna-se uma prática emancipatória (FAIRCLOUGH, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos não são estanques e estão sujeitos a reconstruções, a outros sentidos e a outros olhares. Woodward (2011, p. 56) dá sustentação a essa afirmativa: “quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. (...) As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades”. Para ratificar essa ideia, trazemos as palavras de Pedro (1997, apud VIEIRA, 2005, p. 221) que, com propriedade, declara que não somos usuários passivos de fontes de discursos pré-fabricados. Tais fontes limitam e formam o que nós dizemos. Entretanto, quando nós falamos, fazemos combinações novas e variadas. “Nesse sentido, nós podemos ser considerados autores genuínos”.

Entender o discurso como prática social é considerá-lo como modos de ação e de representação, uma forma de agir sobre o mundo e sobre as pessoas, influenciando, reproduzindo e transformando a sociedade. A Análise Crítica do Discurso (ACD), marco teórico deste trabalho, propõe a investigação de problemas sociais, considerando que o discurso é a materialização de ideologias sociais. Ou seja, uma forma de ver o mundo, manifestar através dos textos e agir sobre o mundo. Por assim se configurar, a abordagem da ACD nos orienta para compreender a dialética do funcionamento entre discurso e sociedade.

O modo como agimos e interagimos na sociedade é o que nos faz atribuir identidades e sermos constituídos pelas identidades que nos são atribuídas. Entendemos que as identidades são construídas em momentos particulares, distintas no tempo e no espaço. Nessa perspectiva, procuramos analisar como as práticas discursivas da Secretaria de Políticas para as Mulheres constroem representações sobre a mulher no mundo do trabalho.

Com a realização deste trabalho, percebemos a relevância de estudar a representação da mulher nos discursos, pois eles contribuem para a legitimação do poder, para a representação e constituição de identidades. Entendendo que a identidade é fluida, híbrida e instável, nunca é fixa, coesa e nem completa, este estudo leva-nos a perceber o discurso como uma prática capaz de possibilitar e influenciar a construção identitária dos atores sociais, no caso específico, a mulher trabalhadora.

Ao investigar questões sobre gênero social e suas representações no trabalho, foi possível a análise das práticas sociais. Ao analisar a relação gênero, trabalho e construção de identidades, identificamos a questão da mulher das classes econômicas menos favorecidas e a construção de novas identidades no mundo do trabalho. Também identificamos aspectos nos

discursos analisados, relacionados à mulher e às suas conquistas inéditas em espaços de trabalho, antes considerados exclusivamente masculinos.

Na análise do *corpus*, formado por reportagens com a temática a mulher no mundo do trabalho, observamos o funcionamento das categorias nomeação, categorização, alocação de papéis, intertextualidade e multimodalidade nos processos de construções de representações e constituição de identidades da mulher trabalhadora.

A partir da análise da intertextualidade, observamos as vozes que se destacam nos discursos sobre as mulheres em posição de poder. Os discursos diretos são utilizados como recursos de legitimação como exemplificado no trecho: “Meu objetivo fundamental, como Presidenta da República, é a erradicação da pobreza extrema” [T 3]. Acreditamos que é uma forma de manifestar o contexto brasileiro tendo pela primeira vez em sua história uma mulher na posição de Presidenta. Em [T 2] também é observado “Outro momento que considero importante foi o momento em que o povo brasileiro me premiou (...) Porque eu me elegei Presidenta deste país e abri a Assembleia Geral da ONU pela primeira vez, representando todas as mulheres do mundo (...)”. Conforme discutimos no Capítulo 4, a ocorrência de citações da Presidenta da República, da Ministra da SPM, das diretoras e das coordenadoras de programas e de comissões, mulheres de destaques profissionais revelou-se predominante no *corpus* deste trabalho.

A voz da mulher trabalhadora de classes menos favorecidas é encontrada em trechos como: “Eu quero crescer em arte de jornal” [T 6]; em [T 1] “Uma boa pedreira tem que saber por onde passam os canos. Isso é muito importante e, agora, também posso construir a minha casa”. É importante considerar que, embora tenha sido identificada a ocorrência do discurso reportado dessas trabalhadoras, a ocorrência maior está entre as mulheres detentoras de poder, aspecto que tomamos como indicativo para a força ideológica desse segundo grupo. Tal constatação leva-nos a refletir sobre a afirmação de Vieira (2005) de que a luta pelo poder excede a questão de gênero. Acreditamos que não somente “o homem deve lutar para se manter no seu emprego, para não perdê-lo a outros”, mas também as mulheres devem lutar para manter no seu emprego para não perdê-lo a outros e/ou a outras.

Semelhante questão foi identificada na análise dos discursos em relação à categoria nomeação. A utilização de nomes de mulheres ocupantes de cargos com *status* de poder foi recorrente nas análises. Acreditamos que nessa categoria, o uso do dêitico “nós”, embora represente ideologicamente a noção de grupo, a prática discursiva exerce influência ideológica na representação feminina nesses espaços sociais. Nomear através da citação do nome próprio é dar visibilidade às mulheres que se encontram em destaque. Podemos

observar em [T 11] Ângela Fontes, Carmen Helena Foro [T 12], Dilma Rousseff [T 3, T 18, T 2] Martha Rocha [T 10], Eleonora Menucucci [T 14, T 8], Rosângela Rigo [T 14], Hildelene Lobato [T 16], Clara Charf [T 9], Tatau Godinho [T 7], Dorinha Seabra [T 5].

A categorização vem acompanhada pela classificação de grupos e papéis desempenhados. Essa distinção foi observada quando o nome vem acompanhado de classificações como no trecho: “A coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e também conselheira do CNDM, Carmen Helena Foro (...)” [T 12], “A dona de casa Eliete Freitas [T 6], “A delegada Martha Rocha é a primeira mulher a ocupar o comando (...)” [T 13], “O primeiro ato da presidenta Dilma Rousseff (...) [T 18], “Sob a liderança da ministra Eleonora Menucucci (...) [T14], dentre outros exemplos apresentados no *corpus* analisado.

Ações discursivas de desmistificação da identidade da mulher atrelada ao espaço privado, legitimando a participação em espaços públicos, é outra constatação obtida a partir das análises. Ao investigar os textos a partir da categoria de funcionalização, observamos a construção das mais variadas identidades profissionais. Essa constatação nos leva a crer na ideologia de valorização das funções desempenhadas pela mulher, enquanto realizações de trabalho.

Ao identificarmos, a partir das análises, os depoimentos de mulheres empreendedoras e trabalhadoras da construção civil, vastamente explorados nos textos [6 e 1], se comparados aos textos [T 13 e T 9], concordamos com Gee (2001, apud SOUZA, 2005), quando afirma que todo discurso tem suas marcas identitárias específicas que o localizam na sociedade. Nas análises, foi possível observar identidades profissionais pelas marcas do discurso.

Em relação à identificação física, algumas expressões valorativas foram identificadas nas práticas discursivas da SPM. Nessa categoria, observamos que foi dada relevância às mulheres com faixa etária superior a 35 anos. Concluímos que tal alusão à mulher adulta tem relação à mulher estabilizada, que tem amadurecimento de questões sociais e profissionais. Não foram identificados estereótipos relativos à mulher com idade avançada. Isso nos faz refletir sobre as palavras de Giddens (2002, apud SOUZA, 2005): “o corpo não é só uma entidade física que possuímos, é um sistema de ação, um modelo de práxis, e sua imersão prática nas interações da vida cotidiana é uma parte essencial da manutenção de um sentido coerente de auto identidade”.

Percebemos que os elementos multimodais, especificamente as fotografias utilizadas nas práticas discursivas da SPM, resultam em fortes instrumentos ideológicos. Consideramos oportuno fazer referência ao que Vieira (2005) diz sobre linguagem e multimodalidade.

Segundo a autora, em muitos casos, a linguagem mostra-se insuficiente para descrever certa situação, se comparada à imagem.

Assim, afirmamos que as imagens operam fortemente nos processos de representações discursivas. A importância desse elemento multimodal, no caso a fotografia, recai na escolha de como a mulher é representada pela imagem, pois influi na constituição das identidades. Observamos que, na representação multimodal, a mulher teve a representação marcada por ‘pertença’ de grupos. Isso nos leva a acreditar em estratégias da SPM para construir um discurso de união e força.

É importante destacar que as análises indicam leituras que desenvolvemos sobre aspectos de representações discursivas e de construção de identidades da mulher no mundo do trabalho, procurando mostrar as possíveis manifestações desses fenômenos. Assim, não se mostra pertinente concluir que as identidades são rígidas e imutáveis. Acreditamos que as identidades sociais são formadas e reformadas, sendo assim, fluidas e transitórias.

Com essas considerações, este trabalho reafirma outras pesquisas que consideram as identidades sociais como fluidas. Isso nos leva a acreditar que o processo de construção das identidades da mulher no trabalho, superam dificuldades e quebram paradigmas ideológicos.

Estudar o processo de construção identitária da mulher trabalhadora, tendo por base os pressupostos da Análise Crítica do Discurso, mostrou-se produtivo e relevante, pois esse campo teórico defende a ideia de que o discurso é um instrumento ideológico. Por ser ideológico, contribui para mudanças sociais, e, em particular, para a mudança da desigualdade de gênero nas relações de trabalho. Assim, com base nos princípios teóricos da ACD, as análises desenvolvidas indicam que a construção identitária da mulher brasileira trabalhadora, a partir dos discursos da SPM, representa a mulher como construtora do seu espaço profissional. Entretanto, essas representações são tratadas a partir de forte interferência de relações de poder, no mundo do trabalho, permitindo a segregação de identidades a seu respeito.

Nossa pretensão não é fechar as questões tratadas neste trabalho. As reflexões apresentadas e os discursos analisados merecem outros olhares, pois ao focalizar o tema mulher e trabalho em práticas discursivas de uma instituição voltada para ações que promovam a igualdade entre homens e mulheres, acreditamos na possibilidade de outros desdobramentos para avanços do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Revisão técnica João Gomes da Silva Neto. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo, a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e Igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 41 – 52, 2005.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. de Danilo Marcondes de Sousa Filho. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990. 136 p.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Discurso na vida e discurso na arte*. Tradução para o português por Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, tomada como base a tradução inglesa de I. R. Titunik. New York: Academic Press. 1976.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira; revisão da tradução Marina Appenzeller. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes. 1997. 421 p.

_____. Mikhail e VOLOCHINOV, V.N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sócio-lógico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9 edição. São Paulo: Editora Hucitec Annablume. 2002. 196 p.

_____. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária. 2010a.

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução do russo Bernardini, Aurora Fornoni et al. 6 ed. São Paulo: Hucitec Editora. 2010b.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. Memórias das lutas feministas no Brasil. *Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil*. In. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília. SPM, 2010e.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Angela Paiva Dionisio, Judith Chambliss Hoffnagel (orgs.). Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. Revisão técnica Ana Regina Vieira [et al]. 3 ed. São Paulo: Cortez. 2009a. 165 p.

_____. *Gênero, Agência e Escrita* Angela Paiva Dionisio, Judith Chambliss Hoffnagel (organizadoras); tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez. 2009b. 144 p.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.

_____. *Modernidade líquida*. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo. 1. Fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1970.

BERNARDES, Walkyria Wetter. *A construção identitária feminina no cenário político brasileiro pelo discurso mitidiático globalizado: uma abordagem discursiva crítica*. Tese. Programa de Pós-Graduação de Linguística. Universidade de Brasília-UnB. 2009

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b.

BRAIT, Beth. *Análise e teoria do discurso*. In. Bakhtin: outros conceitos-chave. Beth Brait (org.) 1 ed.. São Paulo: Contexto. 2010. 263 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Anais da Conferência*. Brasília: DF. 2004a. 164 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Política para as Mulheres*. Brasília: DF. 2004b.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Marcadas a Ferro*. Brasília: DF. 2005. 260 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Programa Pró-Equidade de Gênero*. Brasília: DF. 2006a. 136 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Memória 2003-2006*. Brasília: DF. 2006b. 120 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*. Brasília: DF. 2006c. 216 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Retrospectiva Políticas para as Mulheres: Compromisso de todos os dias*. 2006d. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2006/retrospectiva-spm2006.pdf>. Acesso em 14 out. 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Pensando Gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas*. Brasília: DF. 2006e. 112 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *2º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*. Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores. Brasília: DF. 2006f. 104 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 3º *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*. Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores. Brasília: DF. 2008a. 244 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Política para as Mulheres*. Brasília: DF. 2008b. 236 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Mulheres em pauta. Retrospectiva 2008*. 2008c. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2008/empauta.pdf>. Acesso em 3 nov. 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Mais mulheres no poder – eu assumo este compromisso!* 2008d. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2008/Plataforma2008%20-%20WEB.pdf>
Acesso em 3 nov. 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. 2008e. 3 ed. Brasília: DF. 2008.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 4º *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e artigos científicos vencedores 2009*. Brasília: DF. 2009a. 204 p.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 5º *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores – 2010*. Brasília: DF. 2010a. 200 p.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 6º *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores – 2010*. Brasília: DF. 2010b. 236 p.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Com todas as mulheres, por todos os seus direitos*. 2010c. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2010/liv-spm.pdf>.
Acesso em 3 nov. 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Mais mulheres no poder plataforma*. 2010d. Disponível em: http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/SPM_Plataforma2010.pdf
Acesso em 3 nov. 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil*. Brasília: DF. 2010e. 68 p.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: DF. 2010f. 88 p.

_____. Presidência da República. *Secretaria de Políticas para as Mulheres. Mais Mulheres o poder: uma questão da democracia.* . Brasília: DF. 2010g. 84 p.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.* Brasília: DF. 2011a. Disponível em: www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/2011_SPM3Conf_Tabloide_Web.pdf Acesso em 5 mai. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Jornal da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.* 2011b. Brasília: Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/destaques/jornal-da-3a-conferencia-1> Acesso em 5 mai. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2011.* Brasília: DF. 2011c. 228 p.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *O desafio do equilíbrio entre trabalho, família e vida pessoal.* Brasília: DF. 2011d. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2009/resumo-exec-trab-familia-nacional.pdf> . Acesso em 15 nov. 2011.

_____. *Discurso da Presidenta . Abertura da 3ª conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.* Brasília:DF. 2011e. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-de-abertura-da-3a-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-brasilia-df>. Acesso 5 jan. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Pobreza é feminina. Mulheres em pauta.* Brasília: DF. 2011f. Disponível em: www.spm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-viii/boletim-mulheres-em-pauta/view. Acesso em 9 jan. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Martha Rocha: a primeira mulher a ocupar cargo de comando. Mulheres em pauta.* Brasília: DF. 2011g. Disponível em: www.spm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-viii/boletim-mulheres-em-pauta/view. Acesso em 9 jan. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Fórum direito e cidadania. Mulheres em pauta.* Brasília: DF. 2011h. Disponível em: www.spm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-viii/boletim-mulheres-em-pauta/view. Acesso em 9 jan. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Mais autonomia, igualdade e cidadania para as mulheres brasileiras.* Brasília: DF. 2012a. Disponível em: www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2012/cartilha Acesso em 9 ago. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Mais mulheres no poder plataforma*. 2012b. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/publicacoes/2012/mais-mulheres-no-poder-2012>
Acesso em 13 nov. 2012.

_____. *Retratos das desigualdades de gênero e raça*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al]. 4 ed. Brasília: DF. 2012c. 39 p.: il.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasil quer ratificar convenção e ampliar direitos das trabalhadoras domésticas, diz ministra da SPM. *Mulheres em pauta*. Brasília: DF. 2012d. Disponível em: www.spm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-viii/boletins/bmp-78
Acesso em 9 mai. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Mulheres que transformam o Brasil. *Mulheres em pauta*. Brasília: DF. 2012e. Disponível em: www.spm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-viii/boletins/bmp-85
Acesso em 10 ago. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ministra Eleonora leva apoio das mulheres brasileiras à delegação que vai aos jogos paralímpicos de Londres. *Mulheres em pauta*. Brasília: DF. 2012f. Disponível em: www.spm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-viii/boletins/bmp-87
Acesso em 20 ago. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Entrevista com Clara Charf: uma vida pela liberdade e pelos direitos das mulheres. *Mulheres em pauta*. Brasília: DF. 2012g. Disponível em: www.spm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-viii/boletins/bmp-87
Acesso em 20 nov. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. SPM avalia a queda na taxa de desemprego feminino apresentada na PNAD 2011. *Mulheres em pauta*. Brasília: DF. 2012h. Disponível em: www.spm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-viii/boletins/bmp-90
Acesso em 20 nov. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria aposta no crescimento de Mulheres na força de trabalho formal para superação das desigualdades. *Mulheres em pauta*. Brasília: DF. 2012i. Disponível em: www.spm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-viii/boletins/bmp-90
Acesso em 20 nov. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Creches públicas colaboram para autonomia econômica das mulheres, aponta SPM na Câmara Federal. *Mulheres em pauta*. Brasília: DF. 2012j. Disponível em: www.spm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-viii/boletins/bmp-93
Acesso em 20 nov. 2012.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Imprensa Nacional. Brasília: DF. 2012l. Disponível em: <http://www.in.gov.br/leis/leis.asp?Id=LEI%11340>. Acesso em 10 dez. 2011.

_____. Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Imprensa Nacional. Brasília: DF. 2012m. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011=2014/ Acesso em 4 jan. 2012.

_____. Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Imprensa Nacional. Brasília: DF. 2012n. Disponível em: <http://www.in.gov.br/leis/leis.asp?Id=LEI%112605>. Acesso em 10 abr. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Compromisso de empresas contra discriminação de gênero e raça. *Mulheres em pauta*. Brasília: DF. 2012o. Disponível em: www.spm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-viii/boletins/bmp-80 Acesso em 10 ago. 2012.

_____. Boletim estatístico de pessoal. Ministério do Planejamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. Vol. 17 n200. 2012p. Disponível em: www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim_estatistico_pessoal/2012/Bol200_Dez2012.pdf Acesso em 20 jan. 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Compromisso de empresas contra discriminação de gênero e raça. *Mulheres em pauta*. Brasília: DF. 2012q. Disponível em: www.spm.gov.br/boletim-mulheres-em-pauta-viii/boletins/bmp-89 Acesso em 10 dez. 2012.

CANTELLI, Paula Oliveira. *O trabalho feminino no divã: dominação e discriminação*. São Paulo.: LTr. 2007.

CAPELLE, M. C.A, et al. Uma análise da dinâmica do poder das relações de gênero no espaço organizacional. *RAE – eletrônica*, v. 3. N2. art.22 jul/dez/ 2004.

CARVALHO, Nelly. *O dicionário os fez homem e mulher*. Rio de Janeiro: Confluência, v. 21, nº 1, p. 70-92. 2001

DIONISIO, A. P. *Multimodalidade discursiva: orquestrando palavras e imagens*. Recife: UFPE. (mimeo.) 2004.

_____. *Gêneros Multimodais e Multiletramento*. In KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebemeicher (orgs.) *Gêneros Textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 131-144.

_____; MACHADO, A. R.; BEZERRA. M. A. (orgs.) *Gêneros Textuais & Ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

DUCROT, Oswald. *O dizer o e o dito*. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas. São Paulo: Pontes. 1987. 222 p.

_____. *Estruturalismo e linguística*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix. 1968. 146 p.

ESMERALDO, Gema G. Marcas de novas institucionalidades nas Universidades criadas por Núcleos e Redes Acadêmicas e Feministas. In. *Pensando Gênero e Ciências*. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Brasília. 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2008 (reimpressão). 320 p.

_____. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. London. 2003.

FALCONE, Karina. *O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal*. 2004 Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

_____. *O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, 2005. 112 p. (Coleção Teses).

_____. *(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Linguística. 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gêneros e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 12 (1); 360 jan/abril 2004.

FERRAZ, Janaína de Aquino. *Gêneros multimodais: novos caminhos discursivos*. Disponível em: www.fflch.usp.br/dlc/enil/pdf/2_Janaina_AF.pdf. Acesso em 30 dez. 2012.

FERREIRA, Dina Maria Martins. *Discurso Feminino e Identidade Social*. São Paulo: Fapesp. 2002.

FONTENELE-MOURÃO, Tânia M. *Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. 2006. 92 p.

FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra. 2005.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos* (V.I). Rio de Janeiro: José Olympio. 1951.

GASPARD, Françoise. Mulher, Poder e Democracia: uma articulação necessária. (Debate) In: *Mais Mulheres o poder: uma questão da democracia*. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: DF. 2010. p. 28-31.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In *História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos) 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 640-668.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. Trajetória dos feminismos: introdução a abordagem de gênero. In *Marcadas a Ferro. Brasil*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília. Presidência da República. Secretaria. Brasília: DF. 2005. p. 77 - 92.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 236 p. (Biblioteca Tempo Universitário, n 84. Estudos Alemães).

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro: Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. Quem precisa de identidade? 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 103-133.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Léxico e semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011. 206 p.

_____. *Estilística e Discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade*. Rio de Janeiro. Elsevier. 2011. 254 p.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. *Temas em antropologia e linguística*. Recife: Bagaço. 2010.

JODELET, Denise. *Loucuras e Representações Sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2005

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez. 2006.

_____. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2 edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo. Cortez. 2011a.

_____; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3 edição. São Paulo: Contexto, 2011b.

_____; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 3 edição. São Paulo: Contexto, 2011c.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto. 2012.

_____; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 18 edição. São Paulo: Contexto. 2013.

LAGO, Mário. Ai que saudade de Amélia. Disponível em: cifrantigo3.blogspot.com/2006/-05/ai-que-saudade-de-amelia.html. 1942. Acesso em 16 jun. 2012.

LEVINSON, Stephen, C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LIMA, Gustavo Henrique da Silva. A dêixis social e a emergência de identidades no discurso docente. *Anais do SILEL*. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU. 2011.

MADERS, Angelita Maria. Identidade, diferença e complexidade: um ensaio escópico acerca do feminino. *Direitos Culturais*. Santo Ângelo. V. 5, n. 8, p. 41-56, jan/jun. 2010.

MAGALHÃES, Izabel. Cadernos de Linguagem e Sociedade. 1996. p. 42-61. Disponível em: repositório.unb.br/artigo/linguagemidentidade. Acesso 20 mai 2012.

_____. *Gênero e Discurso no Brasil*. Discurso & Sociedad. Vol 3(4), p. 714-737. 2009. Disponível em: www.dissoc.org. Acesso 4 mai. 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução Freda Indursky. Revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. Campinas. SP: Pontes. Editora da Universidade Estadual de Campinas. 3 ed. 1997. 198 p.

_____. *Doze conceitos em análise do discurso*. (Org.) Sírio Possenti, Cecília Perrez de Souza e Silva. Tradução Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola Editorial. 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutórios e opinião. *Revista Brasileira de Comunicação*, p. 64-74, 1991.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. A. M; B & K. S. (orgs.). União da Vitória: Kaygangue. 2005.

_____. *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna. 2007. 168 p.

_____. *Análise da conversação*. 6 ed. São Paulo: Ática. 2007. 94 p.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial. 2008. 296 p. (Educação linguística; 2)

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10 ed. São Paulo: Cortez. 2010. 131 p.

_____. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In. Gêneros textuais e ensino. Ângela Paiva Dionísio; Anna Rchel Machado; Maria Auxiliadora Bezerra (orgs). São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARIANI, Bethania. Língua nacional e pontos de subjetivação. In. *Análise do texto e do discurso*. Estudos linguísticos. Org. Grupo de estudos linguísticos do Estado de São Paulo. Campinas. Set – dez. 2008.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis. mai/ago. 2008, p. 333-357.

MEDEIROS, Ana Carolina T. R. de.; CAMPOS, Heitor. Amélia, a mulher (que não deveria ser) de verdade. In. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2011*. Brasília: DF. 2011c. 228 p.

MENEZES, Tayana Dias de. *As mídias e a representação feminina: um estudo sobre a identidade social da mulher*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco-CAC. Letras. Recife. 2011.

MENDES, Mary Alves. Gênero e poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise. Veredas FAVIP – *Revista Eletrônica de Ciências* – v.1, n.1, janeiro a junho de 2008.

MELO, Lilian Noemia Torres de. *Construção de identidade de grevistas pela imprensa*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco - CAC. Letras. Recife. 2012.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In *Gêneros: teorias, métodos e debates*. MEURER, J. L BONINI, Adair e MOTA-Roth Desirée (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial. 2005. p. 81-106.

MILLER, Carolyn R. *Estudos sobre Gênero Textual, Agência e Tecnologia*. Org. Angela Paiva Dionisio, Judith Chambliss Hoffnagel; trad. e adaptação Judith Chambliss Hoffnagel et al; Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009. 232 p.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Socioconstrucionismo: Discurso e Identidade Sociais*. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org). *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Profissão na escola e na família*. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 13-38.

_____. L. P. (Org.). *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas: Mercado de Letras. 2003.

_____. *Identidades e pós-identidades* (Palestra, 2009). Disponível em: <http://www.cpfcultura.com.br/evento/identidades-e-pos-identidades-%E2%80%93-luiz-paulo-da-moita-lobes-2/>. Acesso em 18 jun. 2011.

MORAIS, Alice M; CUNHA, Eliani M. Mulher: muito além da Cinderela. In. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2011*. Brasília: DF. 2011c. 228 p.

MORENO, Rachel. *A imagem da mulher na mídia: controle social comparado*. São Paulo: Publisher Brasil, 2012. 296 p.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigação em psicologia social*. Editado em inglês por Gerard Duveen. Trad. do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 9 Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminilização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho. Os discursos das mulheres em posição de poder. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, Portugal. vol. 9. p. 57-72. 2006.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes. *A alteridade e a construção de identidades pedagógicas: (re)visando teorias dialógicas*. In: CORACINI, Maria José; GRIGOLETTO, Marisa; MAGALHÃES, Izabel (org.). *Práticas Identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Claraluz. 2006 p. 27-44.

ORMUNDO, Joana da Silva. *A reconfiguração da linguagem na globalização: investigação da linguagem on-line*. (Tese) Doutorado em Linguística. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Linguística (2007).

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad; de Eni P. Orlandi. 5 edição. Campinas- SP: Pontes Editores, 2008.

_____. *Análise de discurso*. Textos selecionados. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas. SP: Pontes Editores. 2011. 315 p.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In. *Análise crítica do discurso*. Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminha. 1997. p.19-46.

PEDRO, Joanna Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História, São Paulo. 2005. v. 24, p.77-98.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Trad. Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto. 2007.

PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela. *Das origens da desigualdade de gênero*. In. Marcadas a Ferro. Brasil. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília. 2005.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. (Série Documentos) 224 p.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. 1992. p. 200-212

PONTES, Herimatéia Ramos de Oliveira. *Discurso, corrupção e a construção de identidades sociais na política brasileira: um estudo de caso*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. 2010.

_____. *A construção das identidades sociais de vítimas e criminosos no relato de crimes de morte na mídia impressa*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. 2004.

PRIORE, Mary del. (org.). *História das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi Pinsky (coord. de texto) 10 ed. São Paulo: Contexto. 2012.

PULEO, Alícia H. *Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto futuro*. In. Políticas públicas e igualdade de gênero. Trad. Gustavo Codas. Tatau Godinho (org.) Maria Lúcia da Silveira (org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. 2004.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In *História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos) 10. Ed. São Paulo: Contexto. 2012. p. 578-606.

RAMALHO, Viviane C. Silva Sebba. Constituição da análise de discurso crítica: um percurso teórico-metodológico. *Signótica*. V. 17. N. 2. P. 275-298, jul/dez. 2005. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index-php/sig/article/ Acesso 15 nov. 2011.

RESENDE, Viviane de Melo; PEREIRA, Fábio Henrique. *Práticas socioculturais do discurso: debates transdisciplinares*, Livros LabCom. 2010.

_____; RAMALHO, Viviane. *Análise do discurso crítica*. 2ª ed. São Paulo: Contexto. 2011.

_____. *Representação discursiva de pessoas em situação de rua no “Caderno Brasília”, naturalização e expurgo do outro*. *Linguagem em (Dis) curso*, Tubará, SC. V.12, n. 3 p. 439-465. Maio/ago. 2012.

_____. *Construção de Sentidos e Denúncia social – Análise da representação da extrema pobreza em uma charge de Angeli*. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 14, número especial, 2013. p. 88-106.

ROUSSEFF, Dilma. Mulher, Poder e Democracia: uma articulação necessária. (Debate) In: *Mais Mulheres o poder: uma questão da democracia*. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: DF. 2010. p. 28-31.

SARTI, Cynthia Andersen. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. Universidade de São Paulo. Florianópolis: Estudos Feministas. 12 (2). maio-agosto/2004.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife. SOS Corpo. 1996.

SEARLE, John R. *Os Actos de Fala – Um Ensaio de Filosofia da Linguagem*. Título original: “*Speech Acts*” *An Essay in the Philosophy of Language*. Tradução de Carlos Vogt et al. Coimbra.1981. 268 p.

_____. *Os atos de fala*. Coimbra: Livraria Almedina. 1994.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Anos 90*. Porto Alegre. n. 13. jul/2000.

SILVA, Luzia Rodrigues da. Representações e identidades: um estudo crítico do discurso. *Práticas Socioculturais e Discurso. Debates Transdisciplinares*. Viviane de Melo Resende e Fábio Henrique Pereira (orgs.). Livros LabCom. 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. A produção social da identidade e da diferença 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011. p. 73-102.

SINA, Amalia. *Mulher e trabalho: o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOUZA, Helga Vanessa Assunção de. *A Charge virtual e a construção de identidades*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

STEIL, A. V. Organizações, gêneros e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. *Revista de Administração*, São Paulo. v. 32, n. 3, jul./set 1997. p. 63-69.

TILIO, Rogério. Reflexões acerca do conceito de identidade. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*. Volume VIII, n. XXIX. Abr-Jun 2009, p. 110-119.

VAN DIJK, T.A. *Discourse, Power and Access*. In: Carmen Rosa Caldas, Editora Coulthard e Malcom Coulthard. *Texts and Practics. Readings in Critical Discourse Analysis*. London and New York, Routledge, p. 85-104. 1991.

_____. *Semântica do discurso e ideologia*. In: PEDRO, Emília (org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p.105-168.

_____. *Ideología. Traducción del original em inglés*: Lucrecia Berrone de Blanco. Editorial Gedisa S.A. Barcelona (Espanha). 2000.

_____. *Compilador. El discurso como interacción social*. Editorial Gedisa S.A. Barcelona (Espanha). 2001.

_____. *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*. Trad. Zara Pinto-Coelho. Porto: Campos das Letras Editores. 2005.

_____. *Ideologia y análisis del discurso*. Disponível em: <http://www.discourse.org>. Acesso 28 maio 2006.

_____. *Cognição, discurso e interação*. 6 ed. São Paulo: Contexto. (Caminhos da Linguística) 2010a.

_____. *Discurso e poder*. Judith Hoffnagel, Karina Falcone (org.). 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010b. 281 p.

_____. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitivista*. Tradutor Rodolfo Ilari. São Paulo. Contexto. 2012.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In PEDRO, Emília R. (org.) *Análise Crítica do Discurso*. Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho. 1997, p. 169-222.

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. *DELTA*. 21; Especial, 2005. (201-238).

_____. *Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, 2004. v. 4, n esp, p. 223-243.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2011, p. 7-72.

ZAMPONI, Graziela. *Processos de referenciação: anáforas associativas e nominalizações*. Tese (doutorado) Orientadora: Ingedore G. Villaça Koch – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos de Linguagem. 2003.

ANEXOS

ANEXO A - [T 1] Mulheres na construção civil

e bolsas. Então, pretendemos mesclar os nossos produtos”, conta Maria de Lourdes. A dona de casa Eliete Freitas, 52 anos, economiza reservas financeiras para abrir um empreendimento junto com a sua família. Ela, que já sabia fazer pintura em tela, teve a ideia após participar do curso em Santa Catarina, convidada por uma amiga. “Aprendi muita coisa. Tenho duas filhas. Uma faz sandálias e a outra, joias. Se o trabalho delas engrenar, vamos juntar as nossas formas de artesanato e abrir um negócio”, conta Eliete.

A coordenação do Programa Trabalho e Empreendedorismo está a cargo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). A execução ocorre em parceria com as unidades estaduais do Sebrae e da Business Professional Women (BPW) – Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais.

MULHERES NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Pedreiras, ceramistas, pintoras, encanadoras, azulejistas, eletricitas são algumas das formações obtidas pelas participantes dos cursos de capacitação do Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil. Desenvolvido pela SPM em parceria com governos municipais e estaduais, o programa tem como meta inicial a formação de 2.670 mulheres em quatro estados – Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro – até 2011. As atividades já começaram. Em junho de 2009, no Rio de Janeiro, 150 mulheres das comunidades do Morro da Formiga, Vila Paciência e Kelson se inscreveram para participar da iniciativa. As concluintes recebem um kit ferramenta para dar início ao trabalho.

Em 2007, havia no Brasil 186 mil mulheres ocupadas no setor da construção civil, sendo que 127 mil empregadas com carteira assinada, 9 mil trabalhavam por conta própria, 16 mil sem remuneração, em geral, “ajudando” outros membros do

domicílio, 28 mil estavam ligadas à construção de suas próprias moradias e 6 mil eram empregadoras. O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero indicou, na edição especial do “Boletim Mulher e Trabalho: a crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres”, uma tendência de substituição da mão-de-obra masculina pela feminina nos empreendimentos de construção civil. O processo de “feminização” no setor da construção civil aponta que entre setembro de 2008 e abril de 2009 houve um aumento de postos de trabalho ocupados pelo contingente de mulheres na ordem de 2,96%.

O crescimento da renda das famílias, a oferta de crédito, a demanda por imóveis e o investimento em obras públicas são algumas das tendências que indicam o aquecimento desse setor. Isso amplia a demanda por mão-de-obra, gerando novos postos de trabalho. A capacitação das mulheres permite a ocupação de novos campos de atuação profissional e contribui para a redução da desigualdade e discriminação de gênero no mundo do trabalho.

O setor da construção civil é uma das principais alavancas do desenvolvimento econômico, pelo dinamismo e pela capacidade de gerar empregos. A partir desse cenário, o Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil atua diretamente na qualificação e na formação de mulheres para sua inserção no mercado da construção civil, um lugar de trabalho historicamente masculino.

O Programa é uma iniciativa conjunta da SPM, governos dos estados e dos municípios, por meio das secretarias e coordenadorias da Mulher, secretarias do Trabalho ou correlatas e entidades da sociedade civil. Em 2008 foi realizada uma experiência piloto no município de Canoas, no Rio Grande do Sul.

Na ocasião, Elisabete Zanger, 44 anos, foi uma das participantes. Ela nunca havia trabalhado formalmente até que leu um anúncio em um jornal de Canoas sobre o curso de qualificação

(Continuação) ANEXO A - [T 1] Mulheres na construção civil



FOTO: ALDRIN BOTEGA

Aula inaugural do Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil

para formar pedreiras, ceramistas e pintoras. Com o apoio da família, se inscreveu, foi selecionada e após três meses de curso conquistou o seu espaço. O curso no qual aprendeu a assentar tijolo, salpicar cimento e emboçar, entre outras atividades, foi o passaporte para ingressar no mercado formal e ter a primeira assinatura na carteira de trabalho.

“No início, quando eu e outras mulheres começamos a trabalhar, os homens não nos davam bom dia, não falavam nada. Mas hoje somos bem aceitas. Depois descobrimos porque eles não falavam com a gente. É que antes de nós começarmos a trabalhar, os patrões disseram que não queriam que eles fizessem gracinhas com a gente. O que

queriam dizer era que os homens deveriam respeitar a gente. Eles não entenderam. Aí não falavam, com medo de serem demitidos”, conta a pedreira.

Bem aceita pela equipe, o trabalho dela e de suas colegas já é bastante reconhecido. “O mestre de obras agora chama as mulheres para os serviços de acabamento. Acham que nós somos mais caprichosas e o nosso trabalho fica mais perfeito”, diz. Empolgada com o emprego, Elisabete faz planos. Ela quer participar de novos cursos de capacitação. O próximo da lista é o de hidráulica. “Uma boa pedreira tem que saber por onde passam os canos. Isso é muito importante e, agora, também já posso construir a minha casa”.

ANEXO B - [T 2] SPM é fundamental, afirma presidenta Dilma

JORNAL DA CONFERÊNCIA
JANEIRO DE 2012

3ª Conferência Nacional de
Políticas para as Mulheres

3

Autonomia e igualdade para as mulheres



O auditório do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, ficou lotado na solenidade de abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O público aplaudiu de pé a presidenta Dilma Rousseff, que durante o seu discurso desmentiu os boatos em torno da extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

O anúncio foi festejado e considerado o primeiro resultado positivo da Conferência. A presença da presidenta na abertura do evento também foi alvo de comemoração, lembrando que foi a única conferência na qual ela esteve presente.

"Muitas vezes, vocês veem nos jornais ser anunciado que o Ministério – que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres – vai, simplesmente, ser fechado ou unido a outro. Não há a menor veracidade. Não há a menor verdade nessas notícias, e não há a menor verdade porque, como eu disse, nós vamos continuar avançando e não vamos avançar sozinhas. Nós vamos avançar com essa Secretaria, essa Secretaria que defende os direitos da mulher, que defende a igualdade de gênero, porque ela é fundamental como instrumento do governo, do meu governo – primeira Presidenta deste país –, como é fundamental o movimento que cada uma de vocês faz no estado de vocês, no município e na cidade de vocês".

Conquistas

A presidenta Dilma lembrou que as conquistas das mulheres resultam da superação de obstáculos e destacou fatos recentes, considerados por ela históricos e simbólicos na luta pela igualdade.

Para a presidenta, estas conquistas também acontecem em escala mundial, como foi o caso da criação da ONU Mulheres, tendo como diretora-executiva a ex-presidenta do Chile, Michelle Bachelet, que também participou da 3ª Conferência.

"A ONU Mulheres representa, do ponto de vista internacional, o reconhecimento da prioridade da questão de gênero em todo o mundo", afirmou a presidenta.

Novos espaços

"Outro momento que eu considero importante foi o momento em que o povo brasileiro me premiou, mas que, sem sombra de dúvida, foram as mulheres deste país, que progressivamente conquistaram os seus espaços, as grandes responsáveis por isso. Porque eu me elegei Presidenta deste país e abri a Assembleia Geral da ONU pela primeira vez, representando todas as mulheres do mundo, mas, em especial, as mulheres deste país e deste continente. A importância disso é pelo fato de que milhões de jovens, milhões de meninas em todo o mundo, ao assistirem aquele momento, passam a ter certeza de que nós, mulheres, também podemos dirigir nações, podemos dirigir uma das nações mais importantes do mundo, que é o Brasil, e podemos, por isso também, mudar a história do mundo".

Em sua fala, a presidenta Dilma também citou a realização da 3ª Conferência como um marco, possibilitando o encerramento do ano com uma grande conquista.

Autonomia

Sobre a autonomia para as mulheres, o principal foco da Conferência, a presidenta citou alguns programas do Governo, como o Bolsa Família (que é recebido pelas mulheres) e o Minha Casa, Minha Vida (cuja compra pode ser assinada apenas pela mulher), além de iniciativas voltadas à saúde da mulher – "uma questão essencial", afirmou.

Garantir condições para a autonomia passa, entre outras coisas, pela oferta de creches de qualidade, por políticas públicas que garantam para as mulheres melhores condições de participação no mundo público e, também, pela reafirmação de políticas públicas que garantam o compromisso da sociedade com o cuidado infantil e a responsabilidade sobre tarefas domésticas. Nesse sentido, a presidenta anunciou o início do processo que contará com 1,5 mil creches neste ano de 2012, e seis mil, até 2014.

"Cada uma de nós, que teve de conciliar a vida profissional, a vida política, a vida cultural, a vida como militante de movimentos de mulheres e de movimentos sociais sabe bem a importância que as creches de qualidade têm para seus filhos e para suas filhas, e para que ela possa exercer sua atividade com serenidade, tranquilidade, sabendo que seus filhos estão cuidados, atendidos e protegidos".

O enfrentamento à violência contra as mulheres também foi destaque no discurso, afirmando que o Governo persiste na defesa da plena aplicação da Lei Maria da Penha. "Acredito que, neste país, é fundamental que nós mudemos a cultura que justifica a violência doméstica contra a mulher". Dilma Rousseff saudou, no início de seu pronunciamento, Maria da Penha, presente ao evento.

Século do empoderamento

A presidenta encerrou sua fala dizendo que este será o século do empoderamento, cada vez maior, das mulheres.

"Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século 21, não sejam protagonistas, e sim, vítimas. Nós não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história. Por isso, é importante a conquista da representação política das mulheres condizente com o papel central que ocupam na sociedade brasileira. Os resultados que vocês vão obter aqui, contribuindo para que continuemos resgatando a dívida histórica do Brasil com as brasileiras, são, de fato, muito importantes e estratégicos. Nós estamos no caminho certo. Estamos dando aqui um novo e importante passo. Quero dizer para vocês que nós vamos em frente. E, para encerrar, quero reafirmar que as mulheres brasileiras têm, em sua presidenta, uma aliada incondicional na construção de um Brasil mais igual, em que as mulheres sejam cidadãs de primeira classe".

ANEXO C - [T 3] Pobreza é feminina

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Presidência da República

MULHERES em pauta

Imprimir Fale Conosco Zoom+ Zoom- Edições Anteriores Busca

ANO VII - Número 70
Brasília, 10/10/2011

Pobreza é feminina

"No Brasil a pobreza tem cara: ela é feminina, está ligada às mulheres". A frase é da presidenta Dilma Rousseff, que publicou no 8 de março uma mensagem especial para o Dia Internacional da Mulher. Na mensagem, Dilma Rousseff reforça mais uma vez seu compromisso com a erradicação da pobreza no Brasil e se diz convencida de que programas focados para as mulheres e crianças são o caminho para uma política social bem-sucedida. Ela quer enfatizar que o Bolsa Família e outros programas do governo federal "são eficientes porque privilegiam as mulheres".

Leia a mensagem completa:

"Meu objetivo fundamental, como Presidenta da República, é a erradicação da pobreza extrema. No Brasil, a pobreza tem cara: ela é muito feminina, está ligada às mulheres. Quanto mais pobre a família, maior a chance de que ela seja chefiada por uma mulher. Estou convencida de que uma política bem-sucedida de eliminação da miséria deve ser focada na mulher e na criança. Programas como o Minha Casa Minha Vida, o PRONAF Mulher ou o Bolsa Família - que acaba de ser reajustado em até 45,5% e que terá impacto proporcional à quantidade de filhos da família beneficiada - são eficientes porque privilegiam as mulheres. No Dia Internacional da Mulher, quero ressaltar que a eliminação da discriminação de gênero e a valorização das mulheres e das meninas são estratégias indispensáveis para alcançarmos êxito em nossa luta contra a pobreza. Com base em iniciativas como a Lei Maria da Penha, temos alcançado progresso no combate à violência contra as mulheres, mas ainda há muito por fazer. Temos o compromisso sagrado de enfrentar essa questão, intensificando e ampliando as medidas adotadas no governo passado. O Brasil que queremos, e que vamos ter, é um país sem violência. É um país com água, com luz, com saneamento, com educação de qualidade e emprego digno para todos. É um país rico, em que as mulheres e os homens têm as mesmas oportunidades e privilégios, contribuindo juntos para o desenvolvimento e o criando seus filhos com dignidade e com orgulho."

ANEXO D - [T 4] Fórum Nacional de mulheres idosas

SECRETARIA DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES
Presidência da República



Boletim Mulheres em Pauta - edição nº 83
16 a 30 de junho de 2012

Mulheres em pauta








Boletim Mulheres em Pauta, Ano VIII, nº 83



Realizado a cada dois anos, evento percorre as cinco regiões do país
Foto: Secretaria da Mulher PE

Fórum Nacional de Mulheres Idosas reúne, em Pernambuco, 1.100 participantes

Os direitos das mulheres idosas foram discutidos no II Fórum Nacional de Mulheres Idosas, nos dias 13 e 14 de junho, por 1.100 mulheres entre representantes do segmento, cuidadoras e profissionais de diferentes cidades e estados do país. O encontro aconteceu em Pernambuco e teve como objetivo a consolidação do espaço de debate e exposição das políticas públicas para as mulheres idosas, por meio de palestras, oficinas e apresentações culturais.

Para Rosângela Rigo, diretora de Programas da SPM, a mulher idosa do século 21 está cada vez mais ativa. “As mulheres idosas de hoje continuam trabalhando, produzindo cultura, conhecimento. Elas participam de partidos políticos, organizações comunitárias entre outras atividades. São mulheres atuantes e com características bem diferentes de 20 anos atrás”, frisou a diretora da SPM, uma das instituições parceiras do evento. [Leia mais](#)

ANEXO E - [T 5] Creches públicas colaboram para autonomia econômica das mulheres

SECRETARIA DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES
Presidência da República

Boletim Mulheres em Pauta - edição nº 93
1º a 15 de novembro de 2012

Mulheres em pauta

f t YouTube flickr

Creches públicas colaboram para autonomia econômica das mulheres, aponta SPM na Câmara Federal



Ao lado da deputada federal Dorinha Rezende (centro), Hildete Pereira (à direita) fala sobre divisão sexual do trabalho
Foto: Isabel Clavelin/SPM

A Câmara Federal discutiu duas propostas de mudanças no funcionamento de creches públicas. A primeira prevê a ampliação do calendário escolar anual das creches públicas urbanas de 200 para 240 dias letivos. A segunda proposta determina o funcionamento de creches noturnas para atendimento a crianças filhas de mães que estudam ou trabalham à noite.

Em audiência pública realizada em seis de novembro, por proposição da deputada federal Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), a SPM avaliou os dois projetos de lei a partir dos direitos das mulheres.

“A divisão sexual do trabalho sedimenta a divisão da sociedade. O trabalho reprodutivo, aquele que se refere à vida, é feito pelas mulheres por anos. Cuidamos de maridos, crianças, velhos e doentes. Esse trabalho precisa ser visto como essencial para que a vida aconteça”, questionou Hildete Pereira, coordenadora-geral de Programas de Educação e Cultura da SPM.

[Leia mais](#)

ANEXO F - [T 6] Trabalho e empreendedorismo

passam a negociar melhor seu status dentro da estrutura hierárquica. As mulheres passam a ter mais poder de compra e de decisão.

Segundo as autoras do estudo, que realizaram uma pesquisa de campo em dez municípios brasileiros, a possibilidade de escolha do que deve ser consumido pelas famílias contribui para o fortalecimento da identidade feminina e se constitui em um passo importante para a melhoria das condições de vida. Para ilustrar, a pesquisa cita o depoimento de uma das beneficiadas: "Melhorou muito a vida. Antigamente aqui não tinha nada para os pobres. Eu não tinha ajuda nenhuma. Meus filhos iam para a escola com fome."

O Bolsa Família possibilita a afirmação da autoridade das mulheres dentro do espaço doméstico e na sociedade

NOVOS ESPAÇOS PROFISSIONAIS

Além do aumento no rendimento das trabalhadoras como efeito da política de valorização do salário mínimo e das transferências de renda, as políticas públicas devem estimular a ocupação de novos espaços profissionais pelas mulheres e oportunidades de negócios, estimulando o empreendedorismo. É com este propósito e em consonância com o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM), que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e outras instâncias do Governo Federal desenvolvem programas de incentivo à ampliação da autonomia econômica das mulheres. Conheça dois destes programas desenvolvidos pela SPM.

TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

Estimular a geração de novos negócios e apoiar o desenvolvimento do empreendedorismo das mulheres é o objetivo do Programa Trabalho e Empreendedorismo que, entre 2007 e 2009, atendeu 3.600 mulheres no Rio de Janeiro, Distrito Federal e Santa Catarina. A iniciativa da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, em parceria com os governos estaduais e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), será ampliada em 2010 para os estados do Pará e Pernambuco, com previsão de capacitar mais 2.200 mulheres este ano.

(Continuação) ANEXO F - [T 6] Trabalho e empreendedorismo



A experiência no Rio de Janeiro está dando resultados positivos. Celi Pinto, 52 anos, e mais 21 mulheres que participaram do curso na edição de 2008 fundaram a Associação de Mulheres Empreendedoras da Baixada Fluminense (AmeBF). Em menos de um ano, a entidade que reúne profissionais de diferentes áreas – cabeleireiras, artesãs, costureiras – promoveu três feiras de negócios em Nova Iguaçu.

“A exposição do trabalho ajuda na divulgação dos serviços e consolidação dos produtos no mercado interno. Hoje há pessoas, inclusive homens, querendo entrar na associação. Estamos nos preparando para agregar novos membros e receber as pessoas com mais estrutura. Sobre os homens, vamos discutir o que será feito. Não podemos agir com o mesmo preconceito que eles agiram com a gente”, explica Celi.

Depois de cinco anos à frente de sua própria loja de bijuterias no centro de Nova Iguaçu, na qual vendia produtos de vários fabricantes, ela resolveu se dedicar, em 2006, à produção própria e, buscando aperfeiçoamento, participou do curso de capacitação e hoje sua meta é a exportar as joias que produz. Para isso, continua apostando na qualidade dos seus produtos.

“Meu próximo passo é descobrir como diminuir a oxidação da prata. Só vou começar a trabalhar na realização do meu sonho de exportação quando tiver a minha fundição. Hoje as peças são produzidas na fábrica do meu marido. As pessoas dizem que fábrica de fundição é coisa de homem, mas não me importo. Muita gente falou que eu não ia conseguir, que eu não tinha capacidade de levar essa associação, e hoje querem se tornar membros da associação”, conta Celi.

No Distrito Federal, Maria de Lourdes Ferreira Alves, 45 anos, conta que ela e outras participantes do curso, concluído em dezembro de 2009, pretendem se unir para criar também uma associação. “Eu quero crescer com o artesanato de arte em jornal. O foco maior do grupo é bijuterias



Programa Trabalho e Empreendedorismo

(Continuação) ANEXO F - [T 6] Trabalho e empreendedorismo

e bolsas. Então, pretendemos mesclar os nossos produtos”, conta Maria de Lourdes. A dona de casa Eliete Freitas, 52 anos, economiza reservas financeiras para abrir um empreendimento junto com a sua família. Ela, que já sabia fazer pintura em tela, teve a ideia após participar do curso em Santa Catarina, convidada por uma amiga. “Aprendi muita coisa. Tenho duas filhas. Uma faz sandálias e a outra, joias. Se o trabalho delas engrenar, vamos juntar as nossas formas de artesanato e abrir um negócio”, conta Eliete.

A coordenação do Programa Trabalho e Empreendedorismo está a cargo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). A execução ocorre em parceria com as unidades estaduais do Sebrae e da Business Professional Women (BPW) – Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais.

MULHERES NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Pedreiras, ceramistas, pintoras, encanadoras, azulejistas, eletricitistas são algumas das formações obtidas pelas participantes dos cursos de capacitação do Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil. Desenvolvido pela SPM em parceria com governos municipais e estaduais, o programa tem como meta inicial a formação de 2.670 mulheres em quatro estados – Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro – até 2011. As atividades já começaram. Em junho de 2009, no Rio de Janeiro, 150 mulheres das comunidades do Morro da Formiga, Vila Paciência e Kelson se inscreveram para participar da iniciativa. As concluintes recebem um kit ferramenta para dar início ao trabalho.

Em 2007, havia no Brasil 186 mil mulheres ocupadas no setor da construção civil, sendo que 127 mil empregadas com carteira assinada, 9 mil trabalhavam por conta própria, 16 mil sem remuneração, em geral, “ajudando” outros membros do

domicílio, 28 mil estavam ligadas à construção de suas próprias moradias e 6 mil eram empregadoras. O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero indicou, na edição especial do “Boletim Mulher e Trabalho: a crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres”, uma tendência de substituição da mão-de-obra masculina pela feminina nos empreendimentos de construção civil. O processo de “feminização” no setor da construção civil aponta que entre setembro de 2008 e abril de 2009 houve um aumento de postos de trabalho ocupados pelo contingente de mulheres na ordem de 2,96%.

O crescimento da renda das famílias, a oferta de crédito, a demanda por imóveis e o investimento em obras públicas são algumas das tendências que indicam o aquecimento desse setor. Isso amplia a demanda por mão-de-obra, gerando novos postos de trabalho. A capacitação das mulheres permite a ocupação de novos campos de atuação profissional e contribui para a redução da desigualdade e discriminação de gênero no mundo do trabalho.

O setor da construção civil é uma das principais alavancas do desenvolvimento econômico, pelo dinamismo e pela capacidade de gerar empregos. A partir desse cenário, o Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil atua diretamente na qualificação e na formação de mulheres para sua inserção no mercado da construção civil, um lugar de trabalho historicamente masculino.

O Programa é uma iniciativa conjunta da SPM, governos dos estados e dos municípios, por meio das secretarias e coordenadorias da Mulher, secretarias do Trabalho ou correlatas e entidades da sociedade civil. Em 2008 foi realizada uma experiência piloto no município de Canoas, no Rio Grande do Sul.

Na ocasião, Elisabete Zanger, 44 anos, foi uma das participantes. Ela nunca havia trabalhado formalmente até que leu um anúncio em um jornal de Canoas sobre o curso de qualificação

ANEXO G - [T 7] Secretaria aposta no crescimento de mulheres na força de trabalho formal

SECRETARIA DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES
Presidência da República



Boletim Mulheres em Pauta - edição nº 90
16 a 30 de setembro de 2012

Mulheres em pauta



Secretaria aposta no crescimento de Mulheres na força de trabalho formal para superação das desigualdades

O aumento da participação das mulheres como trabalhadoras teve continuidade em 2011. O crescimento delas é de 5,93% no mercado de trabalho, enquanto para os homens foi de 4,49%. É o que revela a Relação Anual de Informações Sociais Ministério, divulgada, na última terça-feira 18/09), pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O levantamento é um instrumento do governo federal utilizado para identificar os trabalhadores e trabalhadoras que têm direito ao abono salarial e fornece um quadro com informações acerca do trabalho formal no Brasil.

A elevação da participação feminina no mercado de trabalho formal é considerado um resultado positivo para a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e reflete as ações do governo federal para o incentivo da autonomia econômica das mulheres.

“Ainda que esta não seja a única condição, mulheres com independência econômica e financeira, com direitos e benefícios garantidos, podem investir em perspectivas profissionais e culturais. Desse modo, elas têm instrumentos para enfrentar com mais vigor a violência doméstica e garantir o sustento de si e da família”, considera a secretária de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres, da SPM, Tatau Godinho.

[Leia mais](#)

ANEXO H - [T 8] Ministra Eleonora leva o apoio das mulheres brasileiras

SECRETARIA DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES
Presidência da República



Boletim Mulheres em Pauta - edição nº 87
01 a 15 de agosto de 2012






Ministra Eleonora leva o apoio das mulheres brasileiras à delegação que vai aos Jogos Paralímpicos de Londres

“Vocês já são vencedoras e vencedores. As medalhas que trouxeram de Londres será de superação dos momentos de dificuldades que acontecem na vida, mas mesmo neles, ganhamos e trazemos outras pessoas conosco”, disse a ministra Eleonora Menicucci, da SPM, na manhã de 13 de agosto, em Guarulhos. Ela participou da despedida da delegação brasileira que vai competir nos Jogos Paralímpicos de Londres.



Ministras Eleonora (SPM) e Maria do Rosário (SDH) participam de ato de despedida da delegação paralímpica brasileira
Foto: Isabel Clavelin/SPM

O ato contou 173 membros da delegação brasileira, entre 98 atletas e equipe técnica. No grupo, estavam presentes a atleta Terezinha Guilhermina, velocista mais rápida do planeta e portadora de deficiência visual; a desportista mais jovem da delegação, Viviane Soares (16 anos); e a mais idosa, Maria Luiza Passos (61), entre outros de destaque. [Leia mais](#)

ANEXO I - [T 9] Entrevista com Clara Charf

SECRETARIA DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES
Presidência da República

Boletim Mulheres em Pauta - edição nº 87
01 a 15 de agosto de 2012

Mulheres em pauta

f t YouTube flickr

MULHERES QUE TRANSFORMAM O BRASIL

Entrevista com Clara Charf: uma vida pela liberdade e pelos direitos das mulheres

por Rejane Lopes

O caminho de Clara Charf em defesa da paz, dos direitos e pela igualdade começou em 1945, quando fez parte dos protestos contra a bomba atômica durante a Guerra Fria e de vários congressos em prol da paz. Na década de 1950, lutou contra o envio de soldados brasileiros para Guerra da Coreia. Com o Golpe Militar de 1964, perdeu o companheiro Carlos Marighella, um dos líderes da luta armada contra a ditadura militar, assassinado em 1969. Ela teve seus direitos políticos cassados, entrou para a clandestinidade e foi exilada por quase dez anos e só retornou com a Anistia.



Clara Charf é conselheira emérita do CNDM

Hoje, segue lutando com a lucidez de quem dedicou a vida à causa da igualdade. Clara Charf participa da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, é presidente da Associação de Mulheres pela Paz e conselheira emérita do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Em entrevista ao boletim informativo Mulheres em Pauta, Clara Charf falou de sua trajetória feminista.

CNDM

“Posso destacar que hoje as mulheres trabalham profissionalmente e politicamente em vários segmentos da sociedade, na cidade e no campo. Antes isso não acontecia, o lugar da mulher era cuidar da casa e dos filhos. O CNDM é uma expressão disso, são mulheres de todos os estados e de várias profissões que o compõem para discutir a emancipação feminina em todos os sentidos.

Outro avanço que conquistamos é o fato de o movimento feminista ter conseguido denunciar e colocar em evidência a violência contra a mulher, um problema ainda muito agudo. O Conselho está insistindo nesse trabalho que, dentre outros, é um dos mais importantes atualmente. Antigamente a violência contra as mulheres só vinha à tona em casos escandalosos”.

Feminismo

“As mulheres sempre lutaram ao longo da história da humanidade, mas o movimento de mulheres se desenvolveu a partir dos primeiros movimentos socialistas. Foi a partir daí que as mulheres começaram a se organizar. No Brasil, as mulheres sempre se incorporaram à luta democrática; umas mais, outras menos. Durante a ditadura militar as mulheres foram mortas, presas, torturadas, inclusive a ministra Eleonora Menicucci e a presidenta Dilma Rousseff.

No princípio, as mulheres não lutavam por defender seus direitos, mas se somavam às lutas pela democracia e liberdade. Só muito tempo depois é que elas passaram a buscar oportunidades iguais as dos homens para conquistar a igualdade em todos os terrenos, político, social e econômico”.

[Leia mais](#)

ANEXO J - [T 10] I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

3

Conferência Nacional: um marco nas conquistas das mulheres brasileiras

Foto: Cláudia Ferreira



O consenso foi a marca da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que reuniu, em Brasília, 1.787 delegadas

A partir do segundo semestre deste ano, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vai dar a largada para a organização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), prevista para 2007. A proposta de reedição do evento a cada 3 anos foi aprovada pelas 1.787 delegadas que participaram da I Conferência, em julho de 2004, e aprovaram as diretrizes básicas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM) teve como tema Políticas para as Mulheres – Um Desafio para a Igualdade numa Perspectiva de Gênero. A imagem de milhares de mulheres levantando o crachá para aprovar resoluções deu o tom do encontro: o consenso. Mesmo um tema polêmico como a descriminalização do aborto, com garantia de atendimento humanizado pelos serviços públicos de saúde, foi aprovado por 26 das 27 Conferências Estaduais. Mas, outros fatores também foram fundamentais para a construção da coesão entre as participantes da I CNPM. A solidariedade e a cooperação no trabalho cotidiano e o respeito às posições políticas de cada uma das participantes, desde os primeiros momentos de preparação da Conferência, certamente foram alguns desses fatores.

Consenso e Democracia

O consenso vivido na I CNPM foi construído a partir das Plenárias Municipais, cuja participação foi aberta a qualquer brasileira. Cerca de 120 mil mulheres de diversos segmentos atenderam à convocação do Governo Federal e do CNDM e participaram de plenárias – que envolveram cerca de 2 mil municípios – onde elegeram delegadas às Conferências Estaduais nas 27 unidades federativas.

Indígenas, donas-de-casa, artistas plásticas, empregadas domésticas, negras, lésbicas, agricultoras, idosas, evangélicas e mulheres com deficiência, além de observadores internacionais, se reuniram e atuaram

na Conferência de forma articulada e democrática. Com a certeza de que aquele era um momento histórico para dar um salto de qualidade na formulação de políticas públicas para as mulheres.

A pronta resposta dos movimentos de mulheres e feministas à convocação do Executivo para dialogar e propor políticas públicas para as brasileiras, foi outro fator consistente para o sucesso da I CNPM e o gradual consenso a partir das reuniões nas cidades. O documento base, elaborado pela SPM a partir da contribuição de consultoras especialistas nos temas, também contribuiu

para nortear os debates, ao mesmo tempo disputados e democráticos.

O processo de mobilização para as primeiras Plenárias Municipais teve início em janeiro de 2004 e só terminou com a instalação da I CNPM, em julho, e a aprovação das diretrizes para a elaboração do Plano Nacional. No ano que vem, vai estar na pauta da II CNPM a avaliação da implementação das ações do Plano, dando continuidade ao inédito processo de ampla consulta popular sobre políticas de gênero, desencadeado no primeiro encontro. ■

ANEXO K - [T 11] Programa da SPM mobiliza empresas

8

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

TRABALHO

Programa da SPM mobiliza empresas em prol da Eqüidade de Gênero

(...) “a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres decidiu pôr em prática uma atitude positiva. Vai premiar as empresas empenhadas em reduzir o abismo de cargos e salários entre homens e mulheres” (...) (O Globo, 18.09.2005)

Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas, Embrapa, Itaipu Binacional, Petrobrás e Radiobrás são algumas das empresas estatais que aderiram ao Programa Pró-Eqüidade de Gênero, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O programa integra os objetivos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que possui um capítulo dedicado à autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania.

Lançado em setembro de 2005, o objetivo do programa é incentivar a valorização profissional das trabalhadoras e a adoção de práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na rotina de trabalho. Durante um ano, as empresas terão o compromisso de elaborar e implementar planos de ação que estimulem esta cultura organizacional. Em contrapartida, será concedido o Selo Pró-Eqüidade de Gênero como reconhecimento da realização de ações de combate à discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego de mulheres.

Na sua primeira edição anual, em 2005/2006, o alvo são as empresas pú-



Foto: ASCOM/Caixa Econômica Federal

Imagem utilizada no lançamento do programa Pró-Eqüidade da Caixa Econômica Federal

Programa Pró-Eqüidade de Gênero:
Oportunidades iguais. Respeito às diferenças.

(Continuação) ANEXO K - [T 11] Programa da SPM mobiliza empresas

TRABALHO

blicas, mas no segundo semestre o programa vai incorporar adesões de empresas privadas. Muitas manifestaram interesse, desde já, em participar do Pró-Eqüidade de Gênero. "Temos de começar fazendo o dever dentro de casa", disse a ministra Nilcéa Freire, da SPM.

No setor público, a adesão das empresas vinculadas ao Ministério de Minas e Energia (MME) merece destaque. A existência – anterior ao Programa Pró-Eqüidade – do Comitê Permanente de Gênero naquele ministério, vem obtendo resultados expressivos no interior das chamadas empresas "energéticas".

Também aderiram ao programa as Centrais Elétricas Brasileiras, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia Energética de Alagoas, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e o Serviço Federal de Processamento de Dados.

Pró-Eqüidade 2006 já começou

O início do ano foi marcado pela elaboração de planos de ação de cada empresa que aderiu ao programa, sempre com o assessoramento técnico da SPM. "A nossa preocupação imediata não era avaliar as empresas. Pelo contrário, nossa intenção era contribuir para que elas pudessem, a partir da adesão ao programa, desenvolver ações de igualdade de gênero", explica Ângela Fontes, subsecretária de Planejamento da SPM.

O programa contempla ações em dois blocos: Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional. As ações que integram o primeiro grupo são: recrutamento e seleção; processos de capacitação e treinamento interno; ascensão funcional e planos de carreira, cargos, salários e remuneração; programas de saúde e segurança no trabalho; e política de benefícios.

O segundo bloco de ações é composto: de mecanismos de combate às práticas de discriminação (sexo, raça, estado gestacional e orientação sexual) e à ocorrência de assédio moral e sexual; práticas de sensibilização voltadas para a equidade de gênero na cadeia de relacionamentos da empresa; e propaganda institucional interna e externa.

Selo Pró-Eqüidade de Gênero vai agregar valor à imagem das empresas



O Selo Pró-Eqüidade pretende ser um atributo de destaque e distinção da empresa como instituição comprometida com a equidade de gênero no mundo do trabalho.

A empresa que obtiver o Selo vai poder utilizá-lo nos seus documentos e expedientes internos e externos e em campanhas e peças de promoções institucionais. Além disso, a SPM, o UNIFEM e a OIT divulgarão nacional e internacionalmente a relação das empresas que obtiverem o Selo Pró-Eqüidade de Gênero, por meio eletrônico e mídia espontânea.

A adesão ao programa também vai possibilitar outros benefícios às empresas que o integram: a participação em uma rede de empresas visando ao intercâmbio de informações e experiências de "boas práticas" no âmbito do Programa Pró-Eqüidade; o assessoramento técnico da SPM, por meio do Comitê Coordenador, no desenho e implementação das ações e projetos de cada empresa; e participação nas ações de capacitação oferecidas pela SPM, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). ■

Comitê monitora a execução dos Planos de Ação

O programa instituiu o Comitê Pró-Eqüidade, integrado por especialistas e representantes de instituições governamentais, organismos internacionais, organizações não-governamentais e sociedade civil, sendo vedada a participação de representantes de empresas. Caberá ao Comitê, ao final de um ano, a partir da data de assinatura da adesão das empresas, avaliar o cumprimento do Plano de Ação e a concessão do Selo Pró-Eqüidade de Gênero.

A composição atual do Comitê conta com representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério Público do Trabalho (MPT), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), além das especialistas convidadas.

ANEXO L - [T 12] A marcha das margaridas



Marcha das Margaridas

MARCHA DAS MARGARIDAS

Realizada em 2000, com a presença de 20 mil mulheres; em 2003, com 40 mil; e, em 2007, com cerca de 50 mil manifestantes, a Marcha das Margaridas se consolida como uma agenda permanente de debate, construção e reivindicação de uma plataforma de ações e de políticas públicas que garantam cidadania e vida digna às mulheres trabalhadoras rurais de diferentes origens, raças, etnias e gerações. Há, no decorrer das Marchas, momentos de reflexão, debates, seminários e atividades culturais que acontecem nas comunidades, municípios, estados e na capital federal.

O processo de mobilização em todos os estados do país é promovido pelo movimento sindical das trabalhadoras e trabalhadores rurais, incluindo a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), 27 federações, 4.100 sindicatos rurais e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em parceria com movimentos de mulheres e movimentos feministas.

DIÁLOGO ABERTO, UMA GRANDE CONQUISTA

A coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e também conselheira do CNDM, Carmen Helena Foro, explica que, historicamente, as trabalhadoras rurais sempre tiveram invisibilidade. “A Marcha proporcionou um diálogo de forma articulada e nacional nos espaços públicos e políticos. Conseguimos gerar um amplo debate sobre o que as mulheres do campo necessitam para viver com dignidade. Precisamos construir novas perspectivas para termos um país mais igualitário, pois hoje a desigualdade de gênero é acentuada no meio rural”, afirma.

(Continuação) ANEXO L – [T 12] A marcha das margaridas

O governo do Presidente Lula, segundo Carmen, marcou o início da inclusão da mulher em políticas públicas e trouxe visibilidade e reconhecimento social à negociação de programas e políticas públicas voltados para o acesso das mulheres à terra, assistência técnica, crédito e políticas sociais. “Foi um grande avanço o entendimento do Estado de que as desigualdades entre homens e mulheres são acentuadas. A criação da SPM é, nesse sentido, mais um sinal de enfrentamento contra as desigualdades e a oportunidade para que as nossas pautas sejam dialogadas em articulação com as demais áreas do Governo Federal”.

A próxima Marcha das Margaridas está prevista para ser realizada em agosto de 2011. “É um trabalho contínuo. Devemos avançar com o diálogo nos próximos governos para mudarmos a realidade das mulheres trabalhadoras rurais, promovendo uma articulação permanente que tenha reflexo nas políticas dos municípios e estados, monitorando e avaliando os avanços”, enfatiza a coordenadora.

Carmen acredita que ainda há um longo caminho a ser percorrido rumo à igualdade de gênero e à conscientização do governo e da sociedade. “As mulheres ainda terão de fazer muitas marchas”, prevê. “Acredito muito na força das mulheres”.



ANEXO M - [T 13] Martha Rocha: primeira mulher a ocupar o comando da Polícia Civil

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Presidência da República



MULHERES em pauta

Imprimir Fale Conosco Zoom+ Zoom- Edições Anteriores Busca

ANO VII - Número 70
Brasília, 10/10/2011

Martha Rocha: primeira mulher a ocupar o comando da Polícia Civil do RJ

A delegada Martha Rocha é a primeira mulher a ocupar o comando da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Ex-diretora da Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher, Martha assume o cargo após o desligamento do delegado Allan Turnowski, anunciado no dia 15 de fevereiro. O secretário de Segurança do Estado, José Mariano Beltrame, deu as boas-vindas à nova chefe de polícia, ressaltando que está feliz por quebrar um paradigma ao escolher uma mulher para chefiar pela primeira vez no estado do Rio a Polícia Civil. Ao assumir o cargo, Martha declarou que sua nomeação é um "desafio". "Vai exigir de mim o que tenho de maior: o amor à Polícia Civil, a dedicação à coisa pública, a honrabilidade do meu cargo e a certeza de que podemos construir uma sociedade justa e solidária", disse. Segundo ela, suas prioridades na chefia serão reforçar o treinamento policial e aumentar a atuação da corregedoria de polícia. A nova chefe da Polícia Civil, 51 anos, tem uma história de 29 anos de Polícia Civil vividos praticamente em todas as áreas. Em 1990, ocupou o cargo de subchefe da Polícia Civil por quatro anos. Também comandou a Delegacia Especial de Atendimento à Turista e atuou como corregedora de polícia. Ela foi subchefe da Polícia Civil, em 1999, e corregedora da Polícia. Enquanto atuou como delegada titular da 15ª DP (Gávea), foi a responsável pelas investigações do seqüestro ao ônibus 174, em 2000, que terminou com a morte de uma refém e do sequestrador. Na época, ela indiciou o comandante do Bope que participava da operação. A delegada foi ainda vice-presidente da Comissão de Organização da Polícia Civil na Rio 92, além de ter sido professora da Academia de Polícia. Em 2006, foi candidata a deputada estadual. Foi vice na chapa de Jorge Bittar (PT) para as eleições da Prefeitura do Rio, em 2004. Também foi presidente do Cedim (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher). Até esta terça-feira (15/2), a delegada ocupava a chefia da Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher. Solteira e sem filhos, Martha é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduada em Processo Penal pela Universidade Estácio de Sá.

ANEXO N - [T 14] Brasil quer ratificar convenção

**SECRETARIA DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES**
Presidência da República



Boletim Mulheres em Pauta, Ano VIII, nº 78
de 21 de abril a 4 de maio de 2012



Brasil quer ratificar convenção e ampliar direitos das trabalhadoras domésticas, diz ministra da SPM

Integrantes de entidades que representam as trabalhadoras domésticas participaram no dia 26 de abril, na SPM, da mesa-redonda “Valorização das Trabalhadoras Domésticas e Ampliação de Direitos”. Sob a liderança da ministra Eleonora Menicucci, a conversa teve as participações de Creuza Oliveira, presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad); Ângela Nascimento, secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); Laís Abramo, diretora da OIT no Brasil; e Betânia Ávila, coordenadora-geral do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia.

Na véspera do Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica, 27 de abril, um dos temas discutidos foi a Convenção Internacional sobre o Trabalho Decente para Trabalhadores Domésticos, aprovado em junho de 2011 pela OIT.



Mesa-redonda tem participações de Creuza Oliveira (Fenatrad), Ângela Nascimento (Seppir), ministra Eleonora Menicucci (SPM), Laís Abramo (OIT) e Betânia Ávila (SOS Corpo)
Foto: Isabel Clavelin/SPM

O documento, que precisa agora ser ratificado pelos países-membros, prevê a aprovação de leis que garantam mais direitos à categoria. Até o momento, apenas o Parlamento do Uruguai confirmou a adesão. A ministra Eleonora Menicucci disse que é um compromisso da presidenta Dilma Rousseff ratificar a convenção, mas antes é preciso aprovar leis que ampliem alguns direitos da categoria. “Eu não trabalho com a possibilidade de o Brasil não assinar a convenção”, disse. O governo federal criou um comitê para discutir as estratégias para enviar e aprovar o acordo no Congresso Nacional. [Leia mais](#)

ANEXO O - [T 15] Mais cidadania para as trabalhadoras rurais

TRABALHO

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

11

Mais cidadania para as trabalhadoras rurais

“Não vamos parar de marchar enquanto existir uma só mulher rural sem documentos” – Marcha das Margaridas, Brasília/2003

Foto: Ubirajara Machado



Mais de 122 mil mulheres do campo foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural

Dados do IBGE (2000) mostram que 40% da população rural está sem registro civil. Deste total, 60% são mulheres. Vale dizer que mais de uma, a cada duas mulheres do campo, não tem carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, título de eleitor e inscrição no INSS. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento, não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Portanto, estão impedidas de acessar direitos básicos da cidadania: a aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio

à agricultura familiar; os programas sociais como o Bolsa Família, entre outros; e programas de apoio à Reforma Agrária.

A resposta do Governo Federal a esta realidade, através da ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem sido um dos melhores exemplos de incorporação de políticas de gênero em todas as ações de um ministério. O diálogo e a produtiva parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e o MDA têm alcançado resultados significativos.

Documentação e cidadania para todas e todos

Criado em 2004, o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural já possibilitou a emissão de documentos civis para mais de 122 mil mulheres. Com esse resultado, até maio deste ano, atingiu 50% da meta, que visa beneficiar 250 mil trabalhadoras até 2007.

Através de mutirões de documentação em todo o país, são emitidos, gratuitamente, a Certidão de Nascimento, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a Carteira de Identidade, a Carteira de Trabalho, o registro junto ao INSS, a carteira de pescador e as beneficiárias também têm contas bancárias constituídas e orientações sobre direitos e políticas públicas.

O programa implementado pelo MDA, com apoio da SPM e outros órgãos do Governo Federal, ganhou menção honrosa no concurso Políticas, Planos e Programas com Impacto na Igualdade de Gênero, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ampliação do acesso ao crédito

Mas a falta de documentação não é o único problema das mulheres do campo. As dificuldades de acesso ao crédito para apoiar as trabalhadoras rurais sempre foram imensas. E não acabaram nem mesmo após o Governo Federal ter criado, em 2004, uma linha específica de crédito para mulheres, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher. Por isso, o MDA promoveu as chamadas Cirandas do Pronaf, eventos de capacitação, discussão e orientação não somente para as mulheres rurais, mas também para os agentes das instituições financeiras.

As Cirandas do Pronaf permitiram alavancar o acesso ao Pronaf Mulher, que já beneficiou 322 mil trabalhadoras rurais, no período 2004/2006. Estes resultados já representam o cumprimento de 80% da meta prevista no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM): assegurar acesso ao crédito para 400 mil trabalhadoras.

Uma mudança nas exigências da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) também contribuiu para ampliar o acesso feminino ao crédito. Antes, a Declaração registrava apenas o nome do trabalhador rural. Agora, registra obrigatoriamente o nome do casal, o que incentiva o acesso das mulheres ao programa. A DAP é um formulário obtido por meio de sindicatos, empresas estaduais de assistência técnica e outros órgãos credenciados para poder obter crédito junto ao sistema financeiro.



Titulação conjunta da terra

Desde os anos 80 as trabalhadoras rurais reivindicavam que fosse implantada a titularidade conjunta e obrigatória da terra. Essa necessidade foi prevista na constituição de 1988, porém não havia um instrumento legal que assegurasse esse direito. No entanto, a publicação da Portaria nº 981/2003 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) estabeleceu a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos para casais. ■

ANEXO P - [T 16] Equidade de gênero na Transpetro

SECRETARIA DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES
Presidência da República



Boletim Mulheres em Pauta - edição nº 85
16 a 31 de julho de 2012



MULHERES QUE TRANSFORMAM O BRASIL

Equidade de gênero da Transpetro promove a ascensão das mulheres marítimas



O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça que atingiu sua quarta edição, em 2012, já conta com a participação de 80 empresas. E, entre elas, está a Petrobras Transporte S.A. - Transpetro que contribui para a equidade de gênero dentro da empresa e, inclusive, conta em sua equipe com a primeira mulher que comandou um navio. Trata-se da capitã Hildelene Lobato Bahia, de 38 anos, que assumiu, em 2009, o Carangola, navio com capacidade de 18 mil toneladas, tornando-se a primeira mulher a ocupar o posto mais alto da hierarquia da Marinha Mercante brasileira.

Hildelene Lobato Bahia é pioneira na frota marítima da Transpetro
Foto: Nilza Scotti/SPM

Atualmente, as mulheres já representam 10% do quadro de oficiais da Marinha Mercante que trabalham na Transpetro, companhia que mais contrata oficiais mulheres no mundo. Dez vezes a média mundial, que é de 1%. O Brasil é hoje o país com o maior número de oficiais mulheres.

Em março deste ano, Hildelene tornou-se capitã de longo curso, sendo a única mulher no Brasil apta para navegar no mundo inteiro. Em novembro, ela assumirá o comando do navio de produtos Rômulo Almeida, com capacidade de 47 mil Toneladas de Porte Bruto (TPB). de 40 toneladas. Essa será a quarta embarcação entregue por estaleiros brasileiros à Transpetro por meio do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef). [Leia mais](#)

ANEXO Q - [T 17] Trabalhar sem carteira assinada não tem graça

10

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

TRABALHO

Trabalhar sem carteira assinada não tem graça

“--A senhora gosta de feijão sem sal, dona Maria?

-Não!

-Suco, assim, sem açúcar?

-Não, Inês!

-Carne sem tempero?

-Lógico que não!

-Pois é, trabalhar sem carteira assinada é a mesma coisa.

Trabalhadora doméstica sem carteira assinada também não tem graça e com a nova lei do Governo Federal você vai ter desconto no imposto de renda para garantir esse direito para a sua trabalhadora. Assine sempre a carteira de trabalho.”

Quem sintonizou o rádio nas 79 principais emissoras do país, entre os dias 27 de março e 10 de abril de 2006, ouviu a campanha do Governo Federal de incentivo à formalização do trabalho doméstico. A partir de 2007, o empregador que assina a carteira de sua trabalhadora doméstica poderá deduzir, do Imposto de Renda devido, os 12% recolhidos mensalmente à Previdência Social relativos ao ano anterior.

A medida faz parte da Campanha Nacional pela Valorização e Formalização do Trabalho Doméstico lançada no Dia Internacional da Mulher – 8 de março, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pelos ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e Previdência Social (MPS). Esta medida, ao mesmo tempo em que assegura direitos a milhares de trabalhadoras domésticas (aposentadoria, licença-maternidade e auxílio doença), estimula o empregador a exercer a cidadania compartilhando com o governo a inclusão previdenciária de um imenso contingente de mulheres.

Integram a Campanha Nacional de Valorização e Formalização do Trabalho Doméstico: o programa Capacitando para a Cidadania, a Medida Provisória 284 de incentivo à formalização do trabalho doméstico e a campanha publicitária de rádio “Trabalhar sem carteira assinada não tem graça”. A campanha entra agora na sua segunda fase e será ainda mais ampla, com um número maior de inserções nas emissoras de rádio.

Foto: André Vidéira



A Campanha Nacional de Valorização e Formalização do Trabalho Doméstico foi lançada em Nova Iguaçu (RJ), no Dia Internacional da Mulher, em março de 2006

Capacitando para a Cidadania

Programa piloto da SPM que já capacitou trabalhadoras domésticas da Baixada Fluminense, beneficiando municípios de Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti, Mesquita, Duque de Caxias, Belford Roxo, Nilópolis, Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Guapimirim, Magé e Japeri. Em Niterói, as oficinas também atenderam trabalhadoras de Itaboraí e São Gonçalo. O curso aborda temas como direitos trabalhistas, direitos humanos, relacionamento no trabalho, saúde e ética.

Todas essas ações se inserem em um plano governamental ainda maior: o Programa Trabalho Doméstico Cidadão.

Mais cidadania para todas

Levar educação, moradia, saúde, previdência e trabalho a milhares de trabalhadoras domésticas é a proposta do Programa Trabalho Doméstico Cidadão, lançado em 2005. Concebido como ações piloto, o programa abrange os municípios de Campinas e São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), São Luís (MA), Salvador (BA) e Aracaju (SE).

A finalidade do programa é contribuir para a qualificação social e profissional das mais de 6 milhões de trabalhadoras domésticas do país. Além da SPM, participam deste amplo projeto, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério das Cidades, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Previdência Social (MPS), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria Especial de Direitos Hum-

nos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD).

Casas populares

No dia 26 de abril de 2006, às vésperas do Dia Nacional da Empregada Doméstica, foi firmado Acordo de Cooperação entre o Ministério do Trabalho, o Ministério das Cidades, a SPM, a SEPPIR e a Caixa Econômica Federal para promover a construção de casas populares destinadas às trabalhadoras domésticas.

O acordo beneficiará famílias de trabalhadoras domésticas de baixa renda que residam em assentamentos precários (favelas, mcampos, palafitas, casas de taipa ou palha etc.) localizados em áreas metropolitanas e núcleos rurais. A moradia será gratuita porque as prefeituras das cidades cederão os terrenos e a Caixa financiará a construção de conjuntos habitacionais populares. Os primeiros municípios beneficiados com os projetos de construção de casas populares são Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Aracaju, Salvador e São Luís.

Elevação da escolaridade

Para elevar a escolaridade das trabalhadoras das sete cidades do piloto o programa oferece aulas noturnas destinadas à formação no ensino fundamental (1ª a 8ª série), desde janeiro deste ano. As trabalhadoras beneficiadas serão certificadas pelo Ministério da Educação, ao final de um ano. As aulas estão sendo ministradas levando-se em conta a realidade social das trabalhadoras e a sua atividade profissional. ■

ANEXO R - [T 18] Fórum Direitos e cidadania

**SECRETARIA
DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES**
Presidência da República

MULHERES em pauta

Imprimir
 Fale Conosco
 Zoom+
Zoom-
 Edições
Anteriores
 Busca

ANO VII - Número 70
Brasília, 10/10/2011

Fórum Direitos e Cidadania



Foto: Roberto Stucket Filho/PR

O primeiro ato da presidenta Dilma Rousseff ao instalar o Fórum Direitos e Cidadania, nesta terça-feira (15/3), foi a assinatura do Decreto que convoca a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Fórum integra um dos quatro eixos temáticos que vão nortear a atuação do governo federal nos próximos quatro anos. É composto pelas Secretarias de Direitos Humanos; Políticas para Mulheres; Promoção da Igualdade Racial e pelos ministérios da Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Cultura, Justiça, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Comunicações, Desenvolvimento Agrário, Pesca e Aquicultura. O grupo conta ainda com a parceria de instituições governamentais e não governamentais, a exemplo da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, Correios, Petrobras, Eletrobras, Sesi e Sebrae. Os eixos de atuação do governo federal foram definidos pela presidenta Dilma Rousseff durante sua primeira reunião ministerial realizada em janeiro. Na ocasião, os 37 Ministérios foram agrupados por temas afins, com o objetivo de assegurar uma gestão compartilhada e resultados mais efetivos em todas as áreas. Além de Direitos e Cidadania, o governo trabalhará com foco no Desenvolvimento Econômico (sob a coordenação do Ministério da Fazenda); Infraestrutura (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); e Erradicação da Pobreza (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS).

Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
 Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
 Zona Cívica Administrativa
 70150-900 Brasília DF
 Telefone.: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br

ANEXO S - [T 19] SPM avalia a queda na taxa de desemprego feminino

SECRETARIA DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES
Presidência da República

Boletim Mulheres em Pauta - edição nº 90
16 a 30 de setembro de 2012

Mulheres em pauta

f t YouTube flickr

SPM avalia a queda na taxa de desemprego feminino apresentada na PNAD 2011

Mulheres com 10 anos ou mais estudam mais que os homens brasileiros. A Pesquisa Nacional por Mostra de Domicílios (PNAD), apresentada no dia 21 de setembro pelo IBGE, mostra que as mulheres são 57,3% entre os brasileiros com 15 anos ou mais de estudos. A população do país é composta de 100,5 milhões de mulheres e elas representam 51,4% da população.

“A PNAD revela também que a taxa de desemprego feminino está em queda no país”, aponta a coordenadora-geral do Programa de Ações de Educação da SPM, a economista Hildete Pereira. A taxa de mulheres desocupadas que, em 2009, era de 58,3% caiu para 51,8%, em 2011. As mulheres representam 42,2% dos brasileiros ocupados. [Leia mais](#)

ANEXO T - [T 20] Mais mulheres no poder

MAIS DE 200 MIL EMPREGADAS

Como em anos anteriores, a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 teve recorde de atendimentos, em 2008. De janeiro a dezembro, foram realizadas 209.077 atendimentos, um crescimento de 27% em relação ao ano de 2007. No permanente esforço de ampliação, a Central 180 passou a ser uma área com a Polícia Federal para casos de tráfico de mulheres, em vigor desde outubro.



MAIS MULHERES NO PODER

A campanha "Mais Mulheres no Poder. Eu assumo este compromisso!" foi lançada no dia 27 de agosto com a distribuição de 100 mil exemplares da plataforma eleitoral para candidaturas de homens e mulheres de todos os partidos políticos. Spots de rádio foram enviados para 370 emissoras. Promovida pela SPM, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, a mobilização teve o objetivo de eleger mais mulheres nos espaços legislativos e executivos municipais.

No entanto, a campanha pretende ser permanente e incidir nos espaços de poder e decisão da iniciativa privada, dos poderes públicos e em



USO DO TEMPO

De acordo com o Instituto de Gestão Estratégica de Serviços de Apoio de Uso do Tempo, criado em 1995, 1998 e 2006, que pretende estimular a geração de propostas sobre gênero, diversidade e uso do tempo. O fortalecimento do uso do tempo é importante para promover o desenvolvimento de estratégias de planejamento e implementação de ações, fortalecendo as mulheres brasileiras matricadas no espaço doméstico.

A implementação de propostas que abordem o tema da diversidade doméstica começa ao identificar e desmontar estereótipos no uso do tempo para fortalecer a produção, que envolve um

(Continuação) **ANEXO T - [T 20] Mais mulheres no poder**

áreas estratégicas da sociedade através de ações que promovam a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres, como determina o **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**.

WWW.MAISMULHERESNOPODERBRASIL.COM.BR

O site www.maismulheresnoperbrasil.com.br tornou-se referência para essa temática, pela abrangência das informações e atualização sistemática das notícias, estudos e pesquisas, dados estatísticos, etc. Ganhou repercussão em diversos veículos de comunicação nacionais e regionais durante o período do processo eleitoral 2008, pautando matérias sobre a participação política das mulheres. Foram 60.465 acessos desde que o site entrou no ar, incluindo visitantes de outros países como EUA, Canadá, Rússia, Japão, Austrália, Uruguai, Coréia do Sul, Paraguai, Alemanha, Inglaterra, Itália, Portugal e Equador, dentre outros.

A campanha "Mais Mulheres no Poder. Eu assumo este compromisso!" foi apresentada pela SPM em foros internacionais na Espanha, Chile, África e países do Mercosul, nos quais foi entusiasticamente aplaudida. Autoridades do Servicio Nacional de la Mujer - SERNAM (Chile) e de outros países manifestaram interesse em reproduzir a iniciativa.



DIÁLOGO PARA FIM DA VIOLÊNCIA

Realizada em 27 de outubro pela SPM, Fundo de Desenvolvimento das Mulheres Unidas para a Mulher (Unifem), Fundo de Pesquisa das Mulheres Unidas (FPMU), Instituto Nipo, do Instituto Promundo e Agência Apoio em Gênero e Cidadania, a

a violência e a discriminação de gênero são a base de problemas que as mulheres do Brasil, de 2005, desde seu desenvolvimento progressivo através das áreas identificadas como prioridade para o país, após a realização do Fórum de 2005, de todas as formas de discriminação e a violência das mulheres que estão atualmente nacionais e todo o campo internacional.

RETRATO DAS DESIGUALDADES

De dezembro, foi lançada a 2ª edição do "Relatório das Desigualdades de Gênero e Raça" pela SPM (2006), pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e pelo Fundo de Desenvolvimento das Mulheres Unidas para a Mulher (Unifem).